



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRO-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

ANÁLISE DA OCUPAÇÃO NA REGIÃO DA FOZ DO RIO SÃO FRANCISCO, BAIXO
SÃO FRANCISCO SERGIPANO

DARLY ANDERSON CALUMBY DOS SANTOS

Laranjeiras/SE
2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

ANÁLISE DA OCUPAÇÃO NA REGIAO DA FOZ DO RIO SÃOFRANCISCO,
BAIXO SÃO FRANCISCO SERGIPANO.

Darly Anderson Calumby dos Santos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe – PROARQ/UFS, como requisito para obtenção de título de Mestre em Arqueologia.

Orientador: Dr. Paulo Fernando Bava de Camargo
Coorientador: Dr. Gilson Rambelli
Linha de Pesquisa: Práxis Arqueológica
Agência Financiadora: CAPES

Laranjeiras/SE
2024

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO CAMPUS DE LARANJEIRAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S237a Santos, Darly Anderson Calumby dos
Análise da ocupação na região da Foz do Rio São Francisco,
Baixo São Francisco sergipano / Darly Anderson Calumby dos
Santos ; orientador Paulo Fernando Bava de Camargo, coorientador
Gilson Rambelli. - Laranjeiras, 2024.
162 f., il.

Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal
de Sergipe, 2024.

1. Arqueologia - São Francisco, Rio. 2. Arqueologia da
paisagem. 3. Sítios arqueológicos. 4. Memória. 5. Cultura material.
I. Camargo, Paulo Fernando Bava de, orient. II. Rambelli, Gilson,
coorient. III. Título.

CDU 902.03(813.5/7)

CRB-5/1343

DARLY ANDERSON CALUMBY DOS SANTOS

ANÁLISE DA OCUPAÇÃO NA REGIAO DA FOZ DO RIO SÃOFRANCISCO,
BAIXO SÃO FRANCISCO SERGIPANO.

APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE EM 28 DE AGOSTO DE 2024

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Paulo Fernando Bava de Camargo

Presidente | Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Prof. Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia

Interno | Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Prof. Dr. Ademir Ribeiro Junior

Externo ao Programa | Josué Lopes dos Santos (IPHAN)

Laranjeiras/SE
2024

DEDICATÓRIA

*Ao meu eterno amor, Kaique Matheus
Dias Ferreira, que partiu cedo demais,
mas deixou em mim uma força que
atravessa o tempo e a saudade.*

*Cada página desta dissertação é
permeada pela sua presença, pelo
apoio e pelos sonhos que
compartilhamos. Você foi meu abrigo
nas tempestades e minha inspiração
nos momentos de dúvida. Embora a
vida tenha nos separado fisicamente,
seu amor permanece como luz,
guiando meus passos.*

*Este trabalho é para você, que sempre
acreditou em mim e me ensinou sobre
valor e persistir.*

*Que seu nome ressoe não apenas
nesta dedicatória, mas em tudo que eu
ainda irei construir por mim e por você
(in memoriam).*

AGRADECIMENTOS

A presente dissertação de mestrado não poderia encontrar bom porto se não fosse a luz de muitas pessoas que iluminaram esse caminho, assim como o farol resplandece na vida dos ribeirinhos guiando ao seu percurso, eu chego aqui e externalizo meus mais sinceros agradecimentos aqueles e aquelas que fizeram parte desse rito de passagem.

Em primeiro lugar, agradeço imensamente ao apoio financeiro concedido pela CAPES – Coordenação de apoio de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil, possibilitou a minha permanência e dedicação a esta dissertação durante os dois anos na Universidade Federal de Sergipe.

Ao meu orientador, Dr. Paulo Fernando Bava de Camargo, por toda paciência, empenho e sentido prático com quem sempre me orientou neste trabalho durante esses dois anos de mestrado. Nos medos internos você foi direção segura para que pudesse caminhar de forma lúcida e eficaz. Aprender sobre Arqueologia foi possível porque tive próximo um orientador humano e presente.

Ao meu coorientador, Dr. Gilson Rambelli, por me permitir acessar os trabalhos já desenvolvidos sobre o Cabeço e sobre Arqueologia de Ambientes aquáticos.

A minha família, em especial a minha mãe que esteve presente em todos os processos educacionais, auxiliando, dando suporte e afeto. E entre tantas “marias” brasileiras realizou o sonho de ver o filho numa pós-graduação e como professora do ensino básico vibrou como se fosse uma realização pessoal sua. Mãe é divina, presente, generosa e faz tudo por um filho, aqui não foi diferente. Minha eterna gratidão!

A minha avó Celita Alves, que desde a graduação me motivou a conclusão, me presenteou com o anel de formatura e com sua doce torcida foi o gás para que eu pudesse ir além. Aos 96 anos, debilitada de toda sua trajetória de vida, cumpro a missão de te orgulhar. Obrigado por tudo!

Ao Kaique Matheus, meu parceiro dessa e de outras vidas, que com seu jeito calmo e paciente me encorajou mostrando que era só um processo que eu passaria com maestria, pessoa que ouvia minhas reclamações e minhas alegrias, que vibrou a entrada e a saída da pós-graduação e esteve comigo em todos os momentos.

Ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Arqueologia pelas maravilhosas aulas que me permitiu o contato com diversos professores e pesquisadores das mais diversas especialidades arqueológicas. Vocês constroem o conhecimento de forma justa e contribui com o desenvolvimento científico brasileiro.

Agradeço a todos os funcionários do Campus Laranjeiras e Campus São Cristóvão, desde a limpeza ao Coordenador do Programa, ambos eficazes para podermos ter um ambiente limpo e uma administração de qualidade para que tudo resulte dentro das normas favoráveis a conclusão dos discentes.

Agradeço também aos coordenadores da Expedição Científica do Baixo Rio São Francisco, José Vieira, Emerson Soares e Themis Silva (Universidade Federal de Alagoas) pelo apoio logístico durante a 5ª Expedição.

Agradeço ao Luis Felipe Freire, pós-doutorando vinculado PROARQ, pelo auxílio no caminhamento realizado na Foz do Rio São Francisco através da sua participação na 5ª Expedição Científica do Baixo São Francisco, onde foi possível identificar e caracterizar os sítios arqueológicos.

Ao Herson Ferreira e a Carlos Augusto pela parceria da Prefeitura Municipal de Brejo Grande em contribuir com a pesquisa de campo, fornecendo informações importantes sobre o Povoado Cabeço através dos processos das entregas de casas no Saramém para os moradores.

Ao Secretário de Educação e Cultura de Brejo Grande, Marinaldo Gonçalves, por ser solícito e por toda ajuda para que a realização desse trabalho fosse possível, através da indicação de pessoas para que pudéssemos contactar no povoado Saramém.

A Heriberto Vieira e Marli Vieria, grandes amigos de Neópolis, que em conversas particulares narraram a história de Brejo Grande do passado, agregando valor histórico ao meu pensamento enquanto pesquisador.

Desejo igualmente agradecer aos meus colegas de mestrado, que para mim foi um presente encontrá-los: Júlio César, Douglas Neco, Andréia e Roberto Fernandes. Em especial Pryscila Viana que foi uma parceira nos seminários, estudos, discussões arqueológicas, os campos na foz e em Pacatuba, pessoa com quem pude dividir muitos momentos de aprendizagem teórica e prática.

A todos os moradores do Antigo Povoado Cabeço e atuais moradores do Povoado Saramém que viveram e sentiram na pele o processo de vazão do Rio

São Francisco e avanço do mar sobre o seu território, que ocasionou a perda das suas casas, escolas e demais instituições.

Por fim, a todos que de forma direta e indireta estiveram na torcida para que o menino/homem do Brejo pudesse desembarcar em um porto seguro, vencendo o processo e desbravando as águas como um bom ribeirinho que conhece o rio. Até aqui não foi fácil, mas com o apoio de todos vocês foi possível Obrigado!

“[...] e as águas do mar vão sobre o rio adentro.

Apenas o velho farol resiste,
com a diminuição da vazão do rio,
Cabeço, povoado, não mais existe. [...]”

JOZE DDONATO.

RESUMO

A presente dissertação se desenvolve a partir do estudo realizado na área que corresponde a Foz do Rio São Francisco, o Povoado Cabeço e a Ilha de Arambipe localizada entre os estados de Sergipe e Alagoas. Ambas passaram por transformações em advento da inauguração e o funcionamento da Usina Hidrelétrica de Xingó, que alterou a paisagem e consequentemente os modos de vida dos grupos que ali residiam. A presença o Farol do Norte do São Francisco, trazido da Escócia no século XIX, é visto como um importante elemento de cultura material que resiste a essas mudanças, evocando a história e evidenciando o potencial arqueológico do lugar. Por isso, objetivamos realizar um levantamento não interventivo em toda área, sendo descoberto cinco sítios arqueológicos de caráter histórico. Além da prospecção, foi realizado um levantamento documental no acervo da Capitania dos Portos do Estado de Sergipe (CPES) que nos permitiu acessar dados importantes da área de estudo. Portanto, chegamos à conclusão de que a construção da Barragem de Xingó trouxe impactos irreversíveis para essa localidade, destacando a necessidade de preservação do Farol do Cabeço como demarcador de um lugar arqueológico, histórico e Cultural. Outro fator é a degradação ambiental, o enfraquecimento da navegação fluvial e marítima que muda todo um sistema de subsistência para essas comunidades que atuavam na produção e exportação do arroz.

PALAVRAS-CHAVE: Farol do São Francisco do Norte; Arqueologia da Paisagem; Memória.

ABSTRACT

This dissertation is developed from the study carried out in the area that corresponds to Foz do Rio São Francisco, Povoado Cabeço and Ilha de Arambipe located between the states of Sergipe and Alagoas. Both underwent transformations following the inauguration and operation of the Xingó, Hydroelectric Plant, which changed the landscape and consequently the lifestyles of the groups that lived there. The presence of the Farol do Norte do São Francisco, brought from Scotland in the 19th century, is seen as an important element of material culture that resists these changes, evoking history and highlighting the archaeological potential of the place. Therefore, we aimed to carry out a non-interventional survey across the entire area, discovering five archaeological sites of historical character. In addition to prospecting, a documentary survey was carried out in the collection of the Port Authority of the State of Sergipe (CPES), which allowed us to access important data from the study area. Therefore, we came to the conclusion that the construction of the Xingó Dam brought irreversible impacts to this location, highlighting the need to preserve the Cabeço Lighthouse as a demarcation of an archaeological, historical and cultural place. Another factor is environmental degradation, the weakening of river and sea navigation that changes an entire subsistence system for these communities that worked in the production and export of rice.

KEYWORDS: São Francisco do Norte Lighthouse; Landscape Archeology; Memory.

LISTA DE FIGURAS, MAPAS E TABELAS

Figura 1 - Planta da Barra do Rio de São Francisco	37
Figura 2 - Planta da Barra do rio São Francisco	37
Figura 3 - Localização dos três faróis do estado de Sergipe	38
Figura 4 - Farol de Aracaju, século XX.....	38
Figura 5 - Farol de Conceição da Barra, ES.....	40
Figura 6 - Antigo Farol de regência	41
Figura 7 - Cúpula do antigo Farol de Regência.....	41
Figura 8 - Folha topográfica - Região Nordeste do Brasil - 1: 50:000.	42
Figura 9 - Folha topográfica - Região Nordeste do Brasil - 1: 50:000	43
Figura 10 - Quantitativos de Faróis por região no Brasil	45
Figura 11 - Farol S. Francisco do Norte e suas dependências.....	48
Figura 12 - Presença do Farol S. Francisco do Norte na área do Povoado Cabeço	49
Figura 13 -Farol do S. Francisco e sua relação com o Povoado Cabeço.....	50
Figura 14 - Farol do São Francisco do Norte e suas benfeitorias	51
Figura 15 - Faroleiros e a relação com o farol.....	54
Figura 16 - Manutenção da estrutura do Farol	55
Figura 17 - Usina Hidrelétrica de Xingó.....	65
Figura 18 - Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.....	80
Figura 19 - Mapa da Bacia hidrográfica do rio São Francisco,.....	81
Figura 20 - Moradores do Cabeço e as residências de barro.....	82
Figura 21 - Sociabilidade e cotidiano no povoado Cabeço	83
Figura 22 - Presença da igreja, residências e o Farol do Cabeço.....	83
Figura 23 - Noticiário do processo de inundação do Povoado Cabeço.....	84
Figura 24 - Casas ainda de taipa no Povoado Cabeço	85
Figura 25 - Processo de avanço do mar sobre o Povoado Cabeço	85
Figura 26 - Processo de avanço do mar e a destruição das estruturas habitacionais	86
Figura 27 - Processo de avanço do mar sobre as casas do Cabeço	87
Figura 28 - Processo de avanço do mar sobre as casas do Cabeço	87
Figura 29 - Processo e destruição das casas habitacionais do Cabeço	88
Figura 30 - Disposição das ruas do Povoado Saramém	89

Figura 31 - Disposição de parte das casas do Povoado Saramém.....	90
Figura 32 - Disposição do Povoado Saramém atual	90
Figura 33 - Paisagem, estrada vicinal e localização do Povoado Saramém	91
Figura 34 - Paisagem do porto do Saramém.....	93
Figura 35 - Casa de palafitas construídas a beira do rio no porto do Saramém...	93
Figura 36 - Porto do Saramém e a presença da construção em palafitas.....	94
Figura 37 - Porto do Saramém com a presença de embarcações a motor rabeta	94
Figura 38 - Moradores do cabeço são indenizados.....	96
Figura 39 - Moradores do Povoado cabeço na audiência do MPF.....	97
Figura 40 - Moradores do cabeço em foto oficial	97
Figura 41 - Farol do Povoado Cabeço tomado pelas águas	98
Figura 42 - Farol do Povoado Cabeço e o estado de conservação comprometido	99
Figura 43 - Farol do Povoado Cabeço e a relação com os pescadores.....	100
Figura 44 - Palestra realizada na Escola Municipal Jose Machado Martins dos Santos	101
Figura 45 - Pinturas do farol na apresentação	102
Figura 46 - Planta do Povoado Cabeço e suas imediações.....	111
Figura 47 - Planta do terreno com localização das benfeitorias	113
Figura 48 - Croqui da situação de confrontações da área do Cabeço.	114
Figura 49 - Visão Panorâmica do Povoado Cabeço.....	115
Figura 50 - Cotidiano no Povoado Cabeço.....	Error! Bookmark not defined.
Figura 51 - Fachada das residências em época de eleição municipal	Error! Bookmark not defined.
Figura 52 - Mapa detalhado do levantamento prospectivo em toda a área.....	120
Figura 53 - Reforma sendo realizada na casa.....	125
Figura 54 - Casa onde funcionava o Posto Fiscal na Ilha de Arambipe	125
Figura 55 - O posto fiscal atualmente desativado na Ilha de Arambipe	128
Figura 56 - Fotografia da lateral do Posto Fiscal atual desativado.....	128
Figura 57 - Lateral da residência onde funcionou o Posto Fiscal	129
Figura 58 - Análise de material de ferro nas imediações do posto fiscal.....	130
Figura 59 - Edificações da Fazenda Arambipe.....	132
Figura 60 - Armazém de arroz e Igreja localizados na Fazenda Arambipe	133
Figura 61 - Parte interna da Igreja na Fazenda Arambipe.....	134

Figura 62 - Sepultamento dos primeiros donos da Fazenda Arambipe.....	135
Figura 63 - Aparelho gerador de energia elétrica na Fazenda Arambipe	136
Figura 64 - Ocupação nas dunas de Piaçabuçu.....	138
Figura 65 - Ocupação entre as Dunas de Piaçabuçu	139
Figura 66 - Água mineral na foz do rio São Francisco	139
Figura 67 - Análise de material arqueológico histórico nas dunas de Piaçabuçu	141
Figura 68 - Vestígios material cerâmico de caráter histórico	141
Figura 69 - Fragmento de recipiente de água em vidro de cor verde	142
Figura 70 - Sítio arqueológico com grande quantidade	143
Figura 71 - Sítio arqueológico com grande quantidade de material histórico	144
Figura 72 - Presença de material construtivo no sítio dunas 04.....	144
Figura 73 - Presença de material cerâmico no sítio dunas 04.....	145
Figura 74 - Presença de material cerâmico no sítio dunas 04 com perfurações .	145
Figura 75 - Bases da atalaia na foz do Rio São Francisco.....	147
Figura 76 - Bases da Atalaia na Foz do Rio São Francisco	147
Figura 77 - Bases da Atalaia Foz do Rio São Francisco	148
Figura 78 - Atalaia atual na Foz do Rio São Francisco	150
Figura 79 - Fonte luminosa da Atalia na Foz do Rio São Francisco.....	151
Figura 80 - Placa de segurança da Atalaia.....	151

LISTA DE SÍMBOLOS E ABREVIações

AL – ALAGOAS

APA – ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

CPAL – CAPITANIA DOS PORTOS DE ALAGOAS

CPSE – CAPITANIA DOS PORTOS DE SERGIPE

DPU – DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DPU SE – DEFENSORIA PÚBLICA DE SERGIPE

MB – MARINHA DO BRASIL

SE – SERGIPE

SSN-3 – SERVIÇO DE SINALIZAÇÃO NAÚTICA DO NORDESTE

PRÓLOGO

Ingressei no curso de Museologia e guardo vivas lembranças desse começo. Hoje minha memória está repleta dos ensinamentos sobre a multidisciplinaridade, em especial sobre a interligação entre Arqueologia, Antropologia, História, Sociologia, Museus, Patrimônio e, novamente, Memória.

Foi nesse contexto de pensar o mundo de forma ampla que me voltei a minha cidade natal, Brejo Grande-SE, com objetivo de compreender a noção de Patrimônio que ia além de uma visão tradicional, que muitas das vezes era colonizadora em suas abordagens. Afinal, as aulas reforçavam a ideia de que o Patrimônio edificado era a glória das cidades, a exemplo de algumas cidades da Europa com toda sua história de consolidação de um continente que triunfou por meio da exploração de diversos povos.

Nessa perspectiva de análise, pude questionar o patrimônio local num amplo leque de possibilidades de discussão que envolve a comunidade como parte integrante do processo de pertencimento. Essa reflexão é resultado das discussões que foram impulsionadas no campo da Museologia a partir da década de 1960, ampliando a noção para contemplar outros patrimônios e possibilidades museológicas. Esse avanço foi respaldado pelas Cartas de Santiago do Chile (1972), Quebec (1984) e Caracas (1992), que sediaram discussões sobre o desenvolvimento e alargamento de pensar outros parâmetros para as concepções de patrimônio na América Latina, o que resultou nos ecomuseus, museus de território, museus de favela, espaços museais e museológicos reconhecidos por propagarem o desenvolvimento da história local através da memória como suporte de vivências que universalizam o passado e o presente.

Envolvido nesse processo abrangente início minha participação em projetos de pesquisa durante o curso de Museologia na Universidade Federal de Sergipe - Campus Laranjeiras (2015-2019). Por meio de monitorias e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) que impulsionou o desejo pela pesquisa. Durante minha atuação como monitor na disciplina "Museologia, Patrimônio e Memória", ministrada pela Professora Verônica Nunes, pude

compreender as relações que envolvem os diversos patrimônios presentes na sociedade e como a diversidade existente age de acordo com sua realidade de identificação, propagação social e cultural de determinados povos.

Participei do projeto PIBIC intitulado "Visões sob o Patrimônio: Os bens culturais nas narrativas dos pescadores de Laranjeiras-SE", coordenado pelo Professor Michel Platini. Essa experiência serviu como subsídio para minha pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) onde abordei o Farol do Povoado Cabeço como objeto material que detém memórias atreladas a ele pela comunidade local e como o evento de inundação o transformou em reconhecimento estadual, porém esse reconhecimento possui um olhar turístico, vendido para atrair pessoas que conhecem a história de forma rápida e folclórica. Nessa discussão permeada de signos e significados, meu objetivo foi compreender a interdependência entre o humano e o objeto em termos de representatividade.

O Trabalho final de curso teve por título "Porque tudo que era meu ficou lá": registro das memórias da comunidade de pescadores do município de Brejo Grande-SE. Teve como orientador o Professor Dr. Fernando José Ferreira Aguiar e defendi meu trabalho no segundo semestre de 2019. O estudo abordou a Museologia Social, Patrimônio e Memória, compreendendo as narrativas dos moradores como protagonistas de sua própria história e reconhecendo o local como um espaço museal dotado de ações que enfatizam o reconhecimento, a relação social protagonizada e a representatividade como um local de desenvolvimento a partir da vivência entre os fios da memória que permeia o território.

Em 2022 ingressei no Programa de Mestrado em Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe, onde meu interesse surgiu como uma oportunidade de refletir e aprofundar o processo de discussão da memória, do patrimônio e do contexto arqueológico, trazendo o contexto mais amplo da região da foz do Rio São Francisco no processo das transformações ambientais e sociais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 01 – ENTRE FARÓIS E ATALAIAS: UM ESTUDO DO REPOSICIONAMENTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE UM MARCO INDICADOR.....	25
1.1 Navegando pela História dos Faróis e Atalaias	36
1.2 Características do Farol do São Francisco do Norte e suas dimensões	47
1.3 De um feixe de luz a ação humana: o que era os faroleiros?	49
CAPÍTULO 02: UM OLHAR SOB O OBJETO: O PROCESSO DE CARACTERIZAÇÃO DO LUGAR	57
2.1 Entendendo o objeto da pesquisa na construção do “Semióforo”	61
2.2 Memórias e relações de poder: Como o Farol resplandece	72
2.3 O impacto de um projeto de desenvolvimento hidroenergético: De Xingó a Foz do São Francisco	64
2.4 Povoado Cabeço: Lugar de muitos, território de ninguém.....	72
CAPÍTULO 03 – ANÁLISE DA OCUPAÇÃO NA REGIÃO DA FOZ DO RIO SÃO FRANCISCO: UMA PERSPECTIVA ARQUEOLÓGICA	104
3.1 Identificando Sítios: Um lugar arqueológico ou uma arqueologia do lugar?	118
3.2 Da Baía a Foz: Aspectos comparativos no recolhimento de impostos	122
3.2.1 Sítio Fazenda Arambipe	131
3.2.2 Sítios Dunas de Piaçabuçu	137
3.3.3 Sítio Atalaia Antiga: As bases	146
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	154

INTRODUÇÃO

A região da Foz do Rio São Francisco ainda é muito pouco estudada, fator predominante para a realização deste estudo inicial na área da arqueologia. Dentro dessa premissa, essa dissertação propõe compreender como se deu o processo de ocupação que se desenvolve no século XIX com a notada presença de Atalaias e Faróis.

O foco desse trabalho está centrado nas ocupações históricas. Para desenvolver o tema proposto optamos por analisar a Ilha de Arambipe e Povoado Cabeço localizada ao lado sergipano e as Dunas móveis de Piaçabuçu ao lado Alagoano. Ambas as áreas são banhadas pelo rio São Francisco que se apresenta como divisor e o único meio de ligação entre os territórios é por meio de embarcação e da navegação fluvial.

O objetivo geral é evidenciar a ocupação humana histórica da Foz do São Francisco vista através da Arqueologia da Paisagem e da Arqueologia Histórica.

Os objetivos específicos foram pensados para atender as particularidades relativos à temática trabalhada, sendo divididos em: 1. Realizar o levantamento bibliográfico em torno dos conceitos e da tipologia dos faróis e os reposicionamentos. 2. Compreender como a construção da Usina Hidrelétrica de Xingó influencia as mudanças e altera a paisagem na região. 3. Como os bens culturais dialogam diretamente com o processo de ocupação e caracterizam os lugares.

Ao abordar as especificidades ocorre um rompimento com a visão anterior que limitava o Povoado Cabeço a uma comunidade de pescadores, que nos limites iniciais contemplou o estudo do trabalho de conclusão de curso (tcc). Agora foi possível avançar e compreender seu contexto considerando as causas e os efeitos relacionados à construção da Usina Hidrelétrica de Xingó que trouxe impactos tanto na paisagem, a exemplo do Povoado Cabeço que ficou totalmente submerso; a comunidade Pixaim que a modificação das dunas móveis soterrou suas casas; e a Ilha Arambipe que cedeu parte de suas terras para a Marinha do Brasil. Esses impactos transformam a paisagem num ciclo de mudanças que interfere nos ofícios desempenhados há anos pelas comunidades ribeirinhas e nas suas visões de

mundo. Os ex-moradores do Povoado Cabeço tiveram que reinventar as formas de sobrevivência e desempenhar outros ofícios, como a culinária e o artesanato desenvolvidos como forma de subsistência o único meio de revisitar o passado é através da memória ou dos suportes de memórias que são os objetos provenientes da cultura material.

Para pensar a arqueologia da paisagem e como se opera no sistema em que envolve o humano e o meio, pensei na utilização do termo que interliga a relação da paisagem a uma “construção social” que assume um caráter duplo, constituídas por aspectos cognitivos e comportamentais, haja vista que ela pode ser concebida como um sistema de signos e símbolos apropriados e transmitidos por sociedades humanas (ACUTTO, 1999; BRADLEY, 2000).

O processo de pensar a paisagem nos remete a um sentido de transformação que ocorre na área da pesquisa. Sendo assim, essa compreensão objetiva explica parte das relações humano *versus* meio (FAGUNDES, p 304, 2009). Nesse caso, esse contexto tem uma forte relação com a dinâmica cultural dos grupos que ocuparam a região.

Para formular ainda mais essa ideia, o trabalho desenvolvido pela Fernanda Libório sobre Arqueologia da paisagem nas dunas holocênicas: o estudo de caso do Sítio Cardoso, desenvolvido em Lagoa Redonda, Pirambu/Se, foi um dos pioneiros em Sergipe, embora esteja centrado na análise da ocupação pré-histórica, foi um norte para cunhar nosso caminho no estudo das dunas na foz através da prospecção que realizamos.

A pesquisa do Rafael Milheira sobre Território e estratégia de assentamento guarani na planície sudoeste da laguna dos patos e serra do Sudeste-RS (2008), versou sobre a ocupação guarani no Rio Grande do Sul e como as formas de expansão e ocupação se desenvolveram na região. Ambos os trabalhos nos servem para pensar o processo de ocupação histórica na foz, além de abordar a contextualização da antropologia frente a arqueologia que esteve ligada a uma postura engajada enquanto a outra estava num amplo processo de neutralidade política, renunciando a atuação de inserção social.

Esse fato nos mostra como diversos assuntos ainda são incipientes na arqueologia pelo atraso que se deu em assumir uma postura que abdicasse da

neutralidade. Isso resulta na necessidade de construção de trabalhos engajados, assumindo um sentido político na abordagem metodológica e teórica. Essa ausência política e crítica traz consequência na dificuldade de encontrarmos referências que possam nortear trabalhos comprometidos com as comunidades ribeirinhas, ao menos em Sergipe, dando o sentimento de que pouco foi feito em termos de pesquisa científica nesse contexto de análise.

Nesse caso, analisamos o contexto de ocupação no enfoque histórico e acredito que essa pesquisa se desenvolve com cunho pós-processual fundamentado no pressuposto teórico de Ian Hodder (1988), Michael Shanks e Christopher Tilley (1988) com uma perspectiva interpretativa, reflexiva e subjetiva. Baseado nisso, abordamos alguns conceitos pautados na transdisciplinaridade para sustentar algumas reflexões em torno da ocupação na região que revela uma dimensão cultural envolvendo a relação social terrestre e aquática, ou seja, apresenta uma cultura marítima.

O trabalho assume a possibilidade de pensar uma paisagem cultural marítima, assim como Westerdahl (2017) desenvolveu ao realizar o levantamento arqueológico marítimo da Suécia Norrland, sendo necessário olhar o objeto de estudo para além do material e entender os elementos naturais e culturais que se entrecruzam.

Outro fator predominante é a ocupação de faróis e atalaias que seguem o curso do desenvolvimento na região, onde os reposicionamentos apresentam a nós esse ciclo de mudança que interfere na paisagem. Os estudos voltados à cultura marítima qual inserem os faróis ainda apresentam uma lacuna vaga na história, muito pouco se vê sobre farol e sua contribuição para o desenvolvimento através da sinalização das embarcações que em muitos casos trafegavam com mercadorias, alimentos, objetos e pessoas. Trabalhar esse contexto, horas parece confuso pela falta de material necessário para construir uma linearidade histórica e arqueológica. Apenas alguns mapas dispõem sobre a presença de faróis e atalaias, mas quase nada se tem a respeito dos reposicionamentos e a evolução de cada material.

No âmbito da Arqueologia, à cultura faroleira e o sistema náutico ainda são iniciais no Brasil. Temos alguns exemplos de pesquisas desenvolvidas, tais como a do Arqueólogo Leandro Domingues Duran “*Luzes da Ribalta: Arqueologia de um*

farol no sudeste do Brasil". Uma vistoria técnica realizada sob exigência do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) que resulta no cadastramento da área do Farol do Cabeço com primeiro sítio arqueológico e subaquático do estado de Sergipe (RIBEIRO; RAMBELLI & SANTOS 2012) e o artigo produzido pelos alunos e alunas do curso de Arqueologia da UFS, tendo por título: *À beira das atalaias: Arqueologia de Ambientes Aquáticos nos Faróis de Aracaju*. Marcel Raely F. G.; Davisson S. Oliveira; Eric Marcel S. Lima; Felipe do N Rodrigues; Roberta da S. Rosa; Thaysa Mirths A. dos Santos; Vinicius Pedra; Wendson N. Barbosa; Leandro Domingues Duran (2014).

O desenvolvimento científico a respeito do Farol do Norte do São Francisco pouco se apresenta nas discussões, só um estudo técnico foi desenvolvido para caracterizar o seu estado de conservação. O parecer técnico do IPHAN sobre o Farol do São Francisco do Norte foi realizado em 2011, considerando seus aspectos: sendo da segunda metade do século XVIII, localizado no antigo povoado Cabeço, Ilha de Arambipe, município de Brejo Grande, na região do Baixo São Francisco.

O parecer técnico aborda brevemente os seus aspectos físicos e o estado de conservação, a iniciativa contribui para algo realizado a respeito do Farol, mas não desenvolve numa reflexão teórica mais aprofundada. Sendo assim, busco avançar na compreensão das características, mas o contexto que envolve o desdobramento da ocupação nos diz muito, a exemplo das estruturas edificadas, o movimento de pessoas, além dos processos que corroboram a migração de grupos que compuseram sua existência para garantir a segurança do bem material.

Para responder às questões foi realizada uma revisão bibliográfica a respeito do conceito de memória que envolve as categorias lembrança e esquecimento proposta por Jaques Le Goff (1990) que tem o poder de revelar ou esconder fatos e acontecimentos em detrimento de ações que possuem contornos políticos e de poder.

A proposta de José Reginaldo Santos Gonçalves (2005) emprega os conceitos de ressonância, materialidade e subjetividade, fornecendo uma percepção mais abrangente da ação que envolve a cultura material e a sociedade. Já o conceito categorizado pelo Ian Hooder (1988) que propõe pensar não apenas os dados, mas interpretá-los, pois, assim começaríamos a fazer arqueologia, nos

mostra que a interpretação é uma grande aliada para romper paradigmas arqueológicos, fazendo com que o pesquisador assuma uma posição política, social e engajada. É a partir do processo de interpretação subjetiva que começamos a “afrontar diretamente a subjetividade” (Hooder 1988, p.111).

Esse processo de afrontar a subjetividade se faz necessário aqui para romper com as amarras que o sistema capitalista impõe a cultura material, que tem se tornado um produto do estado vinculado ao turismo que lucra em cima da paisagem que é construída sob efeito de quem detém o poder na região. Nesse sentido, nossa abordagem visa compreender os limites do patrimônio e construir um norte para se pensar na patrimonialização do Farol do povoado Cabeço, estabelecendo o seu contexto arqueológico, histórico e antropológico que está vinculado a uma cultura de um lugar, a formação da paisagem cultural e de um povo que constrói sua história a partir dele.

Portanto, essa dissertação está dividida em 3 capítulos. O capítulo 01 faz uma abordagem do reposicionamento histórico e geográfico de um marco indicador, explorando a evolução e transformação desse elemento ao longo do tempo. Apresenta ao leitor as características, especificidades e tipologia dos faróis baseados em Ney Dantas (2000) para definir a classe tipológica do Farol do Povoado Cabeço. A partir do processo interpretativo dos dados podemos perceber como mudança que ocorre na área da Foz e como isso está ligado aos eventos significativos que impactou os deslocamentos sociais e culturais.

O capítulo 02 apresenta o contexto de implementação do Farol do São Francisco do Norte ainda pertencente a Marinha do Brasil e após o contexto de inundação como o Farol do Cabeço assume o protagonismo e caracteriza o lugar. Mostra como após a inauguração da Usina Hidrelétrica de Xingó o povoado passa pelo processo de inundação, com isso a paisagem é alterada dentro de um contexto de mudança que afeta o local e a visão de mundo dos moradores. Ainda assim pensa como o farol assume significados representativos, culturais, históricos e arqueológicos para o estado ao pensar a categoria “ressonância” de Jose Reginaldo Santos Gonçalves, onde o povoado é acessado por muitos, porém segue sendo território de ninguém.

O capítulo 03 apresenta a análise da ocupação na região, os sítios arqueológicos históricos, através do campo realizado para a construção do mapa de caracterização e localização desenvolvido como parte integrante dos resultados dessa pesquisa, contribuindo para trazer a evidência material e o valor que possui para a história dessa região. Além disso, trás também dados da pesquisa realizado na Capitania dos Portos de Sergipe, com fotografias inéditas para a construção do passado arqueológico e o presente que modifica e transforma a paisagem. Ainda busca trazer uma reflexão da construção do lugar como arqueológico ou se estamos construindo uma arqueologia do lugar a partir da validação existente entre o conhecimento prático da área de estudo.

CAPÍTULO 01 – ENTRE FARÓIS E ATALAIAS: UM ESTUDO DO REPOSICIONAMENTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE UM MARCO INDICADOR

Os faróis são importantes elementos da cultura material que fazem parte de um sistema de origem de sinalização náutica. Foram criados com objetivo de iluminar a costa marítima. No início eram produzidos ainda de forma rudimentar com fechos de madeiras e uma fogueira acesa na sua ponta, cujo sua aparição na história surge com a necessidade de “orientar os navios no mar” como aponta Samuel Johnson em 1755. É a partir dessa concepção que Ney Dantas (2000) define farol como:

Uma estrutura definida e de pintura característica, com uma lanterna em seu tope, capaz de abrigar um aparelho luminoso que faça chegar a um navegante no mar uma luz rítmica que o oriente, dentro do alcance desejado, nas condições meteorológicas reinantes (DANTAS, 2000, p.4).

Existem dois marcadores temporais que modifica e transforma o visual do elemento material, caracterizado entre madeira e chapa de ferro, fazendo parte dos processos de evolução das estruturas ao longo do tempo. A capacidade tecnológica do farol gira em torno da fonte luminosa, ela possui um papel crucial de orientar e promover a segurança dos navegadores, não tendo capacidade autônoma e dependendo de um auxiliador para o funcionamento, os faroleiros desempenham essa função.

Cabia-lhe, como ainda lhe compete hoje, conforme o caso, guardar um farol, zelar por ele, conservá-lo limpo, abastecê-lo de combustível, fazê-lo funcionar e mantê-lo na característica luminosa correta, além de muitos outros deveres de caráter administrativo, mesmo longe dele (DANTAS, 2000, p. 659).

A respeito da fonte luminosa, a IALA (Associação Internacional de Sinalização Náutica) traz sua definição, em seu Dicionário de termos técnicos, Seção 2, item 2-5-005, como “o conjunto de um aparelho luminoso e seu suporte, e suas estruturas auxiliares, capaz de projetar uma luz com determinada característica de assinalar

uma posição geográfica conhecida a fim de auxiliar a navegação”¹. Ele é composto por um aparelho luminoso, com partes auxiliares e uma fonte que o sustente.

Na História tem-se que os primeiros faróis surgem na antiguidade, mas existem alguns elementos que dão vida a esse fato, como aponta Ney Dantas (2000) existem registros documentais, imagens, descrições, inscrições, moedas e outros, que comprovam a existência de pelo menos 200 faróis na Antiguidade, entre 300 A.C. e 300 A.C., e de no mínimo outros 30 erguidos dentro dos limites do Império Romano, durante o seu esplendor. Assegura ainda que o mais famoso e o que melhor se conhece dessa época, considerado, de fato, o primeiro farol da História, foi construído na Ilha de Pharos, a oeste da entrada da baía de Alexandria, nos limites do delta do rio Nilo, e que lhe deu o nome “Pharos de Alexandria”.

Para Gustavo Cesar Ojeda Baez (2010) a origem etimológica do nome farol pode ser explicada tendo por base a escolha do local para a sua construção. A ilha de Pharos foi um importante reduto na construção da nomenclatura e dos possíveis conceitos que surgiria, a partir disso as demais torres que se destinassem a auxiliar a navegação passariam a se chamar Farol.

Esse farol brilha na história, mas o que impressiona é a sua edificação que corresponde a uma monumentalidade na garantia de marcar a sociedade egípcia. O Farol de Alexandria tornou-se um importante arquétipo sendo considerado uma das sete maravilhas do mundo.

Suas dimensões e sua formação coagulam com a grandiosidade, sua torre de pedra, calcula-se, com cerca de 149 metros de altura, tinha a forma quadrangular na base, com 33 metros de lado, octogonal na seção intermediária e circular na superior. Sua fogueira podia ser avistada a 29 milhas náuticas (DANTAS, 2000, p.5).

As características do mais antigo farol da humanidade representam um olhar sobre as suas dimensões a partir da análise feita pelo geógrafo Idrisi, que visitou em 1150 antes da sua destruição por um terremoto em 1200. Essas dimensões e

¹ A definição da IALA encontra-se no livro de Ney Dantas A História da Sinalização Náutica Brasileira: e Breves memórias. (DANTAS, 2000, p.4). Objetivamos trazer a visão da associação a respeito do farol, como a definição que se complementa com as demais para entendimento do aparelho luminoso como parte integrante e indispensável aos faróis.

pontos estratégicos passam a ser seguidos em várias partes do mundo em desenvolvimento das formas e avanços tecnológicos dos faróis.

Acerca de tais características considero que uma é fundamental, todos eles são formados por uma base que sustenta uma luz e foi se modificando ao longo tempo formando tipologias únicas. Como no caso do Brasil, essa variação tipológica reflete o mundo e suas inovações na busca pelo desenvolvimento através do aprimoramento dos sistemas e rotas navegáveis.

Baez (2010) a respeito da definição em torno do termo farol designa um esforço para construir sua própria conceituação, em um estudo que elenca os referenciais que versam sobre o termo e as análises feitas através das publicações realizadas pela Marinha do Brasil, o setor de Hidrografia e Navegação, em trechos que tratam sobre auxílio a navegação e sinalização náutica. E assim ele define farol:

Um objeto que tem por função servir de sinal ou de sinalizador náutico, capaz de emitir luz com características regulares, perceptíveis à impressão visual. Os faróis podem ser classificados de acordo com suas funções mais específicas recebendo nomes de: faroletes, rádio-farol e aéreo farol (Baez, 2010, p. 2).

Para Trevisam (1988) em *Faróis da Solidão* pode ser encontrada outra definição similar. Segundo este autor:

Farol é toda armação, torre ou coluna, construída na costa ou ao largo, tendo na sua parte superior um aparelho capaz de emitir luz, com alcance de dez ou mais milhas, servindo tanto à navegação de alto mar, como a de cabotagem [...] se constituindo no principal instrumento de auxílio a navegação (Trevisam, at. alii, 1988, p.5).

Pelos conceitos estruturais dos faróis apresentados até este momento, já se pode dizer que no Brasil “não se conservava as estruturas como ainda não se conservam, apesar de um esforço ainda a passos largos” (DANTAS, 2000, p.23), fato que reverbera na própria localização e estado de conservação que se encontra o farol do Povoado Cabeço, destituído de qualquer pensamento estatal para pensar estratégias de salvamento e reposicionamento visando sua preservação.

Ney Dantas (2000) deixa evidente as diferenciações apresentadas no escopo das tipologias, traçando um panorama do desenvolvimento dessas estruturas nas regiões do Brasil em uma dimensão lógica de cada tipo de torre que compõe a

diversidade do termo desde a origem. A seguir pode ser entendido as variadas tipologias.

Torres de madeiras: São evidências orgânicas, ainda rudimentar, utilizados pelos indivíduos para sinalizar e orientar os navegadores. Elas serviam inicialmente como atalaias (torre de vigia), sendo feitas também com colunas de pedras ao qual se mantinha aceso um lampião ou uma fogueira acesa, sendo ao mesmo tempo, um farol. Os registros mais antigos de faróis com torre de madeiras estão no Rio Grande do Sul. Em 1849, foram construídos quatro faróis: Bojuru, Capão da Marca, Barba Negra (que existiu até 1861, quando foi inaugurado Itapuã da Lagoa, com torre de alvenaria).

Ney Dantas (2000) ainda enfatiza que nessa mesma época, por outro lado, existia em Aracaju uma torre de madeira localizada na margem direita do rio Sergipe, que servia de atalaia, para qual, em 1860, o Presidente da Província encomenda na Inglaterra um aparelho de luz. Somente em 1881, contudo, quando ele já começava a ruir, tratou-se de sua substituição por outra alvenaria, que tardou a ocorrer. Em 1884, a torre de madeira foi destruída por um incêndio.

Atalaias, no entanto, trata-se da definição inicial para a implantação dessas madeiras que era uma alternativa muito aceitável, principalmente para um país rico e abundante dessa matéria-prima. Conforme o Plano de Recuperação e Complementação da Sinalização Náutica, elaborado em 1967, revela que, dentre os 342 faróis e faroletes existentes no Brasil, seis tinham torres de madeiras, com menos de 10 metros.

Alvenaria: Define-se alvenaria como obra composta por pedras naturais ou artificiais, ligadas ou não por meio de argamassas. Argamassa, por sua vez, quer dizer material aglutinante de assentamento das alvenarias, preparado com areia, água e cal ou cimento. Por vezes, utilizou-se também, na confecção da argamassa, alguns óleos vegetais ou animais, que por suas características secantes, têm a propriedade de absorver o oxigênio do ar e assim adquirir uma consistência sólida.

Estruturas de Ferro Fundido: As estruturas de ferro fundido, por facilitadores de fabrico e comercialização, obedeciam a formas e tamanhos pré-determinados. No Brasil, todas importadas, elas foram introduzidas sobre quatro tipos diferentes, de diversas origens, e com várias alturas.

1. Colunas simples, para pequenos faróis e faroletes de entradas de portos, com escada externa inclinada para acesso à lanterna, como as de Buiçu, Alcantara, Ponta de Areia e outras.

2. Esqueletos com esteio de roscas, tipo Mitchell, para terrenos arenosos, como as montadas em Salinópolis, Gurupy, Belmonte, Rio Doce e São Tomé, dentre outras.

3. Revestida de chapas de ferro fundido, com esteios de rosca ou não, com escada interna para acesso à lanterna e a varanda, como a de São Roque, Escalvada e as trazidas por Zósimo Barroso.

4. de treliça de ferro, sem câmara de serviço, com escada exposta, como as montadas em Cabedelo, Rio Rel, Kiepe e Caiobá.

Colunas de ferro: São estruturas de ferros para faroletes, não para faróis. Formados por colunas de ferros e os respectivos aparelho de Luz, adequados aos faroletes com pequenos alcances.

Torres Mitchell: Alexander Mitchell, Engenheiro inglês, quem, com sua criatividade, melhor aproveitou a ideia de faróis montadas sobre pilares ou estacas. Para possibilitar a ereção dessas torres e a construção de faróis em manguezais ou areias, Mitchell patenteou um tipo de torre, com particularidades “sui generis”. A originalidade estava na solução encontrada para firmar solidamente ao solo uma dessas estruturas que, podia pesar até 40 toneladas, ou mais, dependendo do tamanho do farol.

As torres Mitchell é formada por estacas de (esteios) em forma de parafuso, com até 1,2 metros de diâmetro, que eram simplesmente aparafusadas no chão, atingindo profundidades de 5 a 10 metros. Sobre o parafuso-estaca, em números equivalentes ao de “pernas” da torre, nunca inferior a quatro, eram então montados os tubos, ou estacas, que serviriam de esqueleto para o farol.

No tope da torre montava-se a lanterna, imediatamente abaixo, a câmara de serviço e, em uma posição intermediária, mais próxima da base, as residências dos faroleiros; tudo, sempre bem acima do solo ou do nível normal de alagamento.

Torres revestidos com chapas de ferro fundido: este tipo de torre, cilíndrica ou troncônica, com esteios de rosca em terrenos instáveis ou alicerces de alvenaria,

foi amplamente utilizado em nossos faróis no Brasil. Essa torre possui cerca de 41 metros de altura, em forma de tronco de cone, foi montada com 18 seções, fatias, revestidas com placas de ferro fundido, curvas, exatamente iguais a cada seção, pesando cada uma delas, em média, 450 quilos.

Além dessas estruturas que objetivei trazer dentro do seu contexto conceitual, entendendo suas particularidades mais diversas, existem outros tipos que serão mencionadas apenas, pois acredito que as principais estão descritas acima, sem esquecer da importância que cada uma possui para a devida evolução dos aparatos tecnológicos assumidos durante a história da sinalização.

Existem, pois, a armação de ferro sistema Wilson; as torres de AGA; Torres de cimento e concreto armado; Torres de Alumínio; Torre de treliça de ferro “made in Brasil”; Torres cilíndricas de fibra de vidro; torres de “fortura” e Azulejamento de faróis e faroletes.

Dentre as tipologias, no que se trata aos conceitos empregados a elas, entendo que fica um pouco reduzido aos termos funcionalistas, estruturais e de engenharias. Estes termos, por hora, são apresentados numa dinâmica dos estudos realizados até aqui, o que muito contribui para pensarmos o farol.

Considero que ainda há uma falta ao se pensar em outras possibilidades que o elemento de cultura material assume, sendo evidenciado pela Arqueologia a partir do estudo realizado pelo Leandro Domingues Duran, no texto *Luzes da Ribalta: Arqueologia de um farol do sudeste do Brasil*, publicado em 2015 no formato artigo como parte da tese de doutoramento realizado.

A definição de farol compreendido pelo Arqueólogo Duran (2015) nos mostra que os termos precisam avançar, aproximando-se da realidade onde os faróis estão imersos na sociedade e assume significados que vão além do aspecto funcional. Assim o autor define:

Cravados em rochas, cabos, pontas ou ilha isoladas, os faróis náuticos a muito servem de guias aos nautas e instigam a imaginação humana. Muito mais do que máquinas, esses equipamentos de sinalização assumiram significados que extrapolam seu reconhecimento enquanto estruturas ordenadoras do trânsito marítimo e do resguardo da vida humana no mar, e adentram ao universo simbólico e romântico de diferentes sociedades (Duran, 2015, p.213).

As estruturas náuticas assumiram outros contornos, aferindo-lhes ressonância, materialidade e subjetividade (GONÇALVES, 2004). Podemos pensar num sentido patrimonial dada a essa perspectiva que vem estabelecendo o desejo de “preservação e estudo, seja no âmbito estatal, seja por meio de organizações chamadas do terceiro setor, principalmente em países como Estados Unidos, Inglaterra e Áustria” (DURAN, 2015, p.213).

No Brasil uma perspectiva patrimonial dos faróis náuticos só vem se desenvolvendo mais recentemente e mesmo assim a passos muito lentos (DURAN, 2015, p 3). Leandro Duran (2015) ainda traz alguns exemplos: o tombamento do Farol da Barra construído no século XVIII para orientar as embarcações em demanda do porto de Salvador, porém sem reconhecimento e atenção do Governo Federal. O farol de Sergipe, localizado no bairro Farolândia, em Aracaju, tombado pelo governo estadual, sinaliza para a percepção da importância de algumas estruturas faroleiras. Além dele, a estrutura metálica do Farol do Cabeço foi cadastrada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Através das categorias entendidas e apresentadas por José Reginaldo Santos Gonçalves (2004), a “ressonância” nos parece eficaz para o entendimento do patrimônio que não necessita de um reconhecimento estatal para poder existir, muito embora reconheço que o estado possua um poder legitimador, inclusive de promover políticas públicas de conservação e reparação dos bens como se preocupa Duran (2015). E além disso “os objetos que compõem um patrimônio precisa encontrar “ressonância” junto ao seu público” (GONÇALVES, 2004, p.246), o que acontece com o Farol do Cabeço, que ressoa no município e no estado de Sergipe, que vende para o setor turístico sua imagem, mas ainda não se pensa numa política de preservação desse bem tão importante.

Aqui uso a noção e entendimento de ressonância através do entendimento do historiador Stephen Greenblatt (1991: 42-56):

Por ressonância eu quero me referir ao poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante. (GREENBLATT, 1991: 42-56).

A ideia de patrimônio se desenvolve e por vezes se apresenta em uma arena de conflitos quando não encontra respaldo da população, como aponta Gonçalves (2004):

Trata-se daquelas situações em que determinados bens culturais, classificados por uma determinada agência do Estado como patrimônio, não chegam a encontrar respaldo ou reconhecimento junto a setores da população. O que essa experiência de rejeição parece colocar em foco é menos a relatividade das concepções de patrimônio nas sociedades modernas (aspectos já excessivamente sublinhado) e mais o fato de que um patrimônio não depende apenas da vontade de decisão políticas de uma agência de Estado. Nem depende exclusivamente de uma atividade consciente e deliberada de indivíduos ou grupos. Os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar ressonância junto a seu público. (GONÇALVES, 2004, p. 19).

José Reginaldo Gonçalves (2004) aponta uma questão muito evidente na relação dos limites do patrimônio, onde setores reconhecem em muitos casos os vencedores concebidos a uma ideia nacionalista. Esses casos reverberam em revolta, vandalismo e destruição do patrimônio por não encontrar respaldo ao seu público.

Permeados por essa realidade antagônica o termo Patrimônio avança enquanto “elemento cultural” que abarca outras demandas da sociedade, numa perspectiva cravada e entendida como Patrimônio Cultural que surge no contexto de preservação dado as manifestações efervescentes da Revolução Francesa. Cabral (2011) faz uma síntese da origem e do termo que foi idealizado.

Na sua forma hodierna, porém, o conceito, teve origem nos finais do século XVIII, no contexto social desencadeado pela Revolução Francesa, que determinou a entrada de obras de arte nos museus e a destruição dos vestígios do Antigo Regime, considerados reminiscências de um passado corrupto (POULOT, 1998) apud (CABRAL, 2011, p. 26).

Essas manifestações do período provocaram destruições sendo para alguns a origem do conceito de patrimônio, surgindo a ideia do que deve ou não ser preservado, ou seja, de serem retirados do seu contexto natural ou uso funcional para adentrar em espaços mais reservados e de proteção, os museus. Para Funari e Pelegrini (2008, p.28), o Patrimônio cultural associou-se nos séculos XVIII e XIX com a nação, com a escolha daquilo que representaria a nacionalidade, na forma de monumentos, edifícios ou outras formas de expressão.

Nesse período surge também o termo “vandalismo” que engloba o contexto de guerra/destruição que “denomina ações de roubos, pilhagens, destruição ou descaracterização destes bens da história e da memória coletiva da nação” (GOMES, 2019, p.3). Nesse sentido, José Reginaldo Gonçalves considera que:

O seu deslocamento e sua reapropriação alteram os valores que lhes atribuímos: dos valores rituais ou sociais aos valores de exibição que irão adquirir quando integrados em coleções e em acervos. Assim, deslocados de seus contextos de origem, rompendo com determinados fundamentos ontológicos, os objetos ganham autonomia, podendo ser reapropriados de formas diversas: seja na forma de “cultura objetiva”, integrando coleções e acervos museológicos, patrimônios; seja na condição de “cultura subjetiva”, sendo integrados nos processos de formação de sujeitos coletivos e de personalidades individuais. (GONÇALVES, 2005, p. 243.).

Esses processos de deslocamento fizeram com que fosse pensado uma política de preservação e conservação dos objetos. Nos espaços museológicos os objetos assumem outras narrativas que fazem parte do trabalho de interpretação do museólogo. Embora exista um viés de fidelidade as narrativas, esse processo é político e torna cada análise subjetiva, ou seja, os objetos retirados do seu contexto originário no espaço museológico assumem o contexto secundário no processo de seleção, exposição e comunicação da história que se quer contar.

No processo de construção dessas instituições situadas entre a memória e a história (tais como o patrimônio, as coleções, os museus, os monumentos, os arquivos), opera-se um trabalho cuidadoso de eliminação das ambiguidades. Substituem-se categorias sensíveis, ambíguas e precárias (por exemplo, cheiro, paladar, tato, audição) por categorias abstratas e com fronteiras nitidamente delimitadas com a função de representar memórias e identidades. (GONÇALVEZ, 2005, p. 246).

Leandro Eustáquio (2019) aponta que um fator predominante para assegurar as ações de preservação, foi a realização de uma ação de cunho mundial, a carta de Atenas que constitui um marco, é uma ideia e um elemento reflexivo norteador de abrangência mundial.

A Carta de Atenas, fruto da conclusão da Conferência Internacional sobre a Restauração de Monumentos, que aconteceu no ano de 1931, em que participaram apenas Especialistas de Estados Europeus, foi alvo de críticas. Mesmo assim, mais tarde, logrou méritos para conseguir delimitar a Resolução sobre a Conservação de Monumentos históricos e de Obras de Arte, sendo a mesma aprovada no ano de 1932, pela Assembleia da Sociedade das

Nações, (que anteviu a Organização das Nações Unidas). (GOMES, 2019. p.4)

Esse documento assegura que “a conservação do patrimônio artístico e arqueológico da humanidade interessa à comunidade dos Estados depositários e defensores da civilização, reconhecendo-se pela primeira vez a existência de Patrimônio cuja importância transcende fronteiras nacionais.” (Cabral, 2011, p. 28-29).

Leandro Eustáquio (2019) considera que a Carta de Atenas e, à posteriori, as outras ações desenvolvidas, abriram e abarcaram o processo de mundialização do patrimônio, sendo que estas foram as premissas para a criação da convenção do Patrimônio Mundial, na primeira metade dos anos setenta. Assim, em 1964, emerge, através da Carta de Atenas, um sentido ou um espírito de responsabilidade na preservação dos bens patrimoniais tidos como emblemáticos, pelo fato de dever ser preservado e transmitidos para as gerações subsequentes, como elemento patrimonial da humanidade (CABRAL, 2011).

Até a metade do século XIX o termo era reconhecido como Patrimônio Histórico, com viés estruturante na reafirmação do patrimônio coletivo, referindo-se apenas a arte de grandes portes e consagradas e obras de luxo associados a classe dominante da sociedade política e civil (GOMES, 2019). Esse pensamento foi condicionado a sociedade frente ao pensamento que reverbera o sentido nacionalista, onde os bens eram valorados a partir de uma perspectiva de quem detém o poder e determinam as próprias ações.

Essa concepção considera a ideia de que patrimônio é uma representação da nação, que esses bens formam a ideia de algo herdado e “perpetua esses símbolos da identidade na história” (GOMES, 2019, p 39).

No entanto, Lima (2005), demonstra que o patrimônio é maior que a dimensão dada, limitada ao público e privado, ele considera a amplitude da representação vinculado a ele.

O patrimônio cultural de um povo não se constitui só dos bens móveis ou imóveis independentemente de serem públicos ou privados, porém de toda manifestação que se origine de conceitos históricos, ambientais, paisagísticos, arquivísticos, etnográficos, que em alguma época possam ter contribuído para a consolidação da identidade de um grupo social. (LIMA, 2005, p.5).

Através dessa possibilidade dada por Lima (2005) frente a ampliação do termo de forma mais abrangente, cujas dimensões têm se alargado, o patrimônio passa a fazer parte da cultura, do ambiente, do turismo, da publicidade, da ecologia e muitos outros contextos.

Há diversas vertentes e concepções a respeito do patrimônio, dentre eles o material e o imaterial, tangível e intangível. Essas formas expressam o desenvolvimento de representação que engloba diversas manifestações que atravessa e se constitui como elemento cultural indissociável as práticas humanas como extensão da vida.

Na nossa especificidade investigativa, consideramos que existe uma diversidade de faróis que compõe tipologias únicas, constituindo-os diversas maneiras de representação dado a sua realidade territorial. As pessoas extraem desses bens aquilo que as realizam enquanto pessoas, dando o sentido de pertencimento que forma por vezes a multiplicidade de suas vivências e experiências ancoradas na relação entre material e humano.

A emergência do conceito de Patrimônio está associada aos valores dos bens e sua transmissão (Carvalho e Fernandes, 2012:7). Assim, o patrimônio consiste num processo de utilização de locais, práticas e objetos como veículo de transmissão, de ideias e valores, cuja aplicação atual é satisfazer as necessidades e, com isso, transformar-se num produto do presente, valendo-se do passado e projetando para o futuro, ou seja, algo imaginário e idealizado (Baveystock E Mason, 2009).

Nesse sentido, há uma complexidade de ações que envolve a cultura material (farol) em função da sua existência: engenheiro que fabrica; espaço que é implantado; faroleiro que zela e faz funcionar; navegadores que precisam da luz que emite para ser guiado; moradores e moradoras de comunidades tradicionais que ocupam a região em detrimento dessa presença e o fluxo de embarcações que entra e sai do canal da foz numa dinâmica social e cultural.

É nesse contexto que navegaremos na história através do processo arqueológico de compreender a cultura material e como ela se estabelece nas conexões sociais, cujos sujeitos são partes integrantes da formação e ocupação

deste lugar que elegem o seu próprio patrimônio e em conjunto os bens culturais. Afinal, são quantos faróis e Atalaias?

1.1 Navegando pela História dos Faróis e Atalaias

Navegar pela história dos Faróis e Atalaias na região da Foz do Rio São Francisco se faz necessário na busca de apresentar o alargamento da pesquisa em torno do Farol do São Francisco do Norte. Voltar ao passado, buscar vestígios e entender o processo de ocupação que se desenvolveu na área mostra a importância desse elemento material na região. A Arqueologia nesse caso é o barco que nos guiará nessa rota possível.

Encontrado a embarcação, reitero que o farol também desempenha um papel importante em intermediar a navegação ao longo das buscas que aqui faremos. Eles (os faróis) servem como marcos visuais para os navegantes, ajudando-os a identificar pontos de referência e a evitar perigos em suas rotas (DANTAS, 2000).

Nessa rota navegável é necessário entender os termos utilizados, a cultura material que estamos analisando, que teve as nomenclaturas dada a partir de um conjunto de identificação social, política e institucional.

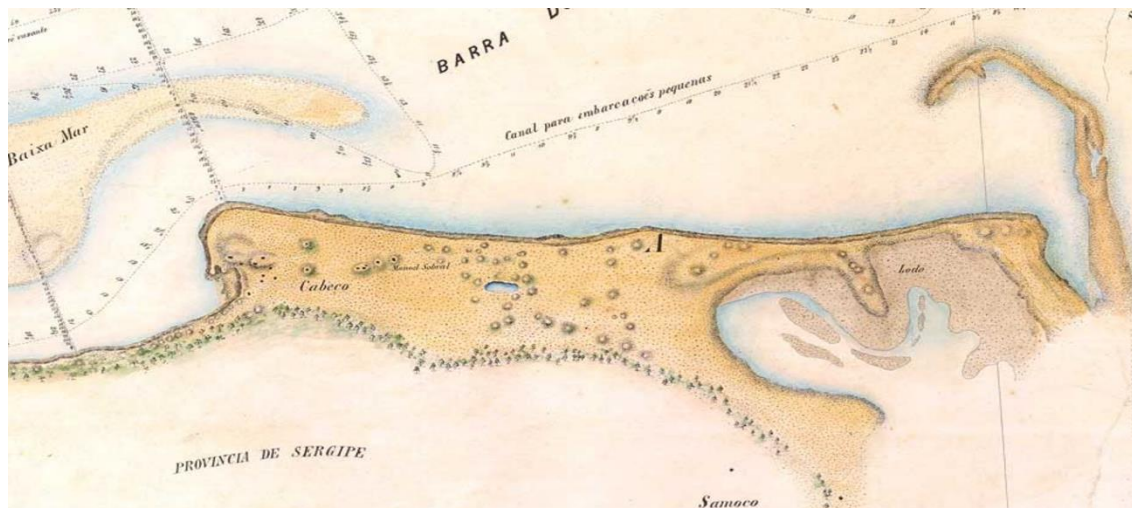
Em alguns estudos, são encontradas denominações como: “Farol do Cabeço”, em homenagem à ilha que o farol era instalado, “Farol do Cotegipe”, em homenagem ao Ministro do Segundo Reinado, João Maurício Wanderley (o Barão de Cotegipe), como também “Farol São Francisco do Norte”, nome técnico que é frequentemente encontrado nos relatórios da Marinha do Brasil (TELES, 2021, p.105).

Essa junção de termos está caracterizada pela proximidade de cada ação frente ao Farol dado as possibilidades de entendimento do patrimônio, ao que considerou José Reginaldo Santos Gonçalves (2005) a partir da categorização “ressonância”. Neste caso, cada público se identifica com o patrimônio de forma diferenciada frente aos processos históricos.

A história dos faróis trazidas aqui se desenvolve diante da pesquisa realizada no acervo documental da Biblioteca Nacional, no repositório online, onde foi possível localizar mapas que constam a existência de atalaias antes da existência

do farol, demonstrando que já havia essa necessidade de sinalização na área. Ver figura (2) abaixo:

Figura 1 - Planta da Barra do Rio de São Francisco



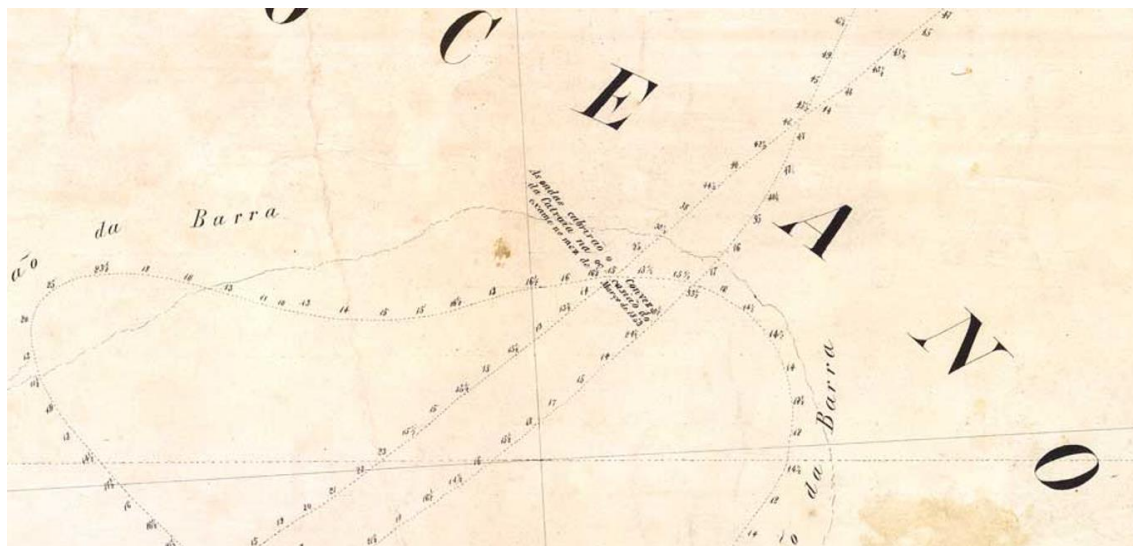
Fonte: Fernando Halfeld, Ano 1853.

Essa torre trata-se de uma espécie de farol erguido com madeira e no seu tope é aceso uma fogueira que tinha o objetivo de iluminar a costa (DANTAS 2000; DURAN 2016). Os navegadores usavam essa prática com os elementos disponíveis pela natureza de forma orgânica, por este fato não existem registros físicos desses importantes arquétipos que detinham pouca durabilidade.

Foi erguido na antiga ilha do Cabeço no século XIX, entretanto, segundo a Marinha do Brasil, desde 1856 já existia uma estrutura naquela região da foz do São Francisco que executava o papel de farol, todavia de maneira rudimentar (TELES, 2021, p.106).

Em 1833, 20 anos antes da construção da planta, foi registrado a presença de um naufrágio de uma embarcação de pequeno porte. A leitura do mapa está um pouco difusa, nesse caso optei por descrever: “As ondas cobrirão o convez da Catraia na ocasião do exame no mês de março de 1853”. Esse registro representa o fluxo de embarcação no canal da Foz do Rio São Francisco, demonstrando a necessidade que havia de sinalização condicionada as estruturas faroleiras e suas ações decorrentes nas mudanças navegáveis nessa área.

Figura 2 - Planta da Barra do rio São Francisco



Fonte: Fernando Halfeld.

Figura 3 - Localização dos três faróis do estado de Sergipe



Fonte: João de Andrade Leite. Ano 1908.

No estado de Sergipe, em 1909, três importantes faróis são destacados em canais importantes: Farol do Rio Real, Farol de Aracaju e Farol do norte do São Francisco. Ney Dantas (2000) traz aspectos da construção dos faróis no Brasil e apresenta as estruturas faroleiras no estado de Sergipe.

Figura 4 - *Farol de Aracaju, século XX.*



Fonte: André Moreira, Ano 2020.

Conforme os autores² o farol de Aracaju tem características do Sistema Mitchell de construção, nome em homenagem ao seu criador, Alexander Mitchell, em 1828. Eles consideram que esse esquema consistia numa torre esqueleto ou sobre esteio de roscas compostas por ferro fundido, um tubulão central que servia como residência, apresentando helicoidais de 1,2 de diâmetro e que atingiam profundidades entre cinco e dez metros.

Consideram ainda que era um sistema simples e eficaz de construção de faróis em águas profundas, bancos de lama e areia com fixação de balizas de navios de amarração. Este método foi testado pela primeira vez em 1838, sobre o estuário do rio Tâmisa.

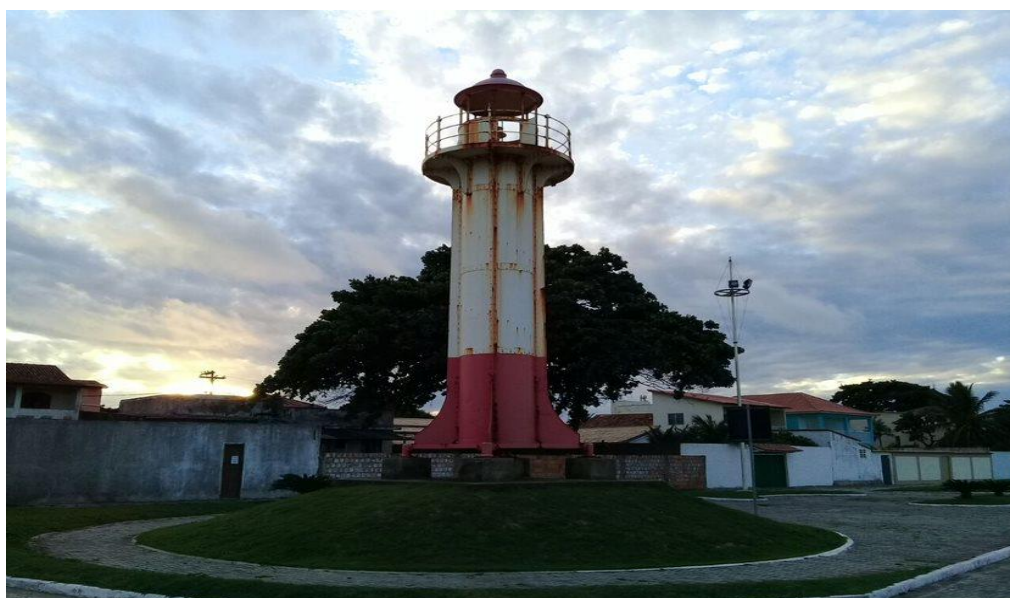
O farol de Rio Real/SE é apresentado com 21 metros de altura, sem mais informações. O Farol de São Francisco do Norte é apresentado apenas a nomenclatura e as informações das características são ausentes. Ambos os faróis

² Marcel Raely F. G. Nascimento, Davisson S. Oliveira, Eric Marcel S. Lima, Felipe do N. Rodrigues, Roberta da S. Rosa, Thaysa Mirths A. dos Santos, Vinicius Pedra, Wendson N. Barbosa e Leandro Domingues Duran (2014).

aparecem no mapa (figura 4) em pontilhado vermelho. De acordo com as pesquisas realizadas, eles possuem a mesma tipologia do sistema Mitchel e lâmpada de Fresnel, fazendo parte de uma alta tecnologia do século XX para esse sistema de segurança e navegação.

Em termos de comparação, objetivamos trazer o Farol de Conceição da Barra, no Espírito Santo, que desempenhou a mesma função e foi implantado numa localização parecida, a foz do Rio Cricaré, sendo adquirido na França sob encomenda de Dom Pedro II, ele foi instalado em 1914 com cerca de 130 anos de existência. Segundo a matéria publicada pelo jornal A TRIBUNA³ deixou de funcionar a cerca de 20 anos.

Figura 5 - Farol de Conceição da Barra, ES.



Fonte: BAVA-DE-CAMARGO, Ano 2018.

Outro exemplo é o Farol do Rio Doce, construído em 1895, no litoral de Linhares, que passou pelo processo de reposicionamento de suas estruturas, sendo transferido em 1907 da margem norte para a margem sul do Rio Doce. Em 2000 foi demolido e um novo farol foi construído pela Marinha. A cúpula do antigo

³ REGIONAL, Navegação, História e Lendas dos Faróis. Reportagem: Alessandro de Paula, Wilton Junior, Rosimara Marinho e Dean Nonato. ATRIBUNA VITÓRIA, ES, DOMINGO, 15 DE SETEMBRO DE 2013. Disponível: http://biblioteca.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20160802_aj05998_identidadecul_folclore.pdf

farol foi preservada e instalada na praça municipal da vila, em frente ao Museu Histórico de Regência.

Figura 6 - Antigo Farol de regência



Fonte: Aline Goulart, Ano 2011.

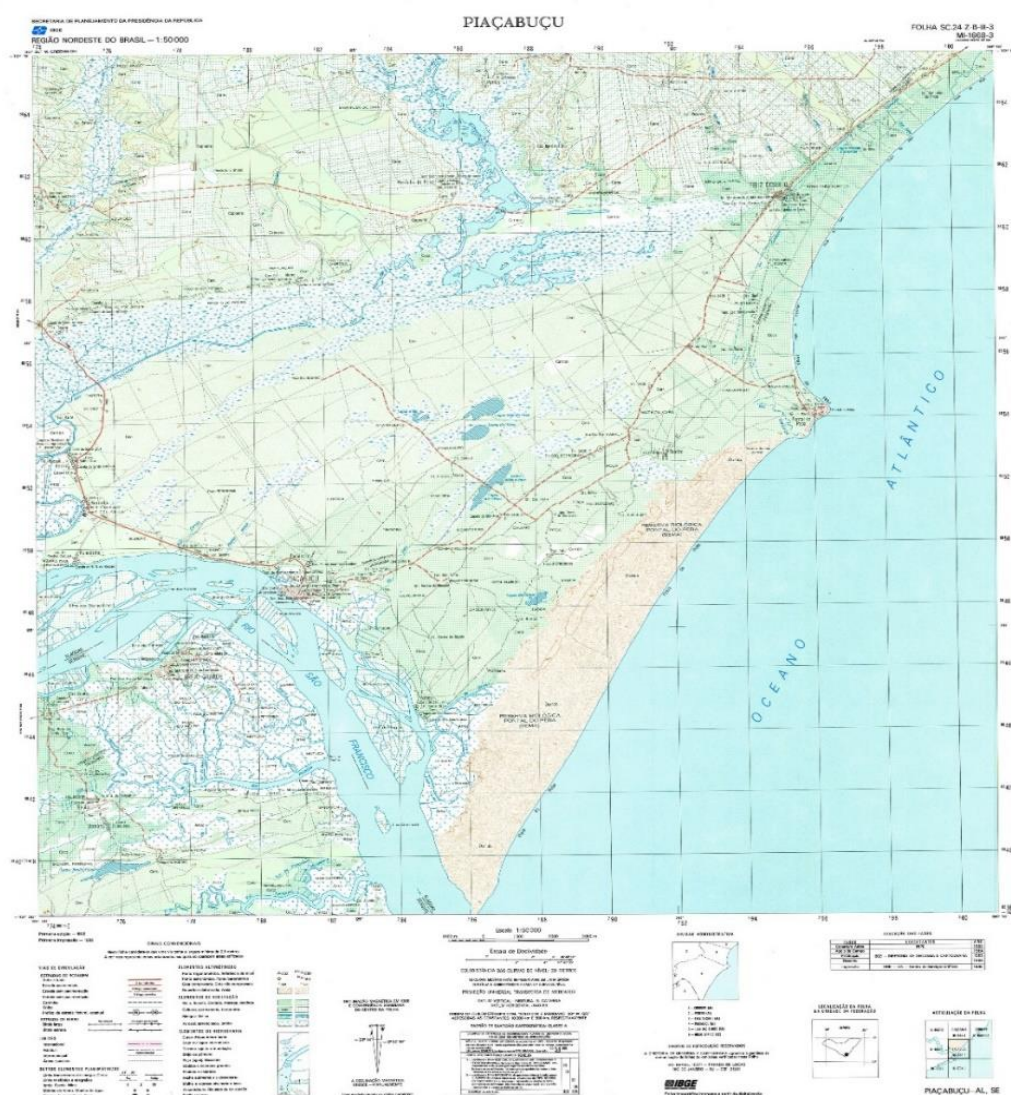
Figura 7 - Cúpula do antigo Farol de Regência.



Fonte: Geraldo Magela, Ano 2023.

Realizei uma busca no repositório online do IBGE e foi localizado a folha topográfica de parte da região Nordeste do Brasil. No mapa, notamos a grande transformação da paisagem frente aos aspectos dos dados obtidos através dele que data 1980, onde há a presença de grande quantidade de fazendas que trabalhava com o plantio do arroz, sendo base a econômica dessa época responsável pela captação de mão de obra. Este fato tem grande relação com o comercio local e o atrativo de moradores para a área de ocupação.

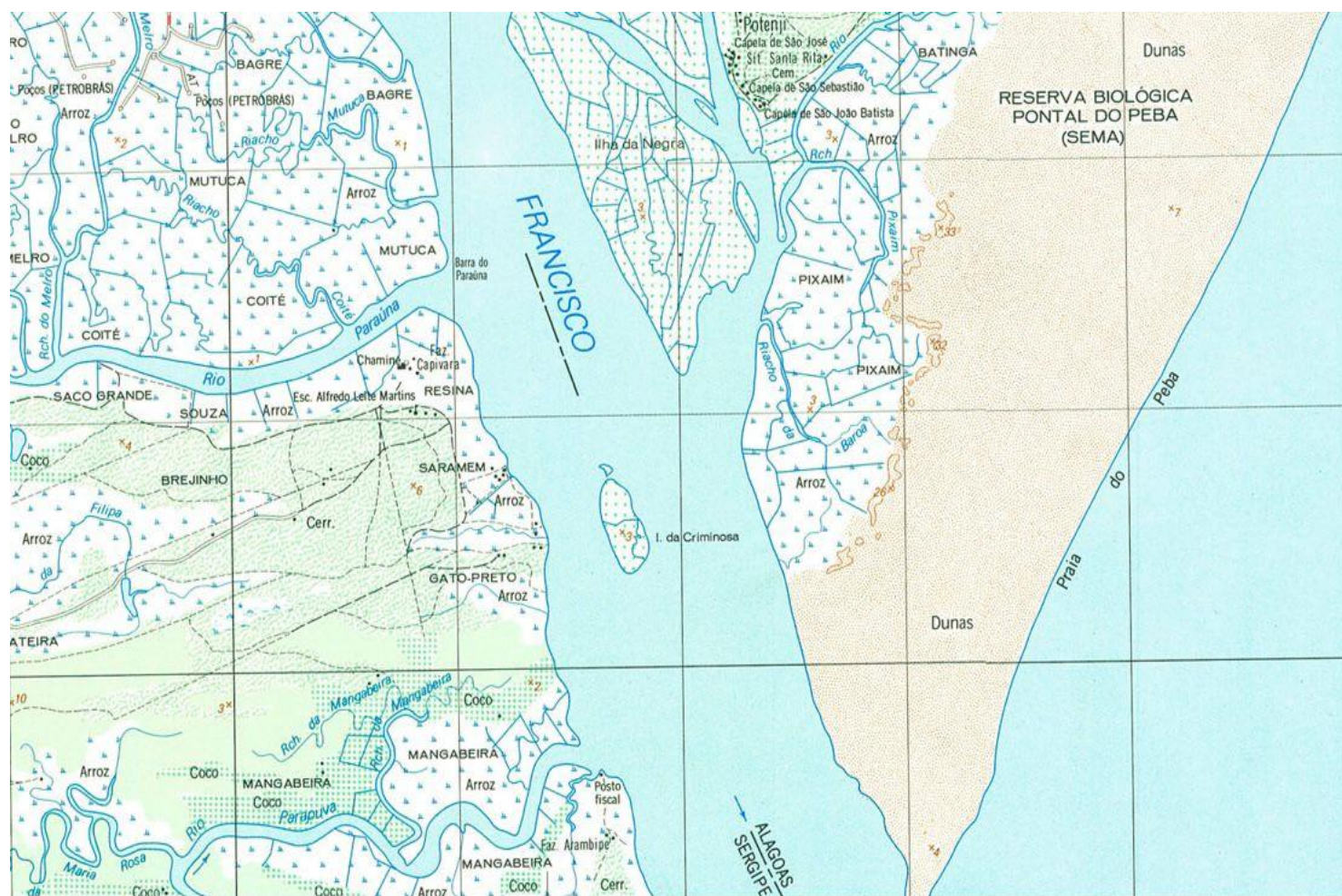
Figura 8 -Folha topográfica - Região Nordeste do Brasil - 1: 50:000.



Fonte: IBGE – Rio de Janeiro, 1980.

Este mapa apresenta uma grande extensão territorial do Baixo São Francisco Sergipano e Alagoano, para se ter uma melhor compreensão da área em análise neste estudo objetivamos recortar. O interesse aqui, nesse momento, não é a área da Fazenda Arambipe que não aparece no mapa. O foco está na presença da Atalaia em um contexto de reposicionamento que ocorreu em meados de 1980.

Figura 9 - Folha topográfica - Região Nordeste do Brasil - 1: 50:000



Fonte: IBGE – Rio de Janeiro, Ano 1980.

Na área das dunas de Piaçabuçu, no final da faixa de areia, próximo ao oceano, um ponto com a letra “A” sinaliza para o reposicionamento que ocorreu, desta vez existindo uma atalaia no lado alagoano. O deslocamento de um farol pode envolver a desativação em sua localização inicial e a construção de uma nova estrutura em um local mais adequado. Esse processo leva em consideração diversos fatores como visibilidade, alcance de luz, pontos perigosos na costa e a

necessidade de orientação para os navegantes. Sobre esse reposicionamento, vale ressaltar que Gilson Rambelli, Ademir Ribeiro e Luís Felipe asseguram:

Segundo fontes consultadas, desde 1856 a foz do São Francisco foi sinalizada para os navegadores. Primeiramente por um candeeiro que era suspenso durante a noite por um mastro onde hoje é o lado alagoano. Depois, em 1873, esse aparato precário foi substituído pelo atual farol pré-fabricado de 16 metros, construído em chapas de ferro por uma fábrica escocesa. 108 [...] em 1884 ele teve que ser transferido da margem esquerda para o local que atualmente está, pois, as dependências de apoio haviam sido invadidas pela água e abandonadas (RIBEIRO JR., A.; RAMBELLI, G.; SANTOS, L. F. F. D, 2012, p.4).

É importante destacar que cada caso de reposicionamento de um farol é único e depende de fatores específicos relacionados à área costeira em questão. Essa análise foi realizada com base na documentação coletada na Capitania dos Portos do Estado de Sergipe (CPES) e nos mapas que auxiliam na compreensão da região.

Em consulta à lista de faróis no Centro de Hidrografia da Marinha (CHM), pude constatar a diversidade que compõe o sistema de sinalização náutica; faróis, aerofaróis, barcas-faróis, faroletes, balizas, boias luminosas e luzes particulares ou de obstáculos aéreos que interessam aos navegadores. Tais objetos provenientes da cultura material existem na costa, nos rios, nas lagoas, e nas ilhas do Brasil, como também nas costas e ilhas dos países estrangeiros que possuem suas terras representadas nas cartas náuticas brasileiras.

A lista de faróis consultada é a 34ª edição que contém a completa relação e outras formas de sinalização náutica. O intuito da pesquisa aqui buscou entender seu quantitativo no Brasil que corresponde aproximadamente 206 faróis distribuídos ao longo da costa brasileira, sendo 199 administrados pela Marinha do Brasil (BM).

Em análise feita por região do Brasil constata-se que a região Nordeste possui o maior quantitativo de faróis. Segue a tabela abaixo:

Figura 10 - Quantitativos de Faróis por região no Brasil



Fonte: Almirante Moraes Rego, Ano 2016.

Ao longo de toda história do Brasil, o país abriga mais de 300 faróis, mas ainda existe uma lacuna em termos de desenvolvimento científico nesse campo. Há pouca literatura disponível em relação à caracterização técnica desses monumentos.

Além disso, busca-se também evidenciar, à luz da Arqueologia histórica, um respaldo teórico-metodológico para compreender e interpretar os vestígios da ocupação que se estabelece após o processo de desativação do farol bem como as mudanças na dinâmica social que surgem como consequência desse fato. Esse processo é desencadeado pela construção da Usina Hidrelétrica de Xingó, que represa as águas do Rio São Francisco, alterando o fluxo natural e resultando na perda de força do rio e no avanço do mar que ocasiona a inundação.

Para entender a importância do farol para o Brasil é necessário conhecer suas particularidades e como chegou à região. De acordo com a obra de Ney Dantas (2000), o termo "farol" é descrito a partir de Samuel Johnson como "uma estrutura alta, em cujo topo é mantida uma luz para orientar navios no mar". Embora esse conceito seja válido, ele se amplia ao definir "uma estrutura alta em diversos formatos arquitetônicos, de cores que variam do branco, verde, preto e vermelho, com particularidades, com uma luz no topo, alcançando milhas e milhas, e chegando ao navegante, informando as condições meteorológicas navegáveis" (DANTAS, 2000, p.4).

A obra de Ney Dantas apresenta a visão da IALA, Associação Internacional de Sinalização Náutica, que o define em seu Dicionário de Termos Técnicos, na Seção 2, item 2-5-005, como: "o conjunto composto por um aparelho luminoso, seu suporte e estruturas auxiliares, capaz de emitir uma luz com características específicas e indicar uma posição geográfica conhecida para auxiliar na navegação".

O farol sempre surge como uma interdependência entre o aparato composto por um aparelho luminoso e uma torre que sustenta. A luz desempenha um papel crucial como o principal mecanismo de sinalização, iluminando e alertando os navegadores no mar aberto ou em rios, indicando o caminho mais seguro para chegar à terra firme.

Ney Dantas (2000) também apresenta que o aparelho luminoso, para fins históricos e de estudos, pode e deve ser subdividido nas seguintes partes: fonte luminosa, sistema ótico (espelhos e/ou lentes), aparelho produtor de fases e lanterna (invólucro protetor contra as intempéries). Além disso, dentro da composição técnica e de funcionamento, o autor menciona duas variáveis. Tanto os faróis do passado quanto os de hoje não dispensavam uma ou duas fontes de energia: uma para alimentar a fonte luminosa e outra para girar o aparelho produtor de fases, que antigamente possuía dimensões gigantescas.

As particularidades dos faróis têm como base a torre que forma o corpo. Os aparelhos luminosos são a vida e os faroleiros são a alma (Ney Dantas, 2000). Percebe-se, portanto, a interdependência entre eles, mas a luz desempenha uma função fundamental como sinalizadora no sistema de comunicação para garantir a navegação segura das embarcações. Ao compreender essas características específicas dos faróis de maneira geral, buscamos entender o Farol do Norte do São Francisco e sua engenharia de funcionamento, como ele é constituído em sua particularidade e como isso influencia o sistema de sinalização na costa brasileira do Baixo São Francisco Sergipano.

Com base na pesquisa de campo e no acervo do DPHDM, foi possível analisar a documentação referente à aquisição do terreno na Ilha do Arambipe pela Marinha do Brasil, conforme registrado na Imprensa Naval Rio de Janeiro de 1947, juntamente com os respectivos dados e datas que indicam possivelmente a

implantação do farol. A inauguração do farol é precisamente datada no documento como 01.11.1884 (primeiro de novembro de mil oitocentos e oitenta e quatro).

O nome Farol do Norte do São Francisco é frequentemente encontrado em documentos e relatórios da Marinha, mas também existe a denominação de Farol do Cabeço devido à sua localização geográfica. De acordo com Frederico Lima Teles (2021), o termo "Farol de Cotegipe" também é utilizado em homenagem ao Ministro do Segundo Reinado, João Maurício Wanderley (Barão de Cotegipe).

Em face da sua importância histórica, veremos a seguir as características do Farol do São Francisco do Norte, que incluem: Altura, luz, torre, sistema de iluminação, marcação diurna e alcance.

1.2 Características do Farol do São Francisco do Norte e suas dimensões

As características do Farol têm suas dimensões particulares que dentro de uma tipologia de faróis se diferencia de alguns modelos, podendo evocar épocas e fatos históricos desde a sua construção, chegada ao Brasil e Implantação na Ilha de Arambipe no século XIX. Ele possui em sua estrutura uma torre em chapa de aço com 16 metros de altura, possui a lanterna Pirilampo de 250 na cúpula, fabricado com chapas de ferro, fazendo parte do Sistema Mitchel (DANTAS, 2000).

Como monumento histórico certamente possui um grande valor, porém, como farol, sua eficácia naquela região é questionável devido ao intenso assoreamento ocorrido na Foz do Rio São Francisco, que afastou o sinal em várias milhas da área navegável no mar, cerca de 10 metros aproximadamente. Além disso, a presença de um extenso coqueiral em frente ao farol e sua pequena altura prejudicam a visibilidade diurna.

Dentro da problemática evidenciada na área pelos faroleiros técnicos que atuavam na região, foi solicitada uma barca-farol com o objetivo de contribuir para a segurança da navegação local. Nesse sentido, foi realizado um estudo sugerido, o qual incluiu uma avaliação do alcance diurno e noturno do sinal do Navio Farol Alte Graça Aranha, bem como uma inspeção aérea da região a fim de encontrar um local adequado para a construção de um farol semelhante ao de Subaúma.

As discussões internas sobre a localização do Farol eram constantes, como evidenciado nos documentos analisados. O motivo dessas discussões era o avanço do assoreamento na região, sendo a preocupação principal desses profissionais a segurança da navegação e o bem-estar da população local. Em algumas ocasiões, era necessário tomar decisões que não causassem impactos negativos aos navegadores. Um exemplo dessa situação foi o cancelamento da carta de orientação 1002 e do plano verso, devido ao risco que representaria para os navegantes adentrar o Rio São Francisco sem ter o conhecimento necessário das mudanças batimétricas ocorridas na região.

Figura 11 - Farol S. Francisco do Norte e suas dependências



Fonte: Capitania dos Portos do Estado de Sergipe, Ano 2023.

Figura 12 - Presença do Farol S. Francisco do Norte na área do Povoado Cabeço



Fonte: Capitania dos Portos de Sergipe, Ano 2023.

Figura 13 -Farol do S. Francisco e sua relação com o Povoado Cabeço



Fonte: Capitania dos Portos de Sergipe, Ano 2023.

A documentação analisada na Capitania dos Portos do Estado de Sergipe, por meio do Departamento de Sinalização Náutica, contém informações relevantes sobre o Farol do São Francisco do Norte. Embora possua um caráter técnico, é indispensável para compreender a importância da sua estrutura física.

As informações a seguir datam de 1985 e abordam os aspectos físicos e estruturais do Farol, bem como a fonte de luz nele instalada. O Farol foi inaugurado na área de confrontação em 1856 e passou por modificações entre os anos de 1926 e 1932. Estava localizado no pontal "S" da Barra, nas coordenadas de latitude $10^{\circ} 31'$ e longitude $36^{\circ} 24' W$. Sua torre é octogonal e feita de ferro forjado, com uma altura focal de 16 metros e uma altitude de foco de 18 metros. Seu alcance luminoso era de 13 milhas náuticas. Quanto às características da luz, ela apresentava um padrão de longo alcance de brilho, com um período de 6 segundos e uma fase detalhada composta por brilho, ausência de brilho por 0,5 segundo e brilho por 5,5 segundos.

O sistema automatizado do Farol é elétrico, e a fonte luminosa possui características correspondentes à lanterna Altec de 250 mm. A lente utilizada é do tipo Fresnel, com um diâmetro de 250 mm, composta por vidros planos e curvos. O mecanismo de produção de fases consiste em um eclipsor e um trocador condal. A fonte luminosa é uma lâmpada de 1,00 A-12 V, sendo alimentada por um bico de L/H. O acessório náutico é equipado com acumuladores do tipo FB2 - 500P e possui 6 baterias para o seu funcionamento.

Figura 14 -Farol do São Francisco do Norte e suas benfeitorias



Fonte: Ewerton Santos Bispo, Ano 2012.

O Farol do São Francisco do Norte tem a função de fornecer luz com um alcance de 13 milhas náuticas, o que equivale a aproximadamente 24.074 km. De acordo com o relatório técnico elaborado por Gilson Rambelli, Ademir Ribeiro e Felipe Freire em 2011, destaca-se que a foz do Rio São Francisco foi escolhida estrategicamente como local para sinalização aos navegadores.

1.3 De um feixe de luz a ação humana: Quem eram os faroleiros?

A relação humana com a cultura material está ligada a virada ontológica que traçou Hodder (2012) no desenvolvimento de um dos seus vários trabalhos, onde buscou analisar os fluxos e contrafluxos que ligam coisas, pessoas, instituições e ideias. Essa análise teve sobre seus escritos os limites da cultura material, como por exemplo: as bandeiras ou insígnias de realeza que têm uma clara função semiótica, sendo que muitas outras coisas fazem mais do que sinalizar ou simbolizar. Hodder (2012) diz que a maioria das coisas está embebida numa série de práticas, de tal maneira que, um pote faz muito mais do que a palavra pote. É este “muito mais” que precisa ser explorado.

Tal experiência vivenciada por Ian Hodder (2012) proveio da escavação no sítio neolítico Çatalhöyük, localizado na Turquia. A expertise de Hodder ao analisar e cunhar essa teoria vai além do espaço vinculado ao seu estudo inicial, podendo ser utilizado por vários campos do conhecimento, tendo em vista que a vida material e humana universaliza dois conceitos utilizados nas ciências sociais e humanas.

Neste caso em particular, ao analisarmos suas confluências com as noções do pensamento humano - coisa, infere-se a nós que o farol ele assume muito mais do que a palavra farol, a relação de determinadas práticas e vivências de grupos sociais, entre passado e presente, estão interligadas a ele por um fio condutor. Por exemplo, ao passar pelo processo de desativação ele não perde sua função, ao relacionar ao passado o farol tinha o poder de guiar as embarcações, após isso ele assume novos significados, novas práticas são atribuídas a ele como um potente instrumento de cultura material política, social e cultural.

Esse fato também nos mostra a relação de interdependência humano – objeto ao pensar a relação do farol e a do faroleiro onde um precisa do outro para existir, funcionar e operar. Mas afinal, o que é um faroleiro e qual sua função em meio a operacionalização de um farol?

A atividade dos faroleiros é milenar e remonta aos primeiros tempos do sistema de iluminação em terra, quando era necessário que alguém zelasse pelo funcionamento dos fogos acesos (Dantas, 2000). Nos primórdios do sistema de iluminação, havia uma interdependência entre a assistência humana e o pleno funcionamento dos faróis, exigindo vigilância diurna e serviço noturno contínuo.

De acordo com Dantas (2000) até o início do século atual todos os faróis eram ocupados por homens, em sua maioria humildes, que residiam neles ou em suas proximidades. Os faroleiros tinham a responsabilidade de fazer o farol funcionar adequadamente mantendo a característica luminosa correta, abastecendo com combustível e mantendo limpo. Suas atividades vão além da simples operação do farol, envolvendo também a manutenção e conservação do equipamento.

Segundo relatos de moradores locais existiam duas casas próximas ao farol que eram ocupadas pelos faroleiros e pelos oficiais da Marinha. Quando chegavam ao povoado eles ficavam nesses espaços juntamente com suas famílias. Eles eram profissionais responsáveis pela manutenção, monitoramento e operação dos faróis.

Em nossa investigação durante a pesquisa de campo não foi possível localizar nomes dos faroleiros que desempenhavam suas funções no farol do povoado Cabeço, no entanto algumas fotografias foram localizadas do trabalho executado pelos faroleiros em substituição de toda Balaustrada, tratamento e pintura do Farol do São Francisco do Norte no período de 17 a 26/08/1979.

Figura 15 - Faroleiros e a relação com o farol
no tratamento da balaustrada capturada



Fonte: Capitania dos Portos do Estado de Sergipe. Ano 2023.

Figura 16 - Manutenção da estrutura do Farol



Fonte: Capitania dos Portos do Estado de Sergipe, Ano 2023.

A manutenção do farol era e continua sendo importante para o seu funcionamento, porém um arquétipo do século XIX e XX dependia da ação humana numa relação de dependência para fazê-lo viver, podemos dizer a partir dessa análise que o homem era a alma do farol, o espírito é outro pronome que pode ser agregado aos significados de representação da cultura material.

Os faroleiros, homens que zelam, possuíam o caráter de preservar e defender a estrutura de possíveis ataques e destruição. O farol constitui também um marco na transmissão do conhecimento para a região. Como bem enfatizou Joachim Herman (1989:36) “uma consciência histórica é estreitamente relacionada aos monumentos arqueológicos e arquitetônicos e que tais monumentos constituem importantes marcos na transmissão do conhecimento, da compreensão e dos conhecimentos históricos”.

Ao mesmo tempo, não há identidade sem memória, como diz uma canção catalã “aqueles que perderam suas origens, perdem sua identidade também” (Ballart, 1997: 43). Nessa linha de pensamento, Pedro Paulo Funari diz:

Os monumentos históricos e os restos arqueológicos são importantes portadores de mensagens e, por sua própria natureza como cultura material, são usados pelos actores sociais para produzir significado, em especial ao materializar conceitos como identidade nacional e diferença étnica (Funari, 2007: 60).

Essa dualidade de se pensar o patrimônio, por exemplo, faz pensar na construção do próprio conceito que esteve a muito tempo ligado a uma elite, desse modo, no caso brasileiro, a experiência é muito clara: a manipulação oficial do passado, o que afirma mais uma vez que os faróis, pensando no processo de desenvolvimento do Brasil é deixado de lado, afinal o conhecimento que se tinha de patrimônio era muito fechado e repleto de intencionalidade, sendo uma das principais criar a identidade nacional onde privilegiou nomes e renomes na construção de heróis brasileiros e construtores da nação.

Atribuído a este pensamento, Antônio Augusto Arantes (1990: 4) afirma “o patrimônio brasileiro preservado oficialmente mostra um país distante e estrangeiro, apenas acessível por um lado, não fosse o fato de que os grupos sociais o reelaboram de maneira simbólica”. Sendo assim, esses estratos são os excluídos do poder e, assim, da preservação do patrimônio.

Ao mesmo tempo em que pensamos o processo de história dos faróis, dos faroleiros e dos grupos sociais que ocuparam a região, podemos dizer que a capacidade patrimonial atribuída ao farol se dá pelo elemento cultural. Além disso, o potencial arqueológico da área sinaliza e valoriza a historicidade do lugar, sendo fruto de um caminho que revela os fatos históricos. Ainda vale ressaltar que a perspectiva relacionada ao humano e as coisas fazem parte desse fluxo contínuo que se deu na Foz do Rio São Francisco no século XIX, XX E XXI, afinal os processos continuam a existir.

No entanto, o que reforça o que Antônio Augusto Arantes traz (1990: 4) já existe ao olhar da comunidade do Cabeço, os antigos moradores que residiam e tinha uma relação íntima com o Farol. No próximo capítulo iremos ver como o lugar é característico a partir da sua presença e como ele assume um marco civilizatório para essa sociedade contemporânea.

CAPÍTULO 02: UM OLHAR SOB O OBJETO: O PROCESSO DE CARACTERIZAÇÃO DO LUGAR

Iniciamos esse capítulo pensando a categoria do Semióforo para compreender os sentidos que ressoam a partir do objeto, sendo ele elemento essencial para compreensão das subjetividades humanas. Com isso, busco compreender como o lugar é caracterizado.

Se um objeto ocupa um lugar específico ele possui uma ligação de interesse com aquele ambiente, essa reflexão surge da necessidade de pensar que cada objeto dado a um determinado lugar interfere na paisagem cultural que é construída ou desconstruída na memória de determinados grupos.

Nesse caso, é necessário entender essa construção de pensamento da subjetividade que envolve a percepção de lugar e como o objeto assume sua particularidade nesse processo de ocupação que são constituídos na paisagem e na dinâmica cultural que envolve os significados.

Basso (1996) demonstra que existe uma intrincada teia de conexões entre Identidade, Trajetória, Memória e Noções de Pátria envolvidos nesse processo de lugar. Afinal, o que é lugar? como ele é entendido nas ciências arqueológicas? Essa reflexão nos ajuda na compreensão de entender a região pesquisada e como o modelo de ocupação humana revela as representações a partir das suas transformações que alteram a paisagem.

O conceito de lugar infere a nós a junção do objeto e do humano, ambos ocupam ou ocuparam determinado lugar. Para Basso (1996) lugar é onde a história, tanto humana quanto não, acontece e onde reside o conhecimento adquirido pela história viva. Já o Dicionário da geografia humana define lugar como “uma porção do espaço ocupado por uma pessoa ou coisa” (Johnston et. Al. 1994:422).

Para a arqueologia interessa o registro material da presença humana, sendo de fato, o assunto que envolve: significados econômicos, sociais, políticos e simbólicos uma vez atribuídos as localidades na paisagem pode surgir no processo de reconstrução e interpretação do passado das pessoas a partir da recordação do arqueólogo.

Em seu artigo “The Archeology of place” Lewis Binford foi pioneiro ao pensar e reconhecer a força e o potencial desse conceito, ele argumenta que:

Até que voltemos a nossa atenção séria para o projeto de métodos confiáveis para monitorar as condições de interesse do passado, nunca seremos capazes de abordar questões interessantes por meio da investigação de vestígios arqueológicos... até que voltemos nossa atenção para o projeto de métodos confiáveis para monitorar condições passadas de interesse, nunca seremos capazes de abordar questões interessantes através da investigação de vestígios arqueológicos ... Devemos voltar nossa atenção analítica para o papel de diferentes lugares na organização de sistemas anteriores (1982:28-29).

Os arqueólogos não perderam oportunidades para desenvolver estruturas intelectuais que situam o lugar e a paisagem como centrais para as histórias humanas, a exemplo do Waldo Wedel que em seu artigo autobiográfico "The Education of a plains Archeologist" Wedel (1977:6) trouxe as experiências que as aulas do geógrafo Carl Sauer, tido como pai dos estudos da paisagem, teve em sua visão da dinâmica da natureza humana nas grandes planícies e em suas explicações de continuidade e mudança.

Diretamente ligado a essas experiências a ecologia humana e a geografia cultural tiveram grandes impactos na teoria antropológica desde a década de 1930 (Steward 1955; Steward e Seltzer 1938; Wedel 1941;1953). Com isso, o positivismo que acompanhava o advento da teologia do novo ar contornou vários aspectos da dinâmica da natureza humana para aqueles com maior probabilidade de criar um registro material conspícuo (Binford 1962). Naquela época, os geógrafos favoreciam ferramentas quantitativas de análise espacial em vez de paisagens culturais não tão facilmente delimitadas e medidas também fizeram incursões importantes na pesquisa arqueológica (por exemplo, Clarke 1972; Hodder e Orton 1976).

Os estudos posteriormente propuseram repensar uma nova categoria analítica da paisagem e de lugar como parte da geografia humanística de Cosgrove (Cosgrove e Daniels 1988), Jackson (1984), Pred (1984) e Tuan (1977), entre outros. Após isso, os conceitos logo apareceram literatura da antropologia norte americana (por exemplo, Carmichael et al. 1994; Greider e Garkovich 1994; Rodman 1992; Walker 1991), Austrália (por exemplo, Head 1993; Myers 1991) e Europa (por exemplo, Bender 1993; Ingold 1993; Tilley 1994).

Nos últimos 25 anos, os estudos voltados a paisagem e o lugar como ferramentas conceituais para a compreensão da dinâmica cultural e social evoluíram e se expandiram. Este avanço tem permitido uma postura política e ética

na construção dos novos saberes que se inserem os conceitos de lugar e paisagem, tendo forte ligação com as constituições tribais, as ditas minorias étnicas e muitas outras cujo passado está em vestígios arqueológicos.

Se para María Nieves Zedeno e Brenda J. Bowser (2019) a arqueologia é sobre o significado do lugar, visto que se refere ao passado, a cultura material e ao meio ambiente, ela também é política, já que cada lugar possui sua especificidade. Nesse caso em particular, o valor simbólico reflete a autenticidade, contexto e história, relacionados aos processos de realocação ou reconstrução possuem sua própria sabedoria.

Dentro dessa perspectiva, vale acentuar que a arqueologia do lugar não é neutra, ela se faz do uso dos processos de destruição, sendo necessário ao arqueólogo a percepção dos caminhos transgressores que refazem e reconstrói novos lugares. Essa noção está ligada a uma concepção que inclui os ambientes naturais, envolvendo rios, lagos, nascentes, plantas, animais, montanhas que informam práticas sociais e culturais (Basso, 1996).

Os ambientes naturais e modificados são aqueles locais na paisagem que, embora não sejam obviamente um produto da modificação humana, afetam o comportamento humano e são, por sua vez, modificados por meio de inscrição verbal e não verbal (Basso 1996; Brandley 2000; Jones 1998; Tilley e Bennett 2001; Whitridge 2004).

Mais recentemente, as categorias de agência e materialidade emprestam ainda mais à arqueologia do lugar um novo foco, trazendo à tona questões de percepção, prática e memória (Basso 1996). Cada uma dessas abordagens sob pontua dimensões individuais e sociais de lugar, bem como o poder de lugares e atores para influenciar uns aos outros e para moldar ou alterar o curso da história social (por exemplo, Meskell 2003; Thomas 1993; Tilley 1994; Van Dyke e Alcock 2003).

Dentro dos conceitos elencados das determinadas arqueologias dos lugares, ao que nos parece, a dimensão é gigantesca em termos de suas abordagens e especificidades. Posto a isto, nos infere sua eficácia para pensar e refletir sobre contextos derivados que cada uma possui em sua dimensão arqueológica que envolve as variadas correntes arqueológicas.

Como pontuamos acima, a arqueologia é política, porém se distanciou da neutralidade a um tempo, assumindo uma postura ética que lida diretamente com

as lutas pelo poder, contestação, deslocamento, oportunismo e resistências, sendo necessário assumir uma postura que legitima e reinterpreta discursos (Araujo; Aguiar Netto; Gomes, 2016).

Ao analisar o passado através da cultura material, a arqueologia desvenda também as amarras do progresso vinculado a determinadas localidades de lugares e paisagens que contêm multicamadas; cada camada, por sua vez, representa um domínio particular de experiência e cognição.

Por exemplo, neste mundo multiétnico e multicultural, determinados lugares e paisagens podem ser vividos ou compreendidos de forma diversa e muitas vezes contrastante maneiras (Rodman 1992). O mesmo acontece com os ex-moradores do Povoado Cabeço, no processo de deslocamento para o Povoado Saramém, local que foi construído para abrigá-los, a percepção de mundo muda porque a paisagem se transforma, as formas de manifestações culturais também se modificam a partir do lugar e das condições que lhes são fornecidos.

Como se trata de comunidades tradicionais de pescadores onde muitos não tem acesso a determinados objetos do mundo contemporâneo, os recursos da natureza são suas formas de criar modelos de objetos para suas manifestações culturais que lhes conferem identidades únicas, como por exemplo, o “carnavalo” que acontecia em período de carnaval, onde coletivamente a comunidade detinha uma carroça, um animal, baldes, para fazer o seu próprio bloco carnavalesco.

Isso reflete a criação de lugares que caracterizam o poder de “adequar a natureza” (após Ingold 1986) e “fazer cultura” (após Tilley e Bennet 2001) – para desenvolver laços, tornar a terra nossa pátria, integrar nossas práticas e visões de mundo com a do outro e ancorar nossas experiências na paisagem nomeando suas características ou construindo as próprias, para que possamos nos lembrar e aprender com elas no futuro (Zedeno; Bowser, 2019).

No contexto de análise da pesquisa determinados lugares são significativos, no sentido de estar vinculado passado e presente numa dinâmica de poder e sobrevivência. Se um lugar significativo é aquele que lembra as pessoas de seu passado e as ensina lidar com o presente e planejar o futuro. Logo, o farol enquanto cultura material que resiste a este lugar assume o poder legitimador da história do passado dessas pessoas que ao reinventarem em seu novo ambiente recapturam suas bússolas do tempo. Embora o farol apareça como cultura material central nessa análise, outros objetos provenientes dessas comunidades são

extremamente necessários para abordar o contexto histórico. Para que consigamos compreender ainda mais, é necessário trazer à tona quais objetos são esses, a quem pertence e como dialogam no contexto dos lugares significativos.

2.1 Entendendo o objeto da pesquisa na construção do “Semióforo”

A ideia de objeto esteve ligada a ideia de coleção, é o que considera Krzysztof Pomian (1934)⁴ apresentando a noção de que o objeto ao fazer parte de uma coleção ele perde o seu sentido utilitário. Essa perda de uso consagra a coleção que possui um fim determinado.

Um relógio que passa a integrar o museu, por exemplo, não tem mais a função de informar a hora. Esse objeto ganha um novo sentido, uma nova narrativa, uma função diferente. É o que afirma o historiador Francisco Régis Lopes Ramos (2001):

Ninguém vai a uma exposição de relógios antigos para saber as horas. No espaço expositivo, o objeto perde seu valor de uso: a cadeira não serve para sentar-se assim como a arma não é usada para disparar. Se abdicam suas funções originais, tais objetos passam a ter outros valores. Na perspectiva tradicional, o que merecia ficar no museu era, em geral, a memória da elite: a farda do general, o retrato do governante, a cadeira do político, a caneta do escritor, o anel do bispo... Tudo isso compunha o discurso figurativo de glorificação da história de heróis e indivíduos de destaque. Atualmente, os debates sobre o papel educativo do museu afirmam que o objeto não é mais a celebração e sim a reflexão crítica. Se antes os objetos são contemplados, agora devem ser analisados. O museu coloca-se, então, como o lugar onde os objetos são expostos para compor um discurso crítico (RAMOS, 2001, p.110).

O museu surge como gabinete de curiosidade, depois passa a ser um espaço de contemplação, deleite, de lazer. No entanto essas características foram sendo modificadas a partir de estudos científicos que impulsionaram o espaço museológico a uma realidade crítica, política, cultural e social. Michel Platini (2010) explica que “enquanto elo de comunicação entre o mundo visível e o invisível os

⁴ Doutor em Filosofia pela Universidade de Varsóvia, imigrou para a França nos anos 1970 quando se opôs ao regime comunista vigente na Polônia no período. Na França, fez carreira no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), ensinou na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) e na École du Louvre. Como historiador dedicou-se à história da cultura européia, à história das coleções e dos museus. Em 1984, foi convidado pela Enciclopédia Einaudi (Portugal) a escrever sobre o verbete Coleção. O resultado é um dos textos mais importantes acerca do estudo das coleções.

objetos são revestidos de valor. Este valor, é simbólico, agrega também o valor pecuniário” (Platini, 2010, 22). Por conta disso Pomian (1934) ressalta a importância de submetê-los a uma proteção especial, para evitar-se que sejam furtados e reinseridos no circuito das atividades econômicas.

Nesse contexto, o farol do Povoado Cabeço está diretamente ligado a ideia de objeto estabelecido por Pomian (1934) que designa a noção de “semióforo” ao assumir novos significados. Por outro lado, desvincula-se da ideia de coleção já que se trata de um objeto in situ e parcialmente naufragado, mas que possui seu valor simbólico perante determinados grupos que construíram suas vidas atreladas a ele e necessita estar num local que assegure sua permanência.

A memória entra em cena para elucidar os caminhos da preservação da estrutura faroleira, já que há um esquecimento desses objetos no Brasil, afinal a perspectiva de patrimonialização ainda é pouca diante da grandiosidade que esses bens possuem, os que obtiveram êxito não chegam a 10% dos mais de 300 faróis que existem no país.

Esse processo está condicionado à História como um fator determinante onde a memória se refugia, se privilegia e se reproduz. Neste caso específico, a memória se perpetua em locais, e podemos considerar que também se apresenta a partir da oralidade dos moradores que são testemunhos vivos dos processos e acontecimentos que norteiam sua vivência no lugar. Os meios de memória, nesse contexto, são evidências da cultura material que se manifestam no ambiente, entre as formações do meio aquático, físico e cultural.

Na Arqueologia, a memória é construída a partir de objetos, ruínas e monumentos, que são considerados lugares biográficos que abrigavam e salvaguardavam a história ou a continuidade de determinados povos. Os artefatos são suportes materiais construídos ou fabricados por grupos e indivíduos para uso recorrente ou representação de algo ou alguém. Essa ontologia dos objetos representa determinados grupos e até hoje fornecem respostas sobre modos de vida do passado.

As construções materiais, em sua espacialização e temporalidade, desempenham uma função importante ao permitir que os arqueólogos compreendam, por meio de estudos de campo, interpretações que contribuem para

o desenvolvimento social, repletas de representações simbólicas. Por meio das materialidades, é possível apontar e revelar os modos de vida de determinados grupos. Como salienta Munir Ayoub (2016), os objetos são compreendidos por meio de seus processos de produção, troca e uso, gerando histórias que podem se tornar centrais para certos indivíduos e/ou grupos em sua construção da memória.

A Arqueologia e a Museologia desempenham papéis importantes nesse percurso das ideias, onde as memórias se apresentam nos museus como espaços cristalizadores, que elegem e reconfiguram cenários e promovem a seletiva memória por meio das exposições permanentes. No contexto arqueológico, os materiais que são retirados de seu contexto original e passam pelo processo de identificação, classificação e musealização fazem parte de uma construção e reconstrução de significados, enquadrando-se em um modo de memória que surge a partir das transformações. Conforme Shanks e Tilley (1987) afirmam, "a musealização é a elaboração de um sistema estético para criar significados".

Nesse processo, Ayoub (2016) destaca que os artefatos arqueológicos, dentro desse extenso processo biográfico, tornam-se elementos ativos na geração da memória, por meio dos usos e reusos atribuídos por múltiplas gerações, que interpretam e reinterpretam esses objetos. Dessa forma, os artefatos arqueológicos auxiliam na materialização da memória, mas não representam uma memória cristalizada. Podemos pensar nisso a partir do semióforo, cujos "os objetos que não têm utilidade, no sentido que acabamos de precisar, mas que representam o invisível, são dotados de significados; não sendo manipulados, mas expostos ao olhar, não sofrem desgaste" (POMIAN, p.71, 1984).

No campo da Museologia, a dicotomia e a discussão em torno da memória são estabelecidas por meio de objetos, monumentos e museus, em uma perspectiva de representação e reconstrução das narrativas, uma vez que os centros de memória são produtores de uma memória seletiva, eurocêntrica e heterogênea.

É verdade que o processo de seleção e musealização no contexto da memória pode resultar na eliminação de parte da memória em curso. Ao entrar no espaço museológico, os objetos adquirem novos significados e valores que são preservados. Como Christopher Tilley (2006, p.24) afirma, "o esquecimento do passado é um "processo inevitável, a menos que seus traços sejam preservados",

e o processo de musealização serve como mecanismo de preservação dos traços materiais, preservando algumas memórias e esquecendo outras.

No entanto, a memória também revela fatos e acontecimentos que provoca mudanças na concepção, ela atua viva, pulsante. É o que veremos a seguir com os impactos que causaram toda uma mudança da vida dos moradores e inclusive contribuiu para a inundação do farol do Cabeço, como foi o empreendimento da Usina Hidrelétrica de Xingó.

2.2 O impacto de um projeto de desenvolvimento hidroenergético: De Xingó a Foz do São Francisco

De acordo com a CHESF (Companhia Hidroelétrica do São Francisco), a Usina Hidrelétrica de Xingó está localizado entre os estados de Alagoas e Sergipe, situando-se a 12 km do município de Piranhas/AL e a 6 km do município de Canindé do São Francisco/SE. A Usina de Xingó está instalada no São Francisco, principal rio da região nordestina, com área de drenagem 609.386 km², bacia hidrográfica da ordem de 630.000 km², com extensão de 3.200 km, desde sua nascente na Serra da Canastra em Minas Gerais, até sua foz em Piaçabuçu/AL e Brejo Grande/SE.

A usina posiciona-se com relação ao São Francisco a cerca de 65 km à jusante do Complexo de Paulo Afonso, constituindo-se o seu reservatório, face as condições naturais de localização num canyon, numa fonte de turismo na região através da navegação no trecho entre Paulo Afonso e Xingó, além de prestar-se ao desenvolvimento de projetos de irrigação e ao abastecimento d'água para a cidade de Canindé/SE.

Compreendem o represamento de Xingó as seguintes estruturas: barragem de enrocamento com face de concreto a montante com cerca de 140 m de altura máxima; na margem esquerda (AL) situa-se o vertedouro de superfície do tipo de encosta com as duas calhas e 12 comportas do tipo segmento com a capacidade de descarga de 33.000 m³/s; na margem direita (SE) estão localizados os muros, tomada d'água, condutos forçados expostos, casa de força do tipo semi-abrigada, canal de restituição e diques de seção mista terra-enrocamento, totalizando o comprimento da crista em 3. 623,00 m.

A usina geradora é composta por 6 unidades com 527.000 kW de potência nominal unitária, totalizando 3.162.000 kW de potência instalada, havendo previsão para mais de quatro unidades idênticas numa segunda etapa.

Figura 17 - Usina Hidrelétrica de Xingó



Fonte: CHESF, Ano 2020.

O noticiário da Folha de São Paulo, no índice geral, em 12 de setembro de 1994, por Ari Cipola (1994), noticiava a inauguração da Usina Hidrelétrica de Xingó, que se transformou numa mega obra do governo Itamar Franco após o fracasso do projeto de transposição de águas do São Francisco. A usina é a maior e mais cara construção pelo governo brasileiro a ser inaugurada nesta década. Seu preço é USS 3,2 bilhões, valor equivalente ao custo de construção das usinas nucleares de Angra 1 e 2 somados.

A definição de Itamar Franco pela data de inauguração e funcionamento da obra só aconteceu depois que a Folha informou no mês passado que o Ministério das Minas e Energia pretendia fazer exploração eleitoral de suas realizações. A reportagem da Folha revelou a existência de um bilhete que teria sido enviado pelo

ministro Alexis Stepanenko ao Secretário Executivo do Ministério, Delcídio Gomes, e ao Secretário Nacional de Energia, Peter Greiner.

A obra atravessou quatro governos, tendo sido planejada por João Figueiredo, José Sarney, Fernando Collor e concluída por Itamar Franco. Parte do financiamento da Obra se deu através de consórcio de bancos alemães, onde foi assinado um contrato em 1987, no governo Sarney. Xingó produz 3.000 megawatts por hora nas seis turbinas e geradores. Essa energia é suficiente para abastecer 4 milhões de residências. Representa ainda um acréscimo de 35% na produção total de energia do Nordeste.

Através da consulta realizada ao acervo da FGV (Fundação Getúlio Vargas), no CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea no Brasil), foi possível constatar que a construção da Usina contou com a primeira empresa pública de eletricidade do país, a CHESF (Companhia Hidroelétrica do São Francisco). Em abril de 1945, o ministro encaminhou ao presidente Getúlio Vargas o anteprojeto de criação da CHESF, justificando o empreendimento como obra-chave para o desenvolvimento do Nordeste.

Apolônio Sales também frisou a necessidade de deter o acelerado desequilíbrio entre o Nordeste e o Sudeste como um “imperativo da unidade nacional”. Seu plano original previa o aproveitamento múltiplo das águas do São Francisco, associando a produção de energia a projetos de irrigação e navegação, como vinha sendo feito nos EUA pela Tennessee Valley Authority (TVA).

A CHESF recebeu concessão pelo prazo de 50 anos para efetuar o aproveitamento industrial progressivo da energia hidráulica do São Francisco no trecho compreendido entre Juazeiro (BA) e Piranhas (AL), bem como autorização para fornecer energia elétrica em alta tensão aos concessionários de serviços públicos e de uma ampla região do Nordeste e, respeitados os direitos de terceiros realizar a distribuição direta de eletricidade. A área de atuação da companhia foi delimitada por um círculo de 450km de raio em torno de Paulo Afonso, abrangendo 347 municípios dos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, que somavam 516 mil km², situados em grande parte no Polígono das Secas.

A inauguração da Usina provocou uma alteração do nível do mar sobre o Rio São Francisco na foz, entre os municípios de Brejo Grande/SE e Piaçabuçu/AL foi possível sentir os primeiros impactos causados; perda da força do rio e avanço do mar sobre o território. O povoado Cabeço, uma vila onde residem aproximadamente 500 moradores, viviam nas dependências da Ilha do Arambipe, nas proximidades do Farol do Norte do São Francisco.

No Baixo São Francisco, o povoado Cabeço passou pelo mesmo processo e foi inundado. O único vestígio material que assegura a existência de um povo na localidade é o Farol do Norte do São Francisco Implantado na região pela Marinha do Brasil, servindo de base para a comunicação e a sinalização náutica com as embarcações que chegavam e saíam por aquela área.

O Fator predominante da perda da força do rio é o principal motivo do avanço do mar, como já mencionado acima, porém, nesse caso, há uma ruptura em consequência disso, o nome do farol e sua mudança provoca a percepção dos acontecimentos. Por exemplo, o farol perde sua função primária que é guiar as embarcações e assume uma função secundária, passa a ser norteador dos moradores do Cabeço, ou seja, ele assume significados que o potencializa enquanto patrimônio cultural, passando a ser conhecido como Farol do Povoado Cabeço.

A perspectiva de análise se desenvolve frente aos processos que ocorrem devido ao progresso idealizado no desenvolvimento de nação. Até a década de 1990, de acordo com Camila Figueiredo Lima (2016), o cabeço era uma ilha, onde residiam aproximadamente mais de 500 famílias e viviam basicamente da pesca artesanal.

O que se busca aqui é o reconhecimento das possibilidades existentes nessa arena de conflito, no sentido de avançar para pensar o papel da Arqueologia na dinâmica do que é considerado como patrimônio, para além do que institui o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que há tempos remotos só considerava patrimônio edificações e monumentos provenientes. Nesse caso, o farol assume sua importância material e imaterial, tendo como foco o processo de desativação e a representação que ressoa em todo estado de Sergipe, contribuindo para a preservação da memória e história náutica, marítima e cultural da região da foz do São Francisco.

O que foi ampliado em 1988, nos artigos 215 e 216 ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza imaterial. Se a noção de patrimônio é construída entre a relação que envolve determinados grupos e o pertencimento, é notável, por exemplo, a importância deste lugar para a comunidade do Povoado Cabeço, buscando reconhecer, através desse estudo, as relações sociais que se efetivam na legitimação que nega a história do povo ribeirinho.

Se a concepção de patrimônio é ampliada nos termos legais e institucionais, existe uma dinamização que engloba outras vertentes na complementação dos termos em suas variadas noções, podendo reverberar e contemplar outras formas de produção cultural e ambientes provedores de cultura assegurando formas de saber fazer e suas múltiplas concepções.

O desenvolvimento dessa perspectiva se amplia no sentido de pensar e legitimar o patrimônio cultural, aquele que por sua vez engloba os fazedores de comunidades tradicionais ou visto dentro de uma tradição que não os incluíram ao longo do tempo. Nesse estudo, os parâmetros elencados têm como referencial o Farol do São Francisco do Norte como noção de patrimônio, que já tem o reconhecimento da comunidade local, o que é muito importante, mas o que questionamentos é enquanto poder público, aqueles que possuem a dimensão de instituir políticas públicas de preservação, restauro e conservação, reconhecendo o seu potencial em alargamento nacional.

O termo patrimônio abrange para pensar o lugar e suas potencialidades, ao qual reverbera o reconhecimento de sujeitos do patrimônio na formação de culturas e memórias que não estão em seus devidos lugares de reconhecimento frente a história do lugar que se reconhece e se mantém viva por conta o único elemento de cultura material que resiste ao tempo.

As memórias coletivas estão impressas a partir do Farol do São Francisco do Norte inicialmente como configurador do sistema de sinalização náutica que pertence ao império brasileiro e pelo Farol do Cabeço pelo processo que se estende as transferências que ocorreram devido à inundação de suas dependências e do povoado ao qual habitava mais de 300 famílias, cada uma possuindo sua individualidade a respeito do lugar estendendo-se aos mecanismos de se pensar nas categorias de análises da memória como lembrar e esquecer, no que se inicia a memória traumática ao qual submerge frente a essas premissas.

Existe nesse espaço e tempo noções variadas a respeito da memória que está diretamente atrelada às áreas do conhecimento da Museologia e da Arqueologia. Ao pensar a cultura material como elemento primário das experiências mediadoras do conhecimento a partir da utilização dos dados e das informações preliminares, o arqueólogo pode interpretar o contexto histórico, espacial, ambiental e entender as formas de sobrevivência dos grupos humanos, modos de vida, economia, adaptação e subsistência que intermedia os fatos do contexto histórico. Por outro lado, a Museologia utiliza dos objetos que são também provenientes de uma dada cultura material para inserir num espaço de poder e criar narrativas em torno da representação desses povos.

Essa junção embora se apresente diferente ou próxima tem um panorama de salvaguardar os vários processos de memória que propõe ou reivindica as representações dos diversos grupos de maneira geral, no sentido de conceber a sociedade um estudo do passado para compreender o presente na transmissão da cultura. Esses processos de escolha, por exemplo, selecionam e excluem determinadas memórias, narrativas e a interpretação nunca é fidedigna, digamos que existe um esforço do profissional para não cometer injustiças nesses processos de legitimação da cultura material e da memória de um povo. Nesse caso, observa-se uma construção da racionalidade a partir de um olhar ou uma construção daquilo que se propõe pensar nos espaços através dos objetos que são intermediadores dessas construções sociais e simbólicas.

O que nos faz pensar no tempo do que era uma pirâmide para os egípcios e como se é pensado as pirâmides hoje. Ou seja, a memória cultural também se descola a partir da interferência ocidental como um impacto da paisagem. Perceber essa materialidade envolve o ver, o ouvir e analisar documentos históricos como bem os fatos que se antecedem nas reformulações dos avanços da sociedade.

As correlações que existem apresentam o Farol como intermediador do passado e do presente nas relações que envolvem a cultura material e a construção da memória. Porém, o que nos cabe agora é compreender o espírito da coisa pensando nos termos que estão imbricados dentro desse emaranhado, compreendendo a Arqueologia e pensando na construção faroleira e náutica dessa região e a interligação do povoado Cabeço e da ocupação nas Dunas de Piaçabuçu que estão interligadas nesse contexto.

A pesquisa avança no sentido de prover da discussão para além do ato de rememorar, mas visa compreender a espiritualidade que se expressa a partir da materialidade, ao qual podemos compreender dentro da perspectiva da ocupação que se deu na triagem da leitura da paisagem frente às modificações ao longo do tempo que ocorre e modifica o lugar.

A paisagem possui uma narrativa que emerge das pesquisas arqueológicas e está intrinsecamente ligada à questão da memória, que é alimentada pelas lembranças conectadas aos objetos provenientes dos vestígios arqueológicos. A paisagem vai além de ser apenas terra, natureza e espaço; ela é heterogênea e qualitativa.

Nesse contexto, a paisagem está relacionada com a ocupação e as diversas formas de atividades desenvolvidas ao longo do tempo por diferentes sociedades ou grupos que habitam um determinado espaço.

A natureza, nesse caso, é concebida como algo intrinsecamente ligado à cultura. O espaço, por sua vez, é visto como algo concreto, representado por uma linha de conexão entre dois pontos no mapa. No entanto, a paisagem está associada ao lugar e às atividades que são realizadas nele, permitindo-nos pensar nesse termo como um aspecto cultural.

Monumentum “alguma coisa que faz lembrar”, ligada à raiz do verbo “monere”: lembrar, avisar, iluminar (HOODER, 2012). O conceito pode estar ligado também ser a uma forma de preservação estadista, como uma glorificação da memória, daqueles que vencem. Porém, a palavra em si de monumento tem a ver com essa preservação do ato heroico, sendo questionado a sua intenção que se liga ao viés político ligado a uma memória oficial.

Esse pode ser um exemplo da construção ligada ao ato de lembrar, podendo ser classificado como uma memória cultural ligada diretamente aos monumentos que surgem nesse pragmatismo da incidência da projeção política que interfere na paisagem. Outro exemplo, o Arco do Triunfo (PARIS) – 1806 – 1836, que está ligado à mesma função de construção atrelada ao lembrar-se de uma glória ou um feito grandioso que merece sua marca na sociedade e consequentemente na memória social.

O Assmann (2016) pensa na memória de longa duração, com as construções monumentais que são estabelecidas e reverbera até os dias atuais perpetrando a memória ligada as diversas identidades desses vestígios do passado de forma diferentes a partir da percepção dos grupos que os atuam.

A discussão a respeito da materialidade não é atual, nos últimos anos teve uma mudança na década de 90, estando muito ligada ao sentido abstrato, ao oculto, então o pensamento se apropria a pensar sobre a ligação humana com os objetos e não mais apenas humanos e objetos de formas isoladas, mas na relação de interdependência.

Ian Hodder (2012) utiliza o termo de entanglement, no sentido de emaranhamento que está correlacionado a várias coisas, sendo parte dessa dinâmica da dependência entre humanos e coisas. O Hodder (2012) vai além ao pensar o emaranhado de coisas, focando na relação entre humanos e objetos, avançando ao pensar nas dependências entre humanos e outros humanos, humanos que dependem das coisas, coisas que dependem do homem, coisas que dependem das coisas.

As coisas estão emaranhadas nas interpelações onde há uma dependência entre o objeto e as coisas, sendo obras humanas elas também dependem dos indivíduos. A ideia do Hodder (2012) se estende um pouco mais ao pensar na trama entre objeto e objeto, tal perspectiva vem da preocupação desse materialismo, a pensar como essa materialidade faz parte do nosso dia a dia, sendo preciso pensar nelas. Essa relação está inteiramente ligada à sociedade industrial, mas essa contextualização se dá a partir da análise em sítio arqueológico, onde cada fragmento corresponde a trajetória de vida para criar sua materialidade e a sua incidência no espaço cabendo a interpretação.

De acordo com Paulo Funari e Charles Orser Jr (1992):

Gerações e gerações de iletrados nos são acessíveis apenas por sua civilização material: por seus instrumentos de trabalho, por seus grilhões, por seus enfeites e por seu artesanato. O estudo deste mundo material pode levar o arqueólogo, (...), a adotar uma concepção materialista que procura explicar, a partir da cultura material, a estrutura espiritual da sociedade e, a partir da exploração material, a estrutura e as relações de poder (Funari; Orser Jr, 1992, p.07).

Se no início o objetivo foi pensar sobre a memória dos pescadores do povoado Cabeço, agora nos cabe aprofundar a pesquisa para pensar na relação entre a objetividade da coisa. Como se deu o povoamento próximo ao Farol do Norte do São Francisco, como o farol é compreendido dentro da Marinha, quais as causas e efeitos levaram a desativação do Farol e como se compreende o espaço como sítio arqueológico subaquático?

Além disso, se evidencia outro meio de ocupação que está diretamente ligada a instituições que fomentam a segurança Nacional através do sistema de sinalização náutica no Brasil. O Farol, ao que presume Ian Hodder (2012) também tem sua interdependência para o funcionamento e a garantia dos navegadores, fazendo-nos discorrer na ocupação faroleira de caráter náutico e marítimo que se desenvolve também nessa área. Em seguida veremos como o farol assume uma relação de poder e as memórias que ressoam o tornam vivo e pujante nessa íntima relação, afinal pensamos a patrimonialização como esse ser elo entre o humano e objeto que possui um valor significativo como parte da história e não distante dela.

2.3 Memórias e relações de poder: Como o Farol resplandece

No contexto das memórias e relações de poder é importante explorar como o Farol do Povoado Cabeço resplandece como um elemento significativo. O Farol não é apenas um marco físico na paisagem, mas também possui uma carga simbólica e histórica que reflete relações de poder presentes na sociedade.

Ao analisarmos a história do Farol podemos identificar como sua construção e função ao longo do tempo foram influenciadas por dinâmicas de poder. Por exemplo, a decisão de construir um Farol naquela região pode ter sido motivada por interesses políticos, econômicos ou estratégicos de determinados grupos ou instituições. Essas decisões refletem relações de poder entre diferentes atores envolvidos no processo.

Além disso, o próprio funcionamento e manutenção do Farol podem ser entendidos como manifestações de poder. Aqueles que têm o controle e autoridade sobre o Farol exercem poder ao determinar sua operação, definir seu propósito e regular o acesso a ele.

É fundamental examinar como as memórias relacionadas ao Farol são moldadas e selecionadas de acordo com essas relações. Através da musealização e curadoria das narrativas e objetos relacionados ao Farol, certas versões da história podem ser privilegiadas, enquanto outras são silenciadas ou marginalizadas. Isso implica em uma negociação constante de significados e na construção de memórias seletivas que servem a determinados interesses.

Ao analisar as memórias associadas ao Farol do Povoado Cabeço, é fundamental considerar as relações envolvidas em sua criação, manutenção e interpretação. Isso nos permite compreender como o Farol resplandece não apenas como um elemento físico, mas também como um dispositivo que reflete e reproduz dinâmicas sociais e culturais.

Na arqueologia alguns teóricos e pensadores trazem algumas reflexões sobre memória em diferentes temporalidades são Goldon Childe (1977), Bruce Trigger (2004) e Alain Schnnap (1996), tais pensamentos refletem sobre o passado e fornecem um suporte sobre a significância que a memória apresenta na conjunção individual e coletiva.

Pensando nesse passado, Alain Schnnap (1996), nos aponta, ao discorrer sobre o começo da história, que a memória já era usada como uma forma de manutenção de poder das dinastias, ainda no século VI a.C. Le Goff (1990), nessa via, fala da memória como o vívido da relação com o passado, que obedece a interesses individuais e coletivos.

Por conseguinte, Sofia Rodrigues (2022), considera que uma autopercepção da memória como ferramenta pode ser, talvez, o nascimento de uma autopercepção da memória como ferramenta do passado. A consciência como passado se cria do uso do passado para legitimar a ação do presente. E não só a consciência de uma época anterior ao momento que se encontra, mas também do indivíduo se entender no tempo como um todo contínuo. Nas palavras de Le Goff “a oposição passado/presente é essencial na aquisição da consciência do tempo” (Le Goff, 1990, p.13).

Nesse sentido, a memória é um elo fundamental entre os moradores e as lembranças que possuem do seu passado, o farol é o monumento/objeto que

acionam essas memórias. Para entender melhor essa junção se faz necessário unir o pensamento arqueológico histórico na relação da memória com a história.

Em um movimento científico onde seria necessário reafirmar as bases e definir seus objetos de estudos, no século XIX, iniciaria em Países como França, Alemanha e Inglaterra o traçado das ciências acadêmicas. E, a partir da independência e singularidade das disciplinas universitárias consolidadas, começa a ter, definitivamente, as escolas de pensamento (Rodrigues, 2022, p. 519).

Funari (2021) dentro de uma vertente americana de pensamentos arqueológicos, define que a História é o estudo dos documentos escritos, enquanto a Arqueologia seria o estudo da cultura material. Contudo, principalmente em contextos coloniais, entra em vez da Arqueologia Histórica (Orser Jr, 1992) que seria um diálogo entre os dois suportes.

No Século XX, por exemplo, a História segue vertentes das escolas Germânicas, Francesas e Britânicas. E, no amago dos franceses, temos as gerações dos Annales (iniciada por Bloch), as quais definiram grande parte das formas de olhar os pesquisadores (Sofia Rodrigues, 2022, p.519).

Por outro lado, a Arqueologia a muito se desenvolve paralelo a essas movimentações. Suas diferenciações, ao longo do tempo, ocorrem com base nas divergentes preocupações com as quais os arqueólogos trabalham em cima do artefato, momento em que surge suas correntes teóricas, como definidas por Sofia Rodrigues (2022): Histórico Cultural (fins do século XX até 1960), preocupada em estabelecer histórias e paralelos culturais, bem como datações; Arqueologia processual, voltado as estruturas e a um olhar cientificista (concentrada nas décadas de 1960 a 1980); e Arqueologia pós processual, atual, que se distingue em outras varias, tais como Arqueologia simbólica, Arqueologia cognitiva e Arqueologia crítica, nas quais, a memória subjetiva e tentativa de retomada a subjetividade (para além da objetividade dos fatos), também é atrelada aos objetos físicos (ORSER JR, 1992).

Essa subjetividade está diretamente interligada ao contexto da memória e do território onde se ver necessário pensar a partir de uma realidade individual. Um dos principais pontos dessa mudança é a necessidade de olhar além do funcionalismo e direcionar o olhar para o território e as memórias que ficaram

ocultas ao longo da história, em contraposição à memória coletiva que foi construída e perpetuada pelos jogos de poder. O autor Michael Pollak (1989) destaca a função das memórias traumáticas, silenciadas e amarradas pelos discursos dominantes, que são legitimados e cristalizados em museus e outros espaços de memória.

Essa dinâmica de poder e seleção das memórias reproduz a lógica de manutenção de privilégios, originada da ordem colonizadora e que legitima discursos que são impostos de cima para baixo. Os museus e centros culturais, nesse contexto, desempenham um papel importante na reprodução dessa narrativa hegemônica, reforçando a ideia de uma civilização dominante e da nacionalidade detentora dessa construção histórica.

No entanto, a memória tem um papel fundamental na sociedade, buscando estabelecer conexões entre o passado e o presente, valorizando as vivências e experiências coletivas. É importante romper com a categorização binária de memória como "coletiva e individual" e considerar também as memórias silenciadas e traumáticas que envolvem outros processos, povos e culturas. Essas memórias diferem da história oficial e requerem o reconhecimento e a legitimação de outras narrativas.

Michael Pollak (1989) enfatiza a importância de flexibilizar as abordagens da memória para compreender as memórias que atravessam o indizível, reconhecendo que elas são detentoras de um conhecimento construído a partir de realidades subjetivas e históricas. Essas memórias desafiam a ordem estabelecida e emergem como mecanismos materializados e interpretados, criando narrativas que se contrapõem à sistematização da memória silenciada, ocupando um lugar de destaque e apresentando o não lugar.

Enquanto a História tradicionalmente estava associada a um movimento linear de ações estratégicas que ocasionavam mudanças, atualmente ela é considerada uma das fontes explicativas das estruturas atuais. Myrian Sepúlveda Santos (2013) menciona a abordagem de Maurice Halbwachs (1968), que se baseia na macro e microanálise das representações, abrangendo tanto o estruturalismo quanto a fenomenologia nas linguagens dos mitos e rituais.

Além disso, a concepção cronológica do tempo estabelecida pela Igreja Católica não é mais o único foco das análises sociológicas e antropológicas. Agora, os estudos das memórias incorporam outros sentidos e subjetividades humanas, explorando os rituais e fenômenos que reproduzem e interpretam os signos e significados. Nessa perspectiva, surgem as diferentes subjetividades e os espaços de memória vão além das instituições, abrangendo todo o território em sua construção simbólica e diversa.

Esse simbolismo pode ser visto, por exemplo, Ney Dantas (1939:49) que construiu um importante obra “História da Sinalização Náutica Brasileira e breves memórias” tirando do anonimato o nome de tantos heróis que trabalharam por todo litoral de vias navegáveis interiores. A ideia a princípio era sustentar uma lacuna onde seria necessário “preencher uma concha de retalhos” existindo uma relação interdependência de fatos, causas e efeitos.

Ele apresenta que a História dos nossos faróis, por exemplo, não é uma história de um só personagem. Muito pelo contrário, eles são mais de uma centena de monumentos vivos, olvidados aqueles já destruídos pelas forças da natureza ou os abandonados pelo avassalador progresso que os envolveu. A Obra ainda traz o contexto de como outros países tratam seus faróis, correlacionando com a nossa imagem enquanto nação, que pouco se tem dito, escrito sobre faróis de nossa terra.

Nesse caso em particular, como os Museus encara a realidade de não abordar os faróis como patrimônio e ainda não o ter em suas exposições? Essas narrativas náuticas também apresentam uma dimensão simbólica gigantesca para a história nacional e para as histórias locais.

A memória desses arquétipos passa por uma cronologia da lembrança e do esquecimento em um ato contínuo que reverberam em seus desdobramentos o desinteresse de perpetuar os faróis enquanto patrimônio, mas é necessário que se comece a pensar na mudança de rota e de paradigma para os faróis, pois são parte do desenvolvimento do país. Ney Dantas (2000) sinaliza mais uma vez que as estruturas faroleiras estão no anonimato e nos apegamos a essa afirmação para dizer que os museus que é um espaço de poder também não tem pensado na salvaguarda da história dos faróis.

Encontra-se Museus sobre os mais variados assuntos, épocas ou personalidades. Conhecemos colecionadores dos mais estranhos

objetos, de moedas e cédulas a soldadinhos de chumbo, de caixas de fósforos ou estampas do antigo sabonete Eucalol a selos, que, aliás, em nosso País, nunca apresentaram um farol, embora tenhamos quiçá o mais antigo da América do Sul e o situado no ponto mais oriental de todo o Continente Americano. Dispomos de farta literatura a respeito de navios, aeronaves, locomotivas, armas, casas ou flores, algumas em excelentes edições de arte, mas sobre faróis, nada ou quase nada; eles continuam desconhecidos ou semiesquecidos. (DANTAS, 2000, p. X).

Partimos desse pressuposto para condicionar o lugar do Farol do Norte do São Francisco a, talvez, o lugar do esquecimento para a lembrança, pensando aqui na categorização utilizada pela discussão a respeito da memória. Notadamente, é irredutível pensar que ele já foi esquecido pelo poder público ao observar o seu estado de conservação, podendo tombar literalmente entre as águas.

De acordo Edilson Carneiro Silva (2014), o farol foi símbolo material instituído sobre a ilha no século XIX (CODEVASF, 2023), cujo controle e operação eram de responsabilidade da Marinha Brasileira, a partir do seu comando oriundo do estado de Sergipe. Nele atuavam soldados da Marinha, que ficavam na ilha para sua manutenção e garantir que ninguém tocasse ou mexesse nas máquinas de controle.

Para as comunidades que residiam nas proximidades do farol, ele não era apenas uma estrutura física, mas fazia parte do seu cotidiano e da sua identidade. Essas comunidades desenvolveram uma relação de interdependência com ele, contando com sua presença para orientação, segurança e sustento.

No entanto, à medida que o farol é desativado e as luzes se apagam, a lembrança desse ícone começa a se desvanecer gradualmente da memória coletiva. Porém, as histórias, tradições e experiências compartilhadas permanecem vivas na comunidade do Saramém, local que abriga hoje os remanescentes do Povoado Cabeço.

A lembrança entra em cena e as novas gerações crescem no enredo de conhecer seu passado histórico. O objeto material aparece como eixo central dessas categorias que enriquecem os estudos da memória para a conjunção dos fatos históricos.

No capítulo a seguir, é realizado uma análise arqueológica nessa região tendo como objetivo principal investigar e compreender a história e as

características das ocupações humanas desde os tempos mais remotos até os períodos mais recentes. Isso envolve a identificação de sítios arqueológicos, a análise das estruturas e vestígios encontrados no local.

Através dessa perspectiva, é possível obter informações sobre os modos de vida, as práticas culturais, as tecnologias utilizadas e as interações sociais das comunidades que ocuparam a região. Além disso, a análise arqueológica pode fornecer percepções sobre as transformações ambientais ocorridas ao longo do tempo e sua relação com as atividades humanas

2.4 Povoado Cabeço: Lugar de muitos, território de ninguém...

O povoado Cabeço situa-se no extremo norte do Estado de Sergipe, em zona de planície litorânea, na Foz do Rio Francisco, onde se encontra o Farol que foi instituído por Dom Pedro em 1870, como marco denunciador da existência de um povoado. A presença de navegadores europeus no local é datada de 1501. A região ocupada há 400 anos pelos franceses foi usada para o comércio do pau-brasil (Vargas, 1999) e há 150 anos se consolidou como ilha de pescadores (Sergipe, 1997).

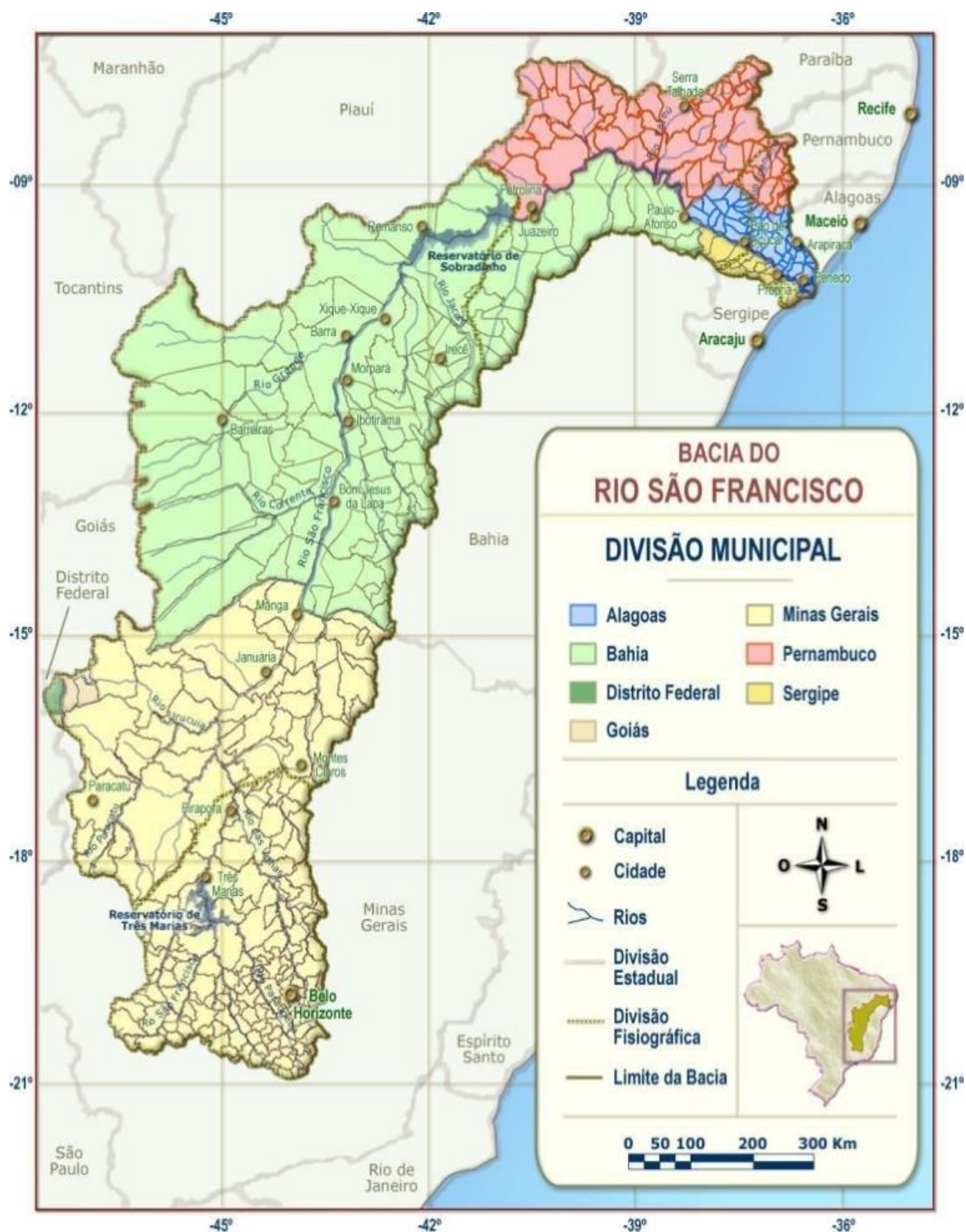
No ano de 1987, entre Alagoas e Sergipe, a 12km do município de Piranhas AL, a 6km de Canindé do São Francisco/SE e a 179km da foz do rio, foi construída a Barragem de Xingó, cujo reservatório ocupa uma área de 60km² e drenagem igual a 608.772km² (Araujo; Aguiar Netto; Gomes, 2016, p.240).

Brejo Grande está localizada nas coordenadas geográficas 10°25'28" de latitude sul e 36°07'44" de longitude oeste, com altitude 6,0 metros, encontrando-se inserida na bacia hidrográfica do Rio São Francisco, na margem direita. Ao norte fica o município de Piaçabuçu/AL, a oeste a Ilha das Flores e a sudoeste e sul limita-se com Pacatuba/SE. Ocupa uma área de 148,9², com 7.841 habitantes (IBGE 2022), o que representa um aumento de 1,28% se comparado com o censo de 2010.

A economia está ligada a atividades de pesca e a produção do arroz e coco, razão, porque os habitantes do Cabeço são constituídos, em grande parte, por pescadores, plantadores de arroz e catadores de coco (Araujo; Aguiar Netto; Gomes, 2016, p.240).

A Bacia hidrográfica do Rio São Francisco chama atenção por ser uma região de grandes investimentos dos setores elétricos e agrícola (Jesus & Gomes, 2012). Estes usos são responsáveis por alterações significativas em seu regime hidrológico, refletindo com maior radicalidade na região do baixo curso, promovendo assoreamento do leito, erosão das margens, redução da fauna e da flora, aumento da cunha marítima e salinização da água e do solo, aumento do espelho e redução da lâmina d'água (Fontes, 2011).

Figura 18 - Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco



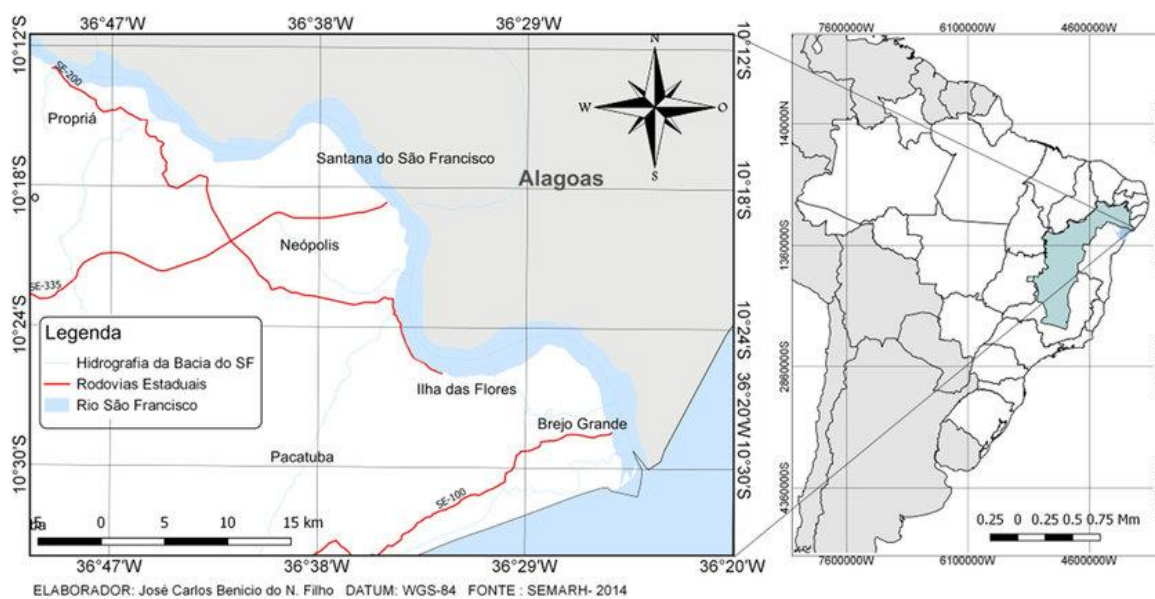
Fonte: Palma, Ano 2017.

O Rio principal, São Francisco, tem 2. 647 km de extensão, nasce na serra da canastra no estado de Minas Gerais, escoando no sentido sul-norte pelos estados da Bahia e de Pernambuco, quando altera seu curso para leste, chegando no ao oceano atlântico através da divisa entres os estados de Alagoas e Sergipe.

O rio São Francisco, historicamente avaliado pelo seu caráter de integração nacional, é visto como importante desde o período colonial, tanto pelo seu potencial de navegação, como pela fertilização de solos, favorecendo as lavouras de cana de açúcar e agricultura de subsistência, e assim pode ser considerado o grande responsável pelo povoamento do interior do Brasil (FILHO, 2015).

No Baixo São Francisco Sergipano, as cidades que o rio percorre já no seu curso final são: Propriá, Santana do São Francisco, Neópolis, Ilha das Flores e Brejo Grande, ver imagem abaixo:

Figura 19 - Mapa da Bacia hidrográfica do rio São Francisco, suas regiões fisiográficas em destaque o Baixo São Francisco.



Fonte: SEMARH, 2014.

As consequências dos impactos na calha do Baixo São Francisco são sentidas a partir do início das obras de Xingó, na década de 1980. A partir do ano de 1994, após a entrada em operação da primeira turbina da usina, a erosão

marinha no Povoado Cabeço se acelera, com perdas materiais para os moradores (Araujo; Aguiar Netto; Gomes, 2016, p. 240-241).

A seguir apresento algumas imagens do povoado Cabeço, seu cotidiano entre 1980-1990 e o processo de destruição a partir de 1994.

Figura 20 - Moradores do Cabeço e as residências de barro



Fonte: Antônio Santos, Ano 1990.

Figura 21 - Sociabilidade e cotidiano no povoado Cabeço



Fonte: Antônio Santos, Ano 1992.

Figura 22 - Presença da igreja, residências e o Farol do Cabeço



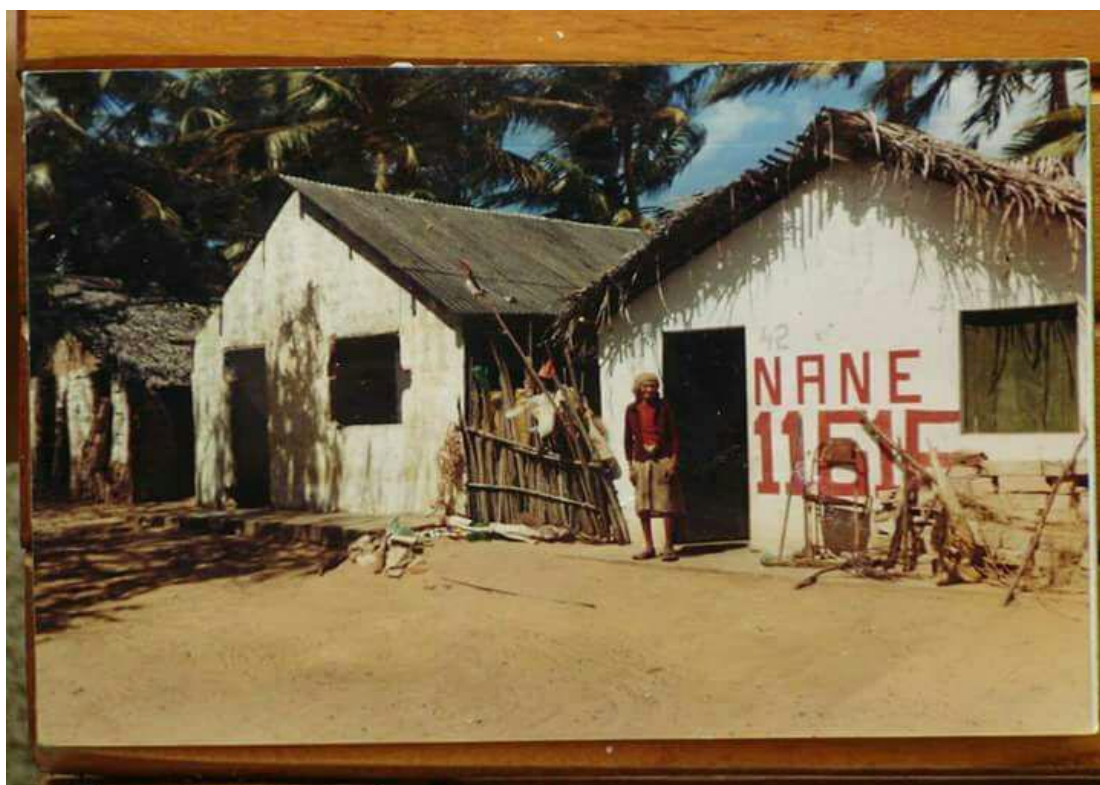
Fonte: Antônio Santos, Ano 1992.

Figura 23 - Noticiário do processo de inundação do Povoado Cabeço em decorrência da vazão do Rio São Francisco



Fonte: CPERH, Ano 1997.

Figura 24 – Casas ainda de taipa no Povoado Cabeço



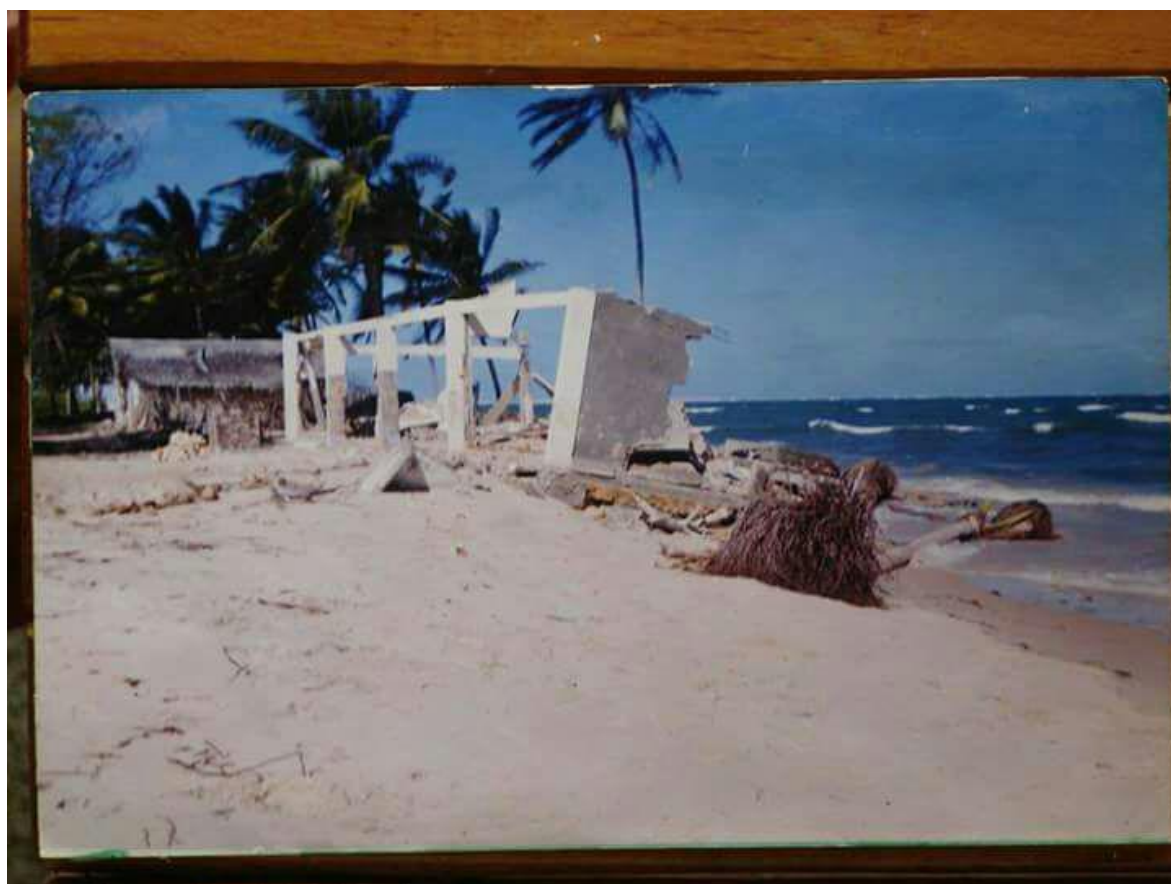
Fonte: Antônio Santos, Ano 1994

Figura 25 - Processo de avanço do mar sobre o Povoado Cabeço



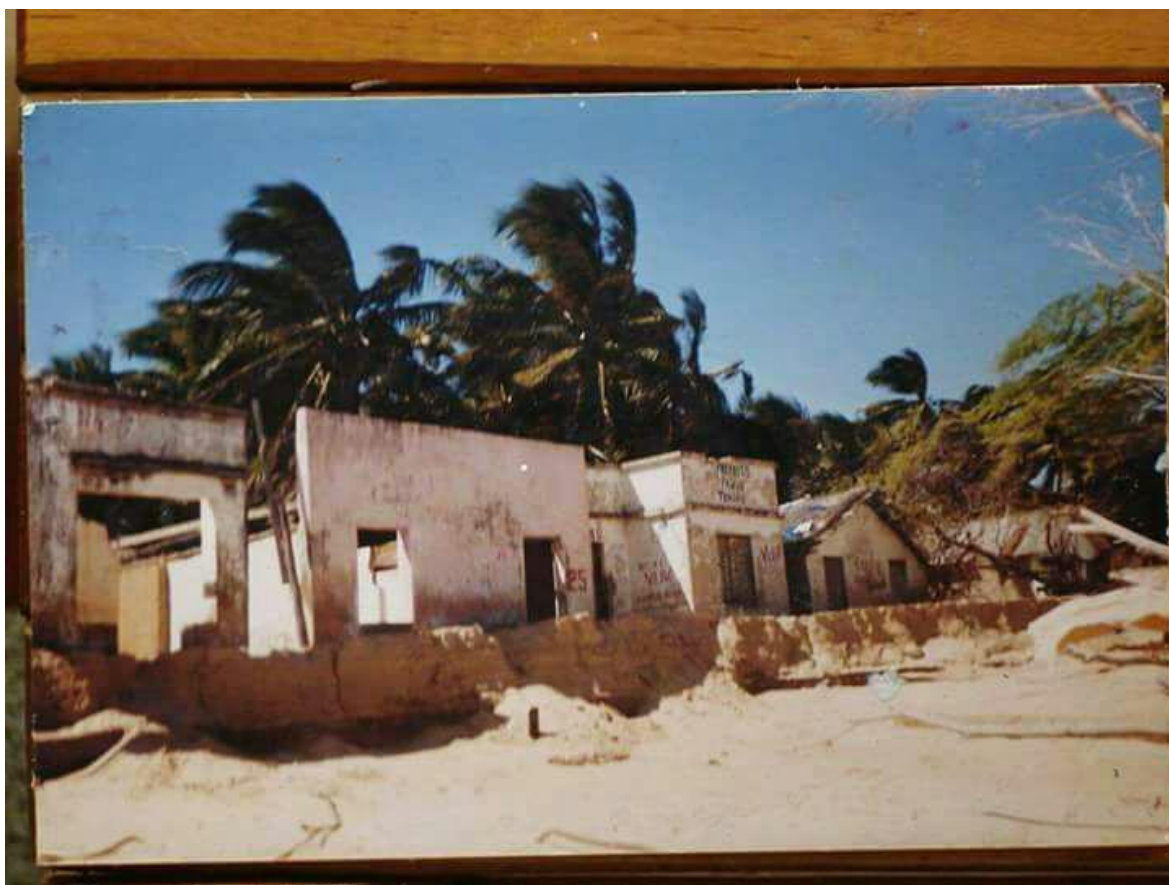
Fonte: Antônio Santos, Ano 1994.

Figura 26 - Processo de avanço do mar e a destruição das estruturas habitacionais



Fonte: Antônio Santos, Ano 1994.

Figura 27 - Processo de avanço do mar sobre as casas do Cabeço



Fonte: Antônio Santos, Ano 1994.

Figura 28 - Processo de avanço do mar sobre as casas do Cabeço



Fonte: Antônio Santos, Ano 1994.

Figura 29 -Processo e destruição das casas habitacionais do Cabeço



Fonte: Antônio Santos, Ano 1994.

Após a devastação do povoado Cabeço os moradores foram transferidos para um lugar que foram construídas casas para abrigá-los, iniciaria em 1999 o povoamento do Saramém. Segundo Albuquerque (2013) o conjunto, inicialmente, foi povoado por habitantes de duas partes da região do município de Brejo Grande: uma parte veio a ser ocupada por moradores do antigo Porto Saramém, localizados próximos ao povoado Resina, e a outra parte da população foram os moradores do antigo Povoado Cabeço, que vieram desabrigados devido às inundações em suas terras.

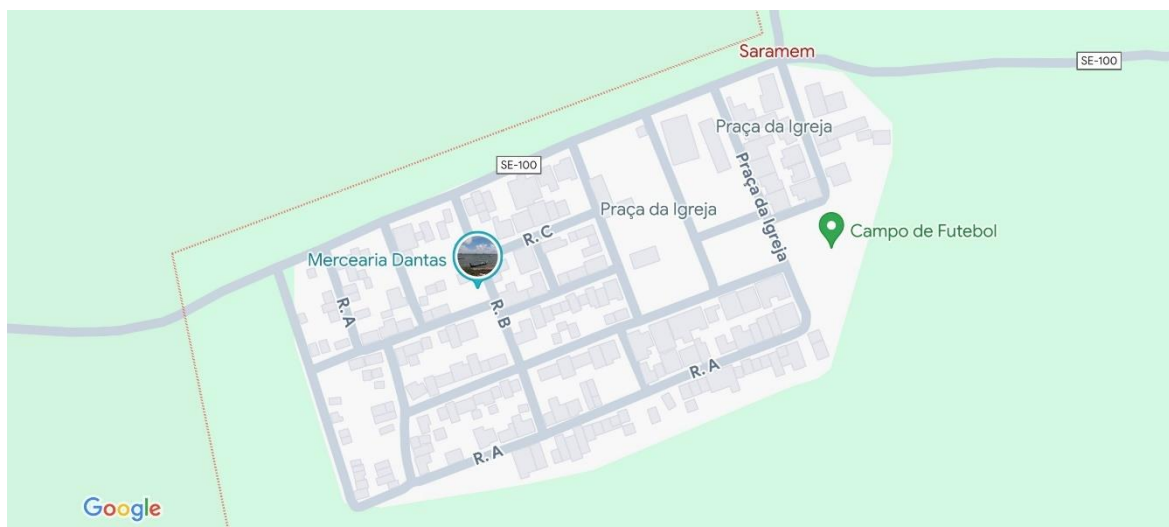
Albuquerque (2013) em seu estudo de como se deu a formação do Povoado Saramém diz que a Prefeitura de Brejo Grande cedeu um território mais afastado do rio para a construção de 80 casas para acolher essa população. Com o crescimento geracional, após as famílias desmembrarem da casa dos seus pais e construírem suas próprias famílias, começaram a construir novas residências por contra própria. Depois disso, novas casas foram construídas no povoado que ficou

conhecido como “Maria do Carmo” em homenagem a Senadora que também estava associada a Secretaria de Assistência Social no governo da época.

De acordo com Camila Lima (2016) Logo após, em 2008, houve a distribuição de uma nova leva de casas; estas foram construídas e distribuídas à novos moradores vindos da Resina pois o fato que embasa esta ação era que o povoado Resina estava ocupando uma área particular pertencente a uma grande empresa de construção civil no estado, e a distribuição destas casas faria com que a população que ocupara a área ilegalmente migrasse para as novas casas. Estas casas ficariam conhecidas como “casa da Norcon”.

Logo após, a Caixa Econômica Federal distribuiu mais 80 casas para abrigar novas e outras famílias através do seu programa habitacional. Este novo conjunto de casas, construídas até o ano de 2010 é conhecido como “casas da Caixa”. As disposições destas casas seguem o padrão de conjuntos habitacionais, que diferem bastante das disposições habitacionais no Cabeço.

Figura 30 - Disposição das ruas do Povoado Saramém



Fonte: Google Maps, Ano 2024.

Figura 31 - Disposição de parte das casas do Povoado Saramém com Igreja localizada ao Centro



Fonte: Saramém em destaque, Ano 2022.

Figura 32 - Disposição do Povoado Saramém atual



Fonte: Gustavo Ramalho, Ano 2020.

Figura 33 - Paisagem, estrada vicinal e localização do Povoado Saramém



Fonte: Gustavo Ramalho, Ano 2020.

De acordo com Camila Lima (2016) Quando habitavam o Cabeço, os moradores não tinham acesso à energia elétrica, nem serviços de saneamento básico e infraestrutura. Hoje, com o êxodo provocado pela inundação da ilha, os habitantes do Saramém estão em área continental, e não

mais isolados, ilhados, como antes viviam; e contam com o parcial abastecimento desses recursos como atuais meios de produção de sua existência.

A energia elétrica foi uma grande novidade para os novos moradores do Saramém. Entrando nas casas das pessoas ou simplesmente circulando pelo conjunto, logo percebe-se a influência dos hábitos de “outra gente”. Sons em volumes altos, tocando músicas de ritmos da moda, espalhando composições entre o sagrado e o profano. Os aparelhos de Tv estão quase sempre ligados, mesmo que ninguém esteja os assistindo. Os refrigeradores possibilitam a formação e o consumo de novos hábitos alimentares. Lá também existe um posto de saúde, duas escolas (de ensino primário e fundamental), bares, lanchonetes, mercearias e igrejas.

Em algumas conversas com os moradores do Saramém na nossa visita de campo é quase que habitual eles relatarem da saudade do antigo Povoado Cabeço, sobre as dificuldades pelo fato da distância das casas em relação às águas, que representam os maiores recursos para atividade de subsistência e econômica para os ribeirinhos, onde se tinha uma relação muito próxima em seus processos de vivência no antigo lugar.

Foi devido a isso que notamos que no porto do Saramém muitas casas de palafitas foram construídas para estarem mais próximo ao rio e para que os pescadores que saiam para desenvolver suas atividades seja no rio ou em alto mar ter onde deixar suas ferramentas, como redes de pesca, caixas de isopor, lanternas, remos, motor de barco rabeta, entre outros.

Além disso, nas tardes de sábados e domingos essas casas construídas a beira do rio servem para o lazer de muitas dessas famílias. As fotografias que apresento abaixo foi tirada numa visita de campo em 2023:

Figura 34 - Paisagem do porto do Saramém



Fonte: Darly Calumby, Ano 2023.

Figura 35 - Casa de palafitas construídas a beira do rio no porto do Saramém



Fonte: Darly Calumby, Ano 2023.

Figura 36 -Porto do Saramém e a presença da construção em palafitas



Fonte: Darly Calumby, Ano 2023.

Figura 37 - Porto do Saramém com a presença de embarcações a motor rabeta



Fonte: Darly Calumby, Ano 2023.

Camila Lima (2016) relata que o contato com o Povoado se deu devido a uma de uma perícia encomendada pela Justiça Federal do Estado de Sergipe a um dos

professores do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Exclusão, Cidadania e Direitos Humanos (GEPEC), grupo este que sempre se ocupou com a análise das instituições e das relações que estas mantêm com os diversos modos de vida de coletividades. A participação na perícia judicial foi proposta em março de 2011, dando início à formação da Comissão Pericial para atuar nas Ações Cíveis Públicas de Responsabilidade por Danos Ambientais que tem como requerentes a Associação de Pescadores do Povoado Cabeço e Saramém (Processo nº 0000420-35.2003.4.05.8500) e a Associação Comunitária do Povoado Cabeço e adjacências (Processo 00002809-27.2002.4.05.8500) e ambas ajuizadas em face da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) e outros.

A equipe socioambiental assumiu o desafio de dimensionar o aspecto socioambiental em questão, levando em consideração a resolução que introduz a dimensão sociocultural nos estudos EIA/RIMA, destacando uma ampla extensão dos conflitos em curso que não estariam contempladas na noção de impactos ambientais que não levassem em conta o social. De acordo com relatório acadêmico de Lima (2016):

O objeto dos processos – são dois os processos, que desde o ano de 2009 tramitam juntos devido à conexão fática – é uma indenização por danos ambientais que os moradores do antigo povoado do Cabeço pretendem. Os antigos habitantes desta comunidade, que fora inundada e destruída pelo avanço da cunha salina do mar alguns anos após a construção da barragem da Hidrelétrica de Xingó, incumbem à CHESF, proprietária do empreendimento, a responsabilidade pelo ocorrido. [...] Em 2002, a associação do extinto povoado decide ingressar em juízo com ação civil pública por danos ambiental, com fins a restituir aqueles prejudicados com a perda de seus patrimônios. (LIMA, 2016, p. 2).

Após 20 anos de espera os moradores do Cabeço foram indenizados, é o que destaca a manchete do G1.Globo.com/Sergipe⁵:

⁵ G1. GLOBO/SERGIPE. Aracaju, 15/05/2024. Disponível no link: <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2024/05/13/apos-20-anos-moradores-do-povoado-cabeco-em-se-recebem-indenizacao-de-r-40-milhoes-da-chesf.ghtml>

Figura 38 - Moradores do cabeço são indenizados

g1

SERGIPE

Após 20 anos, moradores do Povoado Cabeço em SE recebem indenização de R\$ 40 milhões da Chesf

Cerca de 300 moradores perderam suas casas depois que elas ficaram submersas em virtude de várias enchentes.

Por g1 SE

13/05/2024 18h18 · Atualizado há 2 meses

Fonte: G1. GLOBO/SE, Ano 2024.

Esse valor foi repassado pela CHESF para cerca de 300 moradores, referente as perdas de suas casas e terrenos em decorrência do empreendimento da Usina Hidrelétrica de Xingó. De acordo com o Ministério Público Federal, após a construção da barragem de Xingó, ocorreram diversas enchentes no povoado do Cabeço, que destruíram toda a comunidade. As águas tomaram casas, igreja, praça, o farol, tudo que existia no local. As pessoas tiveram que deixar suas residências, o espaço no qual viviam e de onde tiravam o sustento. O povoado desapareceu submerso nas águas e as pessoas passaram à condição de exiladas ambientais.

Os moradores que esperavam há 30 anos por esse desfecho participaram de toda a audiência pública na cidade de Aracaju/SE, no dia 13 de maio. As imagens podem ser vistas abaixo:

Figura 39 - Moradores do Povoado cabeça na audiência do MPF



Fonte: Ministério Público Federal, Ano 2024.

Figura 40 - Moradores do cabeça em foto oficial na frente da Justiça Federal após resultado positivo da audiência



Fonte: Ministério Público Federal, Ano 2024.

No entanto, ressaltamos que é uma ação positiva para os moradores do Povoado Cabeço, mas para o farol, mais uma vez questiono, qual política patrimonial de preservação vem sendo desenvolvida? O farol do cabeço em virtude da sua importância continua dentro do mar, invadido, sofrendo alterações físicas, se degradando e a qualquer dia pode desaparecer nas águas.

Como já foi pontuado nessa dissertação, o farol possui seu valor histórico, arquitetônico, arqueológico, artístico e patrimonial, dentro das variadas possibilidades de representação inclusive para essa comunidade e para a nação, qual o processo de patrimonialização se desenvolve ao caminho da sua preservação? Essas reflexões potencializam o anseio da comunidade percebidas nas visitas de campo, alguns preocupam-se com o farol e seu estado de conservação atual. Ver imagem a seguir:

Figura 41 -Farol do Povoado Cabeço tomado pelas águas



Fonte: Kaio Espínola, Ano 2020.

Figura 42 -Farol do Povoado Cabeço e o estado de conservação comprometido



Fonte: Kaio Espínola, Ano 2020.

Figura 43 - Farol do Povoado Cabeço e a relação com os pescadores



Fonte: Kaio Espínola, Ano 2020.

Durante a pesquisa de campo recebi o convite para palestrar na escola do povoado Saramém onde os antigos moradores do Cabeço residem atualmente. A palestra teve por tema “História e Memória: da Foz do Rio São Francisco ao Saramém” cuja apresentação se desenvolveu em partilhar parte da pesquisa para os alunos e alunas, professoras e professoras e os técnicos da escola. No ato da minha apresentação pude vivenciar como essas lembranças estão vivas nas memórias dos alunos que crescem com a história viva na comunidade.

O objetivo se desenvolveu por mediar a apresentação do contexto patrimonial e o processo de transformação que se desenvolveu na região, apresentando aos alunos as causas e consequências que ocasionaram na formação do povoado Saramém onde eles residiam.

Figura 44 - Palestra realizada na Escola Municipal Jose Machado Martins dos Santos



Fonte: Douglas Neco, Ano 2023.

Os fios das memórias iam se descosturando enquanto a apresentação ia se desenvolvendo, a interação ao perceber a sua história sendo contada era constante, o entusiasmo dos alunos e alunas na participação contagiava o pátio da escola e ali eu via refletir as lembranças do que os pais viveram e construíram a história de geração em geração.

Outro fator que determina a herança patrimonial é a ideia de pertencimento desenvolvida por eles, isso fica evidente quando solicitado uma apresentação pelo professor Douglas Santos Neco com a seguinte pergunta “o que é patrimônio para vocês?” Eles iriam apresentar no Projeto Cultural da Escola e todos trouxeram a imagem desenhada do Farol do Povoado Cabeço na apresentação. Isso é a configuração mais fidedigna de que o farol representa para os moradores e as

futuras gerações o patrimônio, a esperança, o modelo de vida que é criado a partir do referencial (o farol) que se tem com a sua história.

“Através da educação patrimonial o cidadão torna-se capaz de entender sua importância no processo cultural em que ele faz parte, cria uma transformação positiva entre a relação dele e do patrimônio cultural” (DE CARVALHO; FUNARI, 2009, p.5).

A superação do distanciamento entre a sociedade e seu patrimônio permite que se realizem conexões entre a vida diária dos indivíduos e o processo histórico abordado (CARVALHO; FUNARI, 2009); assim, os indivíduos sentem-se mais inclinados a agir em prol da conservação e da multiplicação destas ideias, aproximando o patrimônio da sua realidade (SILVA; LE BOURLEGAT, 2011).

Figura 45 - Pinturas do farol na apresentação do Projeto Cultural na Escola Jose Machado Martins dos Santos, Povoado Saramém



Fonte: Daryl Calumby, Ano 2023.

Enquanto estava em campo, realizando pesquisa na Biblioteca Municipal de Brejo Grande, ocorreu o naufrágio de uma embarcação estilo recobador de “Alta Navegação II” que transportava materiais sem nota fiscal, utilizando a estratégia de driblar a fiscalização brasileira (Batista, 2022).

Noticiários locais registraram o ocorrido e a população esteve envolvido no processo de saqueamento da embarcação. Na região esse fato ficou conhecido como “na pegada do navio” por ser uma embarcação de porte maior que não é vista comumente no rio são francisco. As imagens a seguir mostram o momento do naufrágio, do saqueamento da embarcação e alguns dos produtos apreendidos que constavam em caixotes das variadas mercadorias.

Figura 46: Embarcação parcialmente naufragada



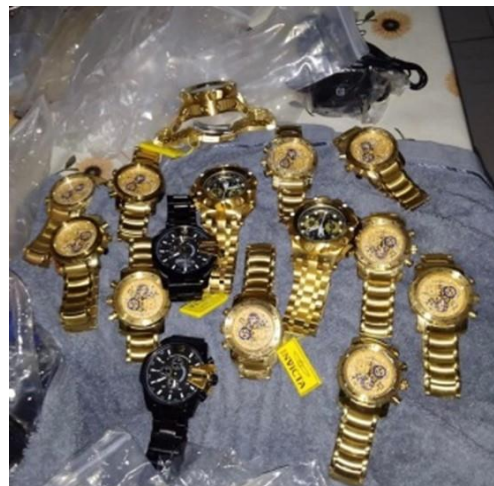
Fonte: Divulgação/PM-AL, Ano 2023.

Figura 47: População saqueando a embarcação



Fonte: Divulgação/PM-AL, Ano 2022.

Figura 48: Alguns materiais saqueados do navio e apreendidos pela PM



Fonte: Divulgação PM-AL, Ano 2022.

Após todo esse episódio estive em contato com a Defesa Civil do Município de Brejo Grande para saber sobre a embarcação que naufragou, em seguida marcamos um encontro para fazer um caminhamento na faixa de areia que pescadores informavam onde estar localizado a embarcação. Esse trabalho contou com a participação do Geógrafo Ícaro Freire que fez registro de parte da embarcação em faixa de areia com coordenadas $-10^{\circ}30'56,71411$ "S $-36^{\circ}26'25,57374$ " w.

Figura 49: Parte da embarcação na faixa de areia da praia da costinha



Fonte: Icaro Freire, Ano 2022.

Esse fato aponta mais uma vez a vulnerabilidade que existe na região com a desativação do Farol e com a desativação do Posto Fiscal que servia de apoio aos guardas de chefatura da polícia, atuando principalmente no recolhimento de impostos dos navegadores que transportavam mercadorias e produtos no canal. Evidente que mostra a importância que esse patrimônio reflete a sociedade atual com a sua existência, fazendo-nos entender como é um potencial revelador dessa mudança entre passado e presente.

Diante de alguns questionamentos a respeito da preservação e patrimonialização do Farol do Cabeço, como proteção dos sítios arqueológicos, cabe mencionar o processo de desenvolvimento da Carta Arqueológica do Baixo São Francisco que tem como objetivo a preocupação do patrimônio arqueológico subaquático onde

A região possui um contexto arqueológico construído, em grande parte, pelas ações do Projeto arqueológico de Xingó (PAX), iniciou em 1988 e desenvolvido em boa parte da década de 1990, que identificou em torno de 223 sítios arqueológicos (Rambelli; Duran; Bava-de-Camargo; Santos, 2022, p. 288).

Os autores consideram ainda que “somente nos últimos anos, ações para a identificação e o registro de sítios arqueológicos vêm visibilizando o *rico* patrimônio existente nas águas do Velho Chico” (Rambelli; Duran; Bava-de-Camargo; Santos, 2022, p. 288).

A carta arqueológica preocupa-se com o contexto da região do Baixo São Francisco que servirá como um mecanismo para se conhecer e garantir proteção e gestão do PCS de Sergipe e Alagoas. Ela representa o primeiro passo para estabelecer uma política de proteção e gestão do patrimônio arqueológico, pois não é possível gerenciar o que se desconhece (SCATAMACCHIA; RAMBELLI, 2001).

O Baixo São Francisco possui um relevante contexto histórico e arqueológico a ser trabalhado. Por isso, torna-se necessário elaborarmos uma metodologia que possibilite não só o estudo dos sítios arqueológicos, mas que também propicie o resgate de memórias e a inclusão de vozes que, até então, foram ignoradas e excluídas do processo de construção do passado. Portanto, o projeto da Carta Arqueológica não se limita a levantar e indicar o patrimônio da região, mas tornar as comunidades localizadas nas margens deste rio partícipes do processo de construção do seu patrimônio (Rambelli; Duran; Bava-de-Camargo; Santos, 2022, p. 288).

Diante dessa afirmação, o próximo capítulo apresenta a relação do contexto arqueológico e da ocupação humana na região da foz do Rio São Francisco, Arambipe e Cabeço, com a caracterização dos sítios arqueológicos que contribui fortemente com a recomendação da carta arqueológica para o Baixo São Francisco no fortalecimento das ações que envolve a comunidade no reconhecimento das suas histórias vivas através dos fragmentos de cultura material ainda presentes, onde o passado revela os acontecimentos e revela a identidade cultural de um povo num contexto ribeirinho.

CAPÍTULO 03 – ANÁLISE DA OCUPAÇÃO NA REGIÃO DA FOZ DO RIO SÃO FRANCISCO: UMA PERSPECTIVA ARQUEOLÓGICA

Este capítulo busca apresentar uma análise comparativa das relações que envolvem o processo de ocupação na região da Foz do Rio São Francisco, identificando tanto as semelhanças quanto as diferenças entre as ocupações ao longo do tempo, com intuito de fornecer informações sobre o patrimônio arqueológico ainda pouco conhecido ou pesquisado nessa região específica.

Através da análise comparativa, é possível identificar padrões, tendências e particularidades nas ocupações passadas, como características arquitetônicas, artefatos, práticas culturais e modos de vida. Essa abordagem permite traçar conexões entre diferentes grupos e momentos históricos, além de proporcionar percepções sobre a dinâmica da ocupação e as interações sociais na região.

Ao trazer à luz informações sobre o patrimônio arqueológico desconhecido ou pouco estudado, a pesquisa contribui para ampliar o conhecimento sobre a história e a cultura dessa área, valorizando e preservando seu legado arqueológico. Essas descobertas podem ter relevância não apenas no campo acadêmico, mas também para a gestão do patrimônio cultural e o desenvolvimento sustentável da região.

Compreende-se, pois, além do interesse turístico e dos aspectos naturais da região, a análise da ocupação na Foz do Rio São Francisco busca ir além, explorando questões mais amplas e diversas perspectivas, incluindo a perspectiva dos grupos que habitaram sob o olhar da Arqueologia.

Ao considerar a ocupação da região, é possível analisar as dinâmicas socioeconômicas e culturais que moldaram a paisagem ao longo do tempo. A perspectiva da comunidade de pescadores é fundamental, pois eles possuem um conhecimento íntimo da região e podem contribuir com informações valiosas sobre práticas tradicionais, modos de vida e transformações observadas ao longo das gerações.

A Arqueologia desempenha um papel crucial nessa análise, pois permite explorar as materialidades presentes na região, como vestígios arqueológicos, estruturas e paisagens construídas. Através da investigação arqueológica, é possível entender as diferentes possibilidades de formação da paisagem e os

processos de ocupação, revelando aspectos históricos, culturais e ambientais que muitas vezes passam despercebidos.

A análise da ocupação na região da Foz do Rio São Francisco amplia o entendimento sobre a formação da paisagem, as transformações ocorridas e as múltiplas camadas de significado presentes nesse contexto. Essa abordagem multidisciplinar enriquece a compreensão da região e contribui para o reconhecimento e valorização das diferentes perspectivas envolvidas no processo de ocupação.

A abordagem da paisagem na análise arqueológica considera sua natureza cultural e a influência da atividade humana no ambiente. A percepção e construção da paisagem dependem da cultura das pessoas que a vivenciam, e ela é moldada pelo meio ambiente e pelas ações humanas ao longo do tempo. Raul Alfredo Schier (2003) assegura que a análise da paisagem depende muito da cultura das pessoas que as percebem, sendo um produto cultural que depende do meio ambiente sob ação da atividade humana.

A compreensão da paisagem é fundamental para interpretar as diferenças simbólicas e culturais expressas em cada local e compreender as modificações causadas pela atividade humana. A paisagem pode representar eventos e fenômenos que ajudam a identificar e interpretar o contexto de ocupação de períodos históricos e pré-históricos, revelando concepções e modos de vida passados por meio da cultura material e das evidências materiais deixadas para trás. A exemplo, Milton Santos (1997) considera que:

A paisagem nada tem de fixo, de imóvel. Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variados. A mesma coisa acontece em relação ao espaço e à paisagem que se transforma para se adaptar às novas necessidades da sociedade. (SANTOS, 1997, p. 37).

Os processos que ocorrem no ambiente e que transforma a paisagem estão relacionados à organização dos espaços por diferentes grupos. A ocupação humana e os processos de migração desempenham um papel importante nessas transformações. Esses processos incluem aspectos como subsistência, economia, aspectos sociais, políticos, cognitivos, simbólicos e religiosos, conforme apontado por Marcelo Fagundes (2009).

De fato, a paisagem como objeto de estudo tem sido abordada por várias disciplinas e campos do conhecimento, enriquecendo sua compreensão por meio de diferentes perspectivas filosóficas e científicas. A geografia é uma área que difunde bem o conceito a partir do espaço geográfico em questão, tendo sido incorporado como “um conjunto indissociável de sistemas de ações e de sistemas de objetos” (SANTOS, 2002; 1994). Essa definição também difere da proposta pela Arqueologia da Paisagem, que a exprime como um local de práticas sociais de caráter material e imaginário (BOADO, 1999).

Penando o espaço, duas evidências são levantadas, uma relativa e outra absoluta, a geografia pensa o espaço como uma relação entre coisas, mostrando total dependência dos objetos. Já para a arqueologia, por pensar no espírito da coisa e não apenas no que se ver, interpreta o espaço como um local que abriga a materialidade, independente dos objetos. (CONOLLY E LAKE, 2019).

A discussão a respeito do “espaço” surge nos estudos arqueológicos em meados do século XIX, com a ideia de que os achados arqueológicos deveriam ser estudados conforme o paleoambiente ao qual estavam inseridos.

Trigger (1992) trazia em suas discussões essa visão num contexto ligado a escola funcionalista ou as ideias do funcionalismo ambiental. Existia ainda uma inversão de valores que colocavam os materiais acima das pessoas, surgindo desde então diversas críticas sobre dessa percepção. No entanto, foi pensado uma visão mais antropológica à questão do espaço, incluindo o conceito de “ecologia cultural”, indicando que as sociedades não interagem somente entre elas, mas igualmente com o meio no qual estavam inseridas.

Compreender as interações entre os seres humanos e o espaço em que vivem. Essa abordagem enfatiza a importância do contexto espacial na compreensão dos sítios arqueológicos e na interpretação dos vestígios deixados pelos grupos humanos no passado.

A arqueologia espacial avança no sentido teórico entendendo como os seres humanos se relacionam com o ambiente, como escolhem os locais para viver, onde realizam suas atividades econômicas, como se deslocam e interagem socialmente. Ao considerar esses aspectos, a Arqueologia busca uma compreensão mais ampla

dos processos sociais, econômicos e culturais que moldaram as paisagens arqueológicas ao longo do tempo.

No entanto, é importante ressaltar que a Arqueologia Espacial não é a única abordagem para o estudo da paisagem na arqueologia. Outras perspectivas teóricas e metodológicas também são utilizadas para compreender as relações entre os seres humanos e o ambiente, e diferentes abordagens podem ser complementares e enriquecer a compreensão do passado. A discussão e o debate entre essas abordagens contribuem para o avanço do conhecimento arqueológico e para uma compreensão mais completa das paisagens e do passado humano.

Os amplos caminhos de investigação e utilização do termo na arqueologia levaram-na a buscar seu sentido próprio de pensar a paisagem, a partir de um viés que se estende ao cultural e seus diversos usos pelos grupos humanos. Os autores acima consideram ainda não restar dúvida que a paisagem é um conceito polissêmico e multivocal, além de ser um poderoso objeto de investigação.

Em 1960 surge a Nova Arqueologia nos Estados Unidos, trazendo consigo novas abordagens para a Arqueologia, que consistiu em análises do comportamento humano e como estes se desenvolviam a partir dos processos culturais e como as sociedades faziam parte de um sistema composto por vários subsistemas. É a partir desse pressuposto teórico que Binford (1992) vai afirmar que os arqueólogos devem se ater numa visão organizacional do homem com seu espaço vital, buscando entender a complexidade existente em cada área do sítio estudado ou do contexto analisado.

É através desse pressuposto teórico que nos respaldamos na categoria de análise e do termo paisagem para investigar os processos que ocorreram na dinâmica de ocupação do espaço e seus usos. Nosso foco é estabelecer uma análise que envolve o uso do termo paisagem na arqueologia, focando nas ocupações e os processos de povoamento na região das Dunas da Foz do Rio São Francisco e do Povoado Cabeço, em Piaçabuçu–AL e Brejo Grande–SE.

Para uma melhor compreensão do contexto é importante conhecer a Ilha Arambipe em termos de sua área total e partes distintas. A ilha tem uma área de 6.215.093,7234m² de alagado de terras plantadas de arroz. Essa área sofreu mudanças devido ao fenômeno que ocorreu, como o avanço do mar na região.

Apesar das alterações, a Ilha ainda existe, mas partes dela foi afetada. Os documentos consultados na Capitania dos Portos de Sergipe nos mostram que a Ilha era dividida em quatro partes.

A primeira, sob proteção da Marinha do Brasil, corresponde a uma área de 200 metros de raio em torno do eixo do Farol do São Francisco do Norte.

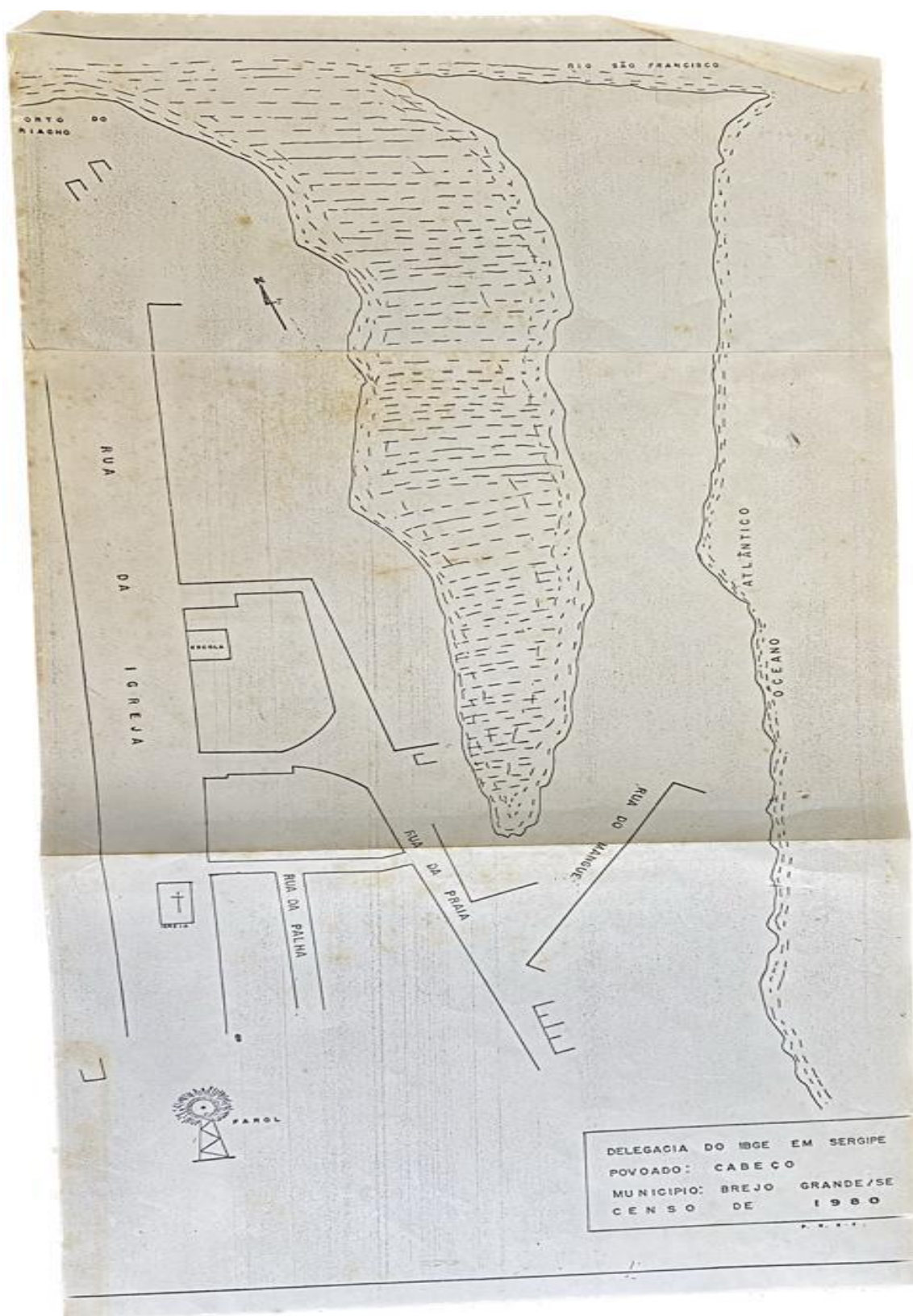
A segunda sob proteção da União, no interesse nacional, uma área entre as tangentes oeste e sul e o rio São Francisco, abrangendo o povoado Cabeço e a Colônia de Pescadores Z-7.

A terceira, uma área quadrada de 100m de lado e 10.00m² para o Estado de Sergipe, destinada ao antigo Posto Fiscal do Parapuça.

Excluídas estas três áreas, o restante faz parte da Ilha do Arambipe forma uma quarta parte, de propriedade da Sra. Lídia Laurindo dos Santos Andrade e o Sr. Hugo Gurgel.

Os dados acima transcritos fazem parte dos resultados da pesquisa documental realizada na Capitania dos Portos do Estado de Sergipe (CPES), onde apresenta as dimensões da área da Fazenda Arambipe e os locais de interesse da Segurança Nacional. Ver a planta abaixo com a presença do Farol na década de 1980:

Figura 50 -Planta do Povoado Cabeço e suas imediações

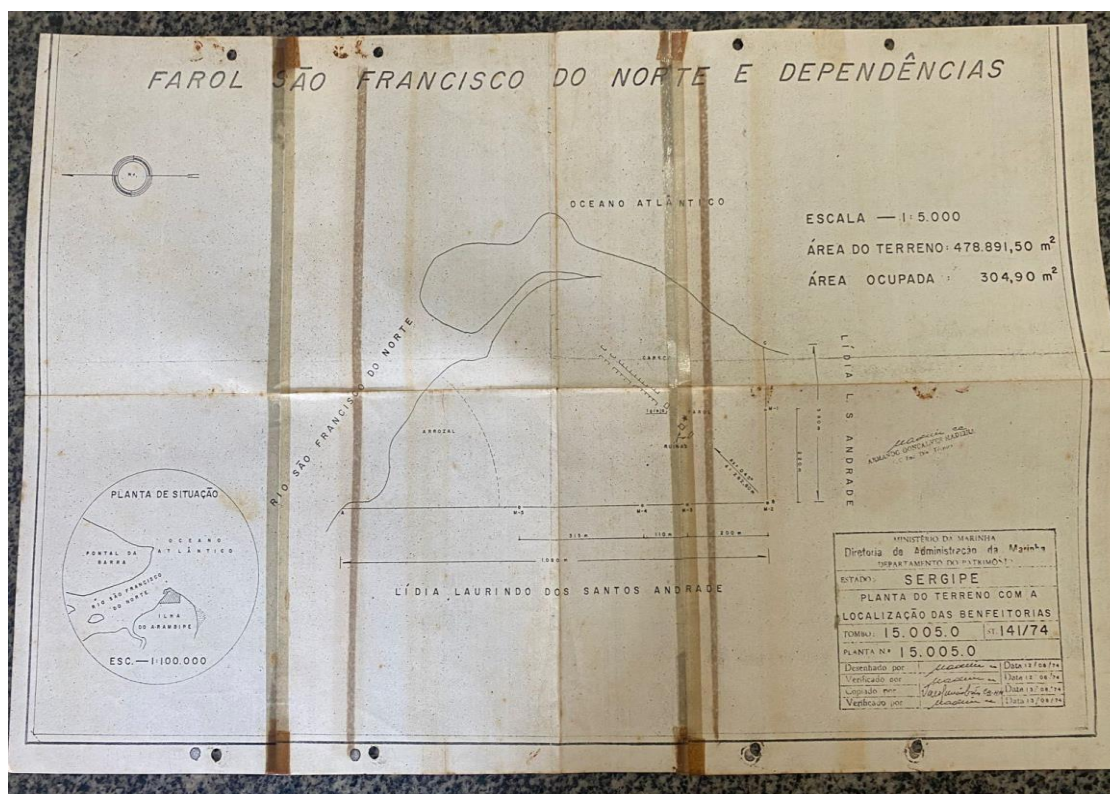


Fonte: IBGE, Ano 1980.

A planta baixa disponibilizada pelo IBGE e encontrada na CPES, dispõe ainda de informações que versam entre o posicionamento do Rio São Francisco e do Oceano Atlântico revela a tamanho do processo de ocupação em termos das divisões das ruas do Povoado Cabeço bem como a rua do Mangue e rua da Palha.

No povoado os nomes das ruas refletem diretamente o meio ambiente presente na Ilha Arambipe, caracterizado por mangues e uma abundante de coqueiros. Suponho que uma das ruas tenha sido construída com palha de coqueiro. Além disso, nota-se a proximidade do Farol do Norte do São Francisco com o povoado, como representado na imagem, indicando sua localização próxima ao Cabeço.

Figura 51 - Planta do terreno com localização das benfeitorias



Fonte: Capitania dos Portos de Sergipe, Ano 2023.

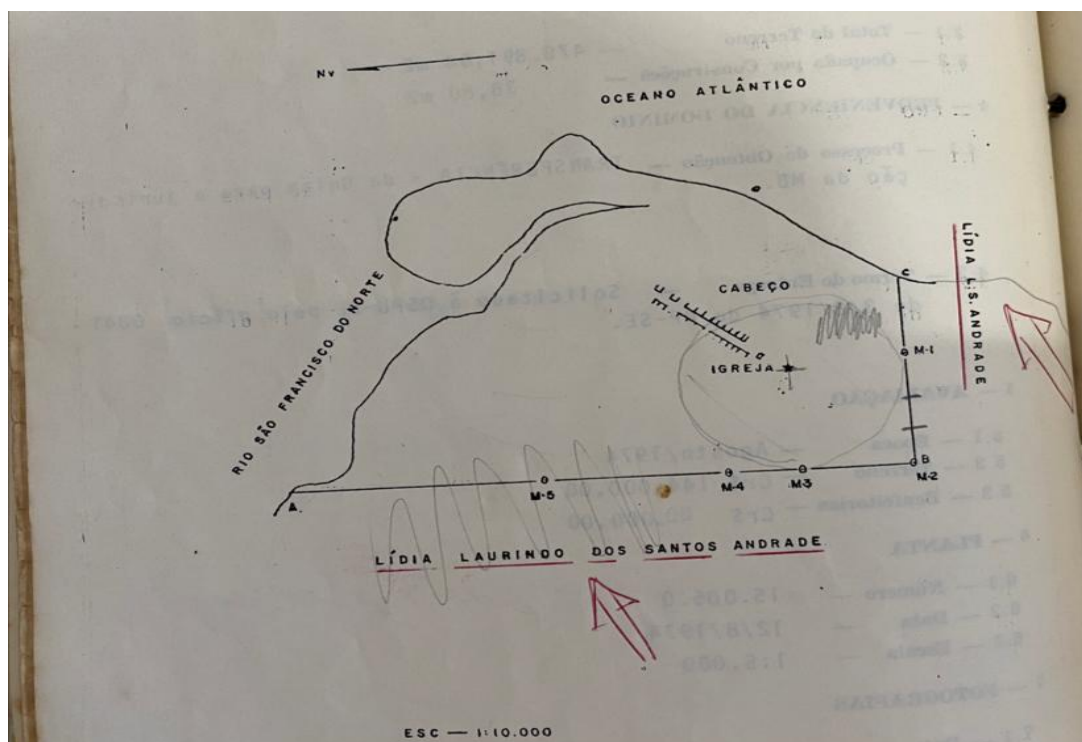
A planta desenhada por intermédio e ação do Ministério da Marinha através da Diretoria de Administração e o Departamento do Patrimônio teve como objetivo caracterizar o espaço e entender suas dimensões ocupacionais, tendo em vista que

a área surge como interesse da Segurança Nacional por ser um lugar estratégico onde foi implantado o Farol do Norte do São Francisco que está localizando numa área que engloba a foz do Rio São Francisco e desenvolve aí o Sistema de Segurança náutica.

O estudo da área corresponde a atender as necessidades da fonte luminosa ao qual propunha o interesse da instituição e da navegação na região. A Planta do terreno consta as divisórias necessárias para o funcionamento do Sistema de Sinalização Náutica na região, detalhando e dividindo todo o perímetro de terra com dados que correspondem a escala de 1.500, área total do terreno 478. 891,50 m² e com a ocupação da área de 304,90m².

O croqui foi criado para visualizar e delimitar a área para a qual a segurança nacional estava buscando indenização. Por meio de ofícios e requerimentos, eles solicitavam o livre funcionamento do Farol, apesar de enfrentarem contestações por parte dos donatários da Ilha. Na imagem, é possível observar detalhadamente as delimitações espaciais.

Figura 52 -Croqui da situação de confrontações da área do Cabeço.



Fonte: Capitania dos Portos de Sergipe, Ano 2023.

Segundo o documento de ofício do Ministério da Marinha (MM), n.º 1598/92, despachado pela Diretoria de Administração da Marinha (DAM), nota-se que além de 5.000m² necessária para o Farol São Francisco do Norte, solicitou-se uma área possível de alienação futura, por se tratar de uma área com destacado potencial turístico.

O ofício de número 0528, de 22/06/1944 o CPSE solicitou a DPU-SE reserva de uma área da Ilha do Arambipe compreendida entre as tangentes oeste e sul, traçadas sobre os pontos externos do raio circular de 200m a partir do Farol, até atingirem, respectivamente, a margem direita do Rio São Francisco e a orla oceânica, fechando as citadas tangentes a um ângulo de 900m, com área A área formada mede 478.891,50m² abrangendo o povoado Cabeço.

Pode-se ver que o que intermedeia os mecanismos da ocupação territorial é a luz do Farol, onde tudo gira em torno no seu posicionamento, da sua luminosidade e dos raios que se chega com a sua atividade. Abaixo segue a imagem do Farol do Norte do São Francisco e a localização das casas de palha e alvenaria do Povoado Cabeço onde se nota a presença da igreja alinhada ao farol no fundo.

Figura 53 - Visão panorâmica do Povoado Cabeço



Fonte: Capitania dos Portos do Estado de Sergipe, 2023.

A torre do Farol do São Francisco do Norte estava posicionada a uma distância de 260 metros da costa, sendo necessário realizar uma revisão em sua área de extensão. Essa revisão era importante para garantir a segurança da navegação, considerando o setor de visibilidade do farol. O objetivo principal era garantir que o farol proporcionasse a visibilidade adequada para auxiliar as embarcações em sua navegação segura pela região.

No povoado Cabeço, em meados de 1992, havia o registro de 132 residências com terrenos de tamanhos variados. Alguns desses terrenos estavam localizados em frente ao farol, a menos de 20 metros de distância. Essa proximidade das residências em relação ao farol pode ter sido uma preocupação, considerando a necessidade de manter uma área segura ao redor da estrutura para garantir sua eficácia e evitar interferências nas atividades de navegação.

A proximidade da ocupação residencial avançando nas áreas circundantes do Farol gerou preocupação entre os agentes da Marinha do Brasil. Eles reconheceram que essa ocupação poderia prejudicar o sistema operacional e a luminosidade do Farol. Portanto, era necessário agir o mais rápido possível para evitar qualquer modificação prejudicial.

Nesse contexto, a Marinha decidiu promover a reversão da área restante à DPU-SE (Defensoria Pública da União em Sergipe). Essa reversão permitiu que a Delegacia entrasse em ação para viabilizar a regularização das áreas ocupadas pelos moradores estabelecidos na região, incluindo aqueles que já residiam lá antes de 1944. Essa ação teve como objetivo buscar uma solução que conciliasse a preservação e o bom funcionamento do Farol com a regularização das áreas ocupadas pelos moradores.

Após a reversão da área à DPU-SE, cabe a essa entidade determinar a melhor forma de caracterização da área. Dependendo das circunstâncias, ela pode ser designada como onerosa, consoante o enquadramento estabelecido no Decreto Lei n.º 1561/67 ou no Decreto Lei n.º 9760/46. A cessão da área pode ser feita ao Estado ou ao Município, considerando as finalidades sociais estabelecidas pelo Decreto Lei N° 178/67.

É importante destacar que houve desavenças entre os cadastrados em relação aos seus lotes, uma vez que a planta indica que eles possuem tamanhos

diversos. Além disso, é possível haver um desejo de ocupação dos espaços vazios disponíveis quando for estabelecido o perímetro definitivo.

A DPU-SE desempenhou um papel importante na determinação dos procedimentos necessários para caracterizar a área e lidar com possíveis conflitos entre os cadastrados. Sua atuação será fundamental para estabelecer um processo justo e equitativo para a ocupação dos lotes e para lidar com as demandas dos moradores.

Considerando que a ocupação do Povoado Cabeço ocorreu antes de 1944, suas edificações não pertencem à União. Isso justificou, naquele momento, a exclusão do povoado do termo de entrega à Marinha. Agora, as providências junto à DPU-SE para a reversão da área, bem como o desmembramento e definição das duas porções de terreno sob a jurisdição do Ministério da Marinha, poderão ser tomadas simultaneamente.

O processo de cessão da área revertida deverá ser acompanhado individualmente por cada um dos beneficiados. Isso significa que cada pessoa envolvida no processo de regularização terá seu caso tratado de forma específica, com atenção às suas necessidades e direitos.

Conforme o ofício do Comando do Segundo Distrito Naval, situado em Salvador–BA, em 24 de setembro de 1992, dispõe que o Farol de São Francisco do Norte, até o ano de 1991, não tinha sua documentação legalizada devido à falta do “Termo de Entrega” pela DPU/SE, em razão de existir um pequeno povoado no interior da área pretendida pela MB e, também, perdurar, por longos anos, litígio com particular, visando a utilização de benfeitorias existentes em parte da mesma área.

Comando do Segundo Distrito Naval de Salvador–BA datado de 24 de setembro de 1992, com base nas informações fornecidas, parece que o Farol de São Francisco do Norte não tinha sua documentação legalizada até o ano de 1991. Isso ocorreu devido à falta do “Termo de Entrega” pela DPU (Defensoria Pública da União), pois havia um pequeno povoado localizado dentro da área desejada pela Marinha do Brasil. Além disso, houve um litígio prolongado com um particular relacionado à utilização das benfeitorias existentes em parte da mesma área.

Esses dados fizeram parte da pesquisa documental realizada na Capitania dos Portos de Sergipe, por meio de consulta no acervo da Marinha do Brasil, o que nos fornece diversas informações acerca da área do Cabeço e como se deu o processo de ocupação e disputas por terras naquele ambiente. Isso interfere na forma de ver e perceber a paisagem através da chegada e implantação do Farol na região.

3.2 Identificando Sítios: Um lugar arqueológico ou uma arqueologia do lugar?

No período de 10 a 14 de novembro de 2022 estivemos no Povoado Saramém, localizado em Brejo Grande, para realizar a pesquisa de campo na área da Foz do Rio São Francisco, Cabeço e Arambipe, esse trabalho teve como equipe: Darly Calumby e Pryscila Oliveira sob orientação do Prof. Dr. Paulo Bava de Camargo. Durante a estadia ficamos hospedados em um chalé junto aos moradores locais, o que proporcionou a oportunidade de obter informações sobre o antigo povoado Cabeço e a região da Foz do Rio São Francisco.

Durante as manhãs, antes de sairmos para o campo, e à noite, quando retornávamos para a janta, tivemos conversas cordiais e instigantes com os moradores, que demonstraram interesse em nossa pesquisa. A troca de informações foi fluida e enriquecedora, permitindo-nos obter percepções valiosas sobre a história e características da região.

Essa interação com a comunidade local foi fundamental para a compreensão mais aprofundada do contexto histórico e cultural da área, bem como do antigo povoado Cabeço e da área da Foz do Rio São Francisco. As conversas proporcionaram uma perspectiva única e direta sobre a vida na região, suas tradições, mudanças ao longo do tempo e os desafios enfrentados pela comunidade. Essa imersão local não apenas enriqueceu nossa pesquisa de campo, mas também estabeleceu laços de confiança, permitindo uma colaboração mais significativa e um entendimento mais autêntico do lugar e de sua história.

Durante nossas interações com os moradores locais na Região da Foz do Rio São Francisco, notamos que o termo "sítio arqueológico" não era familiar para eles, gerando estranheza e desconhecimento. Para facilitar a compreensão e utilizar

uma linguagem mais acessível, adotamos uma abordagem prática ao descrever a presença de materiais concentrados abundantemente próximo aos coqueiros na área em direção ao mar. Ao fazer isso, os moradores identificaram o "Antigo povoado Pixaim", relatando que moravam muitas famílias lá, mas que as casas foram gradualmente cobertas pela areia, obrigando a mudança compulsória dos que viviam ali.

Essas informações preliminares foram obtidas por meio de conversas com Juciana Gomes dos Santos, conhecida como Ciana do Saramém, uma antiga moradora do Cabeço, sua mãe Valdeci Gomes dos Santos e sua tia Vânia Ramalho. Elas gentilmente nos receberam em seus chalés às margens do rio e, sempre que surgia uma oportunidade curiosa, questionavam sobre arqueologia e compartilhavam conhecimentos sobre locais estratégicos para encontrar sítios arqueológicos, com base nas evidências de cultura material.

Na região da foz do Rio São Francisco realizamos uma prospecção arqueológica não interventiva nas Dunas de Piaçabuçu, em Alagoas. Nosso objetivo era identificar sítios arqueológicos por meio dos vestígios da cultura material encontrados nessa área. Buscamos compreender o potencial arqueológico da região e investigar os efeitos da vazão do Rio São Francisco e as mudanças causadas pela construção da Usina Hidrelétrica de Xingó, localizada no município de Canindé do São Francisco, Sergipe.

Durante o trabalho de campo foi adotado uma abordagem não interventiva, o que significa que não foi realizado escavações ou intervenções físicas no local. Em vez disso, buscou-se identificar e documentar os vestígios arqueológicos presentes nas dunas. Esses vestígios incluíam fragmentos de cerâmica, ferros, louças, restos de construções antigas e outros artefatos relacionados às atividades humanas do passado.

A região da foz do Rio São Francisco é de grande importância histórica e arqueológica, pois foi habitada por diferentes grupos humanos ao longo dos séculos. No entanto, a construção da Usina Hidrelétrica de Xingó teve um impacto significativo nessa área, levando a mudanças no ambiente e no modo de vida das comunidades locais.

Por meio da prospecção arqueológica não interventiva, buscamos compreender as transformações ocorridas na região e a influência dessas mudanças na preservação dos sítios arqueológicos. Observamos os efeitos da vazão do rio e o processo de destruição causado pela construção da usina hidrelétrica, analisando como esses fatores afetaram a localidade.

Para iniciar nossa investigação do local, realizamos um caminhar abrangendo toda a área em estudo. Essa atividade nos permitiu mapear e delimitar os sítios arqueológicos presentes na região, bem como identificar evidências claras de ocupação humana.

Durante o caminhar, coletamos informações e vestígios que indicavam a presença histórica de ocupação no local. Esses vestígios remontam ao final do século XIX e início do século XX, revelando elementos que nos ajudam a compreender as atividades e a vida das pessoas que habitavam a área nessa época.

Além disso, observamos uma forte presença de materiais arqueológicos que indicam uma ocupação com caráter marítimo em meados do século XIX. Esses materiais, como fragmentos de cerâmica, ferramentas e outros artefatos relacionados à atividade marítima, fornecem pistas valiosas sobre a relação das comunidades locais com o ambiente marinho e suas práticas cotidianas.

Com base nessas descobertas, após o levantamento realizado em toda a área, a arqueóloga Pryscila Viana construiu um mapa detalhado que demarca os sítios arqueológicos identificados e destaca a presença da ocupação humana ao longo do tempo. Esse mapa nos proporciona uma visão espacial clara e organizada dos sítios, onde permite a visualização do local de cada concentração dos vestígios arqueológicos.

Figura 54 - Mapa detalhado do levantamento prospectivo em toda a área



Fonte: VIANA-OLIVEIRA, Ano 2022.

O mapa dispõe da localização geográfica da região da Foz do Rio São Francisco que está situado entre dos estados de Sergipe e Alagoas, entre os municípios de Brejo Grande e Piaçabuçu. O município de Brejo Grande está distante a 137 km da Capital Sergipana, o município de Piaçabuçu está a 136,1 km da Capital Alagoana. Ambos os municípios estão localizados na região do Baixo São Francisco Sergipano e Alagoano, respectivamente em locais onde tem influência do rio e do mar nas suas construções culturais.

O referenciamento em linhas verdes no mapa nos apresenta o trajeto percorrido na identificação dos sítios arqueológicos na região. O ponto de partida é o local onde ficamos no porto de Saramém, mais especificamente na comunidade Resina. O primeiro momento da análise foi à identificação do posto fiscal, que pertence à ilha do Arambipe, região sergipana e próxima ao antigo Farol do Povoado Cabeço. Estabelecemos a caracterização e nomeação do sítio, registrado

através da fotografia suas formas construtivas e usos que era dado a este local. No entanto, torna-se necessário entender os sítios e suas relações que envolve o patrimônio cultural e suas interfaces materiais e imateriais.

3.3 Da Baía a Foz: Aspectos comparativos no recolhimento de impostos

Para compreender a relação entre Ilha e Posto Fiscal me baseio em um momento histórico, busco utilizar o método comparativo para identificar possíveis semelhanças e diferenças entre as estruturas construtivas no fortalecimento da proteção à nação. O método comparativo tem origem na Sociologia e foi amplamente utilizado por Durkheim e Weber, que fizeram as principais contribuições nesse sentido (FRANCO, 2000). Eles empregaram esse método como uma ferramenta de explicação e generalização (SCHNEIDER e SCHMITT, 1998). Nesse caso, O método comparativo se baseia no cânone ‘milliano’, no método das semelhanças e das diferenças ou na observação de variações concomitantes (SANTOS, 2012).

A Ilha Fiscal, nesse caso, surge como uma hipótese de comparação com o Posto Fiscal, embora exista um vínculo entre eles, essa relação é diferente em sua totalidade, mas intrínseca em suas particularidades. A primeira, logicamente, surge como importante cenário da cultura marítima relacionada à família portuguesa, tendo na sua estrutura um posto fiscal da alfândega inaugurado em 27 de abril de 1889, no Rio de Janeiro, que contou com a presença de Dom Pedro II e a família imperial. A segunda assume um importante papel de controle da entrada e saída de embarcações na Foz do Rio São Francisco, como elemento crucial de fiscalizar a comercialização da costa sergipana.

Dom Pedro II se encantou pela vista da Baía de Guanabara, referindo-se ao local da edificação como “delicado estojo digno de uma brilhante joia”, ao qual foi proposta uma exposição da Escola Imperial de Belas Artes e o projeto apresentado pelo Del Vecchior foi condecorado com medalha de ouro. A escolha do arquiteto sobressai o estilo eclético e o gótico provençal, onde ainda hoje se encontra aos que chegam ao Rio de Janeiro Pela Baía de Guanabara.

Em 1893 houve a Revolta da Armada que culminou na revolta da esquerda brasileira contra o governo Marechal Floriano Peixoto. A ilha fiscal sofreu então diversas avarias por estar sendo o escudo de tal manifestação de guerra que durou mais de seis meses, em virtude dos enormes gastos para sua restauração e com poucos recursos o Ministério da Fazenda sugere a transferência da Ilha para o Ministério da Marinha, em troca de um melhor local que servisse a Alfândega.

Em 1913 houve a troca e em 1914 a ilha tornou-se a sede da superintendência de navegação, reunindo as atividades de hidrografia e sinalização por faróis no local com instalações adequadas para o serviço. Nos primeiros anos a Marinha do Brasil preocupou-se em devolver o caráter arquitetônico, posteriormente foram ampliados os serviços para o atracadouro de navios hidrográficos, balizadores e faroleiros.

Essa premissa corrobora na ação do tempo em termos do desenvolvimento e da importância da Ilha Alfandegaria e suas transformações, no sentido ampliarem os horizontes em termo de desdobramentos frente à ação do Ministério da Fazenda em diálogo e transferência para o Ministério da marinha onde tais informações foram consultadas. O perímetro temporal reevoca a expansão do território e da construção de diversas Ilhas em torno da costa.

Essa temporalidade assume um papel importante na investidura de tais ministérios em termos de desenvolvimento de um país mais envolvido com a sua economia na capacidade de gerar sua soberania. Em detrimento disso, percebe-se a importância que advém desde a colônia e perpassa ao império, chegando a República como um marco fundamental que se estabelece na sociedade brasileira.

Com essa finalidade, pensa-se na construção da Ilha Fiscal localizada no município de Brejo Grande ao qual perpassa também como uma localidade estratégica na formulação de estabelecimento da ocupação que envolve os guardas de chefatura da polícia, os faroleiros e a ocupação marítima que desempenha funções na região da Foz do Rio São Francisco.

Em consulta documental realizado na Capitania dos Portos do Estado de Sergipe (CPSE), foi possível localizar fotografias que marcam a construção para abrigar os faroleiros que desempenhariam um papel fundamental na execução e

manutenção do Farol, ao qual fornece um importante indicativo desse processo de ocupação de comunidades que se forma nas suas interdependências.

Para compreender o processo de ocupação e suas fases construtivas, torna-se necessário compreender de onde partiu as normas e a herança cultural do modelo de construção, que intervém pensar o Posto Fiscal enquanto espaço físico e seu papel e função cumpre na sociedade. Ao estabelecer a posição ao lugar demarcado, ele possui e assegura a função estratégica onde os agentes fiscalizam a locomoção marítima da entrada e saída dos produtos comercializados.

Os modelos construtivos de casas no Brasil e suas simetrias, “muito teve interferência dos portugueses” (FAGUNDES, 1993). A Herança portuguesa deixou-nos normas relativas à casa de construção de morada. Ocorreu, no entanto, que em terras portuguesas, devido à imensa variedade de paisagens, cada qual com seus recursos e a presença árabe no sul do país, a arquitetura popular assumiu aspectos muito variados (FAGUNDES, 1993, p.95).

Os aspectos arquitetônicos variam em diferentes regiões do Brasil devido aos vários climas e à localização geográfica de cada uma delas. Por exemplo, no Norte, Nordeste, Sul, sudeste e Centro-Oeste, é possível observar formas construtivas distintas e diversas.

Ao comparar as regiões, pode-se perceber que as casas populares apresentam diferentes estilos arquitetônicos. Por exemplo, ao viajar do nordeste para o norte do país, é possível observar uma variedade arquitetônica nas casas populares que reflete as características e influências da região. Essas características são norteadores importantes para entender os movimentos arquitetônicos estabelecidos.

As fases construtivas do século XIX no Brasil foram amplamente influenciadas pela imposição de estilos arquitetônicos trazidos de Portugal (FAGUNDES, 1993, p.96). A arquitetura colonial portuguesa exerceu uma forte influência nas construções brasileiras dessa época, especialmente em aspectos como o uso de materiais, estruturas e ornamentações.

Porém, houve alguns entraves de ordem técnica, fizeram as casas brasileiras apresentassem características próprias que vieram a singularizar, como expressão Americana de arquitetura residencial (FAGUNDES, 1993, p.97). Um dos pontos

principais a serem destacados dessa “individualização arquitetônica” é o clima variado, as longas distâncias separando os latifúndios das cidades.

No processo de construção da casa que abriga o Posto Fiscal, nota-se a ausência de um alpendre. Essa característica arquitetônica, ou a falta dela, pode ser atribuída a um movimento ou influência externa que provocou uma mudança no estilo arquitetônico predominante no Brasil na época. É importante ressaltar que essa casa, localizada às margens do Rio São Francisco, no lado sergipano da foz, é anexa à Fazenda Arambipe e foi cedida à Marinha do Brasil para a execução das atividades de fiscalização.

Figura 55 - Reforma sendo realizada na casa que funcionava como posto fiscal na Ilha de Arambipe.



Fonte: Capitania dos Portos do Estado de Sergipe, Ano 2023.

Figura 56 - Casa onde funcionava o Posto Fiscal na Ilha de Arambipe



Fonte: Capitania dos Portos do Estado de Sergipe, Ano 2023.

A partir da compreensão do lugar, busca-se construir uma análise em torno da edificação do posto fiscal em curso, que sinaliza o importante papel do desenvolvimento econômico e comercial no canal que conecta a entrada e saída de embarcações nesse local. Além disso, evidencia-se a contribuição para o alargamento e desenvolvimento do país, ao auxiliar o Império Brasileiro na expansão de suas rotas marítimas navegáveis. O lugar do posto fiscal marca a história e a memória da estruturação nacional, representando um ponto significativo no contexto da história marítima e comercial do Brasil.

A delimitação do Sítio arqueológico é utilizada com forma de demarcar a questão espacial, com objetivo de sistematizar a análise. O desenvolvimento desse método escolhido faz parte de uma ação integral da pesquisa consubstanciada na diferenciação de averiguação dos demais sítios.

O sítio arqueológico identificado na região é caracterizado pela presença de uma casa localizada à beira do rio, na entrada do riacho “Parapuca”. Essa posição

estratégica permitia que a casa fosse utilizada como um posto fiscal para a fiscalização do tráfego fluvial na área.

A estrutura da casa está em bom estado de conservação, indicando a presença de reformas constantes em seu alicerce ao longo do tempo. Essas reformas sugerem a importância contínua do local e a sua relevância para as atividades de fiscalização e controle. O termo "Posto Fiscal" é utilizado para designar esse sítio arqueológico, fazendo referência à sua história e aos aspectos da ocupação pelos oficiais da Marinha.

O posto fiscal identificado é um importante vestígio material da ocupação que ocorreu na região durante meados do século XIX. Sua localização estratégica permitia que fosse o ponto principal para a fiscalização das embarcações que entravam e saíam da região da Foz do Rio São Francisco, considerando que o meio de transporte predominante na época eram as embarcações fluviais.

Ao redor do Posto Fiscal, observa-se a presença de materiais construtivos, o que indica a existência de outras estruturas e possíveis edificações nas proximidades. Além disso, foram constatados reparos na estrutura, no telhado e algumas intervenções na parede, evidenciando a manutenção e a adaptação ao longo do tempo.

Esses reparos e intervenções na estrutura do Posto Fiscal revelam a importância contínua do local e a necessidade de manter suas condições adequadas para a realização das atividades de fiscalização. A presença desses vestígios arquitetônicos e das modificações realizadas ao longo do tempo proporciona percepções valiosas sobre as práticas de construção e as técnicas utilizadas na época, bem como a evolução e a adaptação do posto fiscal ao longo dos anos.

Figura 57 - O posto fiscal atualmente desativado na Ilha de Arambipe



Fonte: Darly Calumby; Priscila Viana, 2022.

Figura 58 -Fotografia da lateral do Posto Fiscal atual desativado



Fonte: Darly Calumby; Priscila Viana, Ano 2022.

Figura 59 - Lateral da residência onde funcionou o Posto Fiscal com a presença de material construtivo.



Fonte: Darly Calumby; Pryscila Viana, 2022.

No contexto de toda fazenda, observam-se semelhanças e diferenças entre as estruturas que podem ser compreendidas mediante diversas fases, porém, no posto é perceptivas as transformações que ocorrem ao longo do tempo, principalmente com o incremento do alpendre na sua estrutura. Acredita-se, pois, que os movimentos arquitetônicos a partir da sua evolução foram sendo adaptado as estruturas, do final do século XIX ao início do XXI, é o que corresponde através das intervenções realizadas na sua estrutura.

A transformação arquitetônica não apenas afeta a estrutura física, mas também contribui para a transformação da paisagem ao redor. Essa transformação evidencia os diversos usos do espaço ao longo do tempo, refletindo as mudanças históricas e culturais ocorridas na área.

A evolução arquitetônica do século XIX, é importante mencionar o ecletismo que era comumente empregado no Brasil durante essa época (FAGUNDES, 1993). O ecletismo arquitetônico caracterizou-se pela combinação de diferentes estilos e influências, resultando em uma arquitetura que refletia a diversidade de influências culturais e históricas no país. Essa abordagem eclética permitiu a incorporação de

elementos estilísticos variados, adaptando-se às necessidades e aos gostos da época.

O processo de industrialização e a diversidade do povo brasileiro também tiveram impacto na evolução dos estilos arquitetônicos ao longo do tempo (FAGUNDES, 1993). A colonização introduziu diferentes influências culturais, como a portuguesa, a africana e a indígena, que deixaram marcas na arquitetura brasileira. O processo de industrialização trouxe mudanças nos materiais e técnicas construtivas, além de influências de estilos arquitetônicos internacionais.

Próximo ao posto fiscal, foi encontrado uma chapa de ferro, onde sinaliza para o naufrágio de embarcações que ocorreram na região durante o tráfego fluvial. Essa evidência do vestígio de embarcação nos instiga a pensar num contexto de ocupação cuja ideia de controle assume a ideia de fiscalização e socorro aos naufragos.

Figura 60 -Análise de material de ferro nas imediações do posto fiscal



Fonte: Darly Calumby; Pryscila Viana, 2022.

Além do Posto Fiscal está situado num ponto estratégico na Ilha, pensa-se que o tráfego fluvial nas idas e vindas de embarcações, movimentou a economia naquele contexto. A produção do Arroz, por exemplo, sofreu alterações com a mudança com o programa de desenvolvimento promovido pela CODEVASF em 1970 (ARAUJO; AGUIAR NETTO, 2019, p. 4).

Essa mudança gerou tensões do ponto de vista econômico e social, que desencadeou conflitos, a exemplo dos índios Cariri-Xocós em alagoas (GÓIS et al., 1992). Isso se deu, de fato, pelo empobrecimento regional, onde as mudanças corroboraram na quebra do comércio local e a falência de beneficiadores de arroz, gerando desemprego durante e após a realização das obras de Xingó (VARGAS, 2014).

Para melhor compreensão desse contexto de irrigação que acabou com muitas lagoas e ilhas de arroz na região, veremos a seguir a Ilha do Arambipe e suas estruturas, única que permanece, porém, por conta do assoreamento não mais produz arroz, mas sim coco na região.

3.3.1 Sítio Fazenda Arambipe

A Fazenda Arambipe além de um local histórico salvaguarda a diversidade de ocupação que seu deu nesse local, pois é reflexo do desenvolvimento econômico da região onde se perpetuava uma família com grande poder econômico. Ela está localizada na mesma área da Ilha do Cabeço, como era conhecida e em relatórios foi cedida uma parte a Marinha do Brasil para implantação do Farol do Norte do São Francisco.

A ilha em local privilegiado, porém comprometido com o avanço das águas do mar, assegura que o processo de mudança ainda ocorre devido a essa ameaça. Conforme a gerente da casa e alguns trabalhadores que revitalizavam a pintura da fachada no dia da pesquisa de campo, foi constatado que o mar segue avançado, desta vez sobre a fazenda, segundo eles, uma estrutura que ficava próximo ao mar propicio ao lazer familiar dos donos foi tragado pelas ondas que se aproximou e destruiu.

As fotografias são parte de um recurso metodológico utilizado para ilustrar, mas também que documenta a atual situação do estado de conservação do antigo

engenho que tem papel fundamental na história local, mas também as correlações com o Império Brasileiro, através da ocupação da Marinha do Brasil nas terras com a implantação do Farol do São Francisco do Norte.

Esse registro representa a imagem que constrói o cenário da Fazenda Arambipe, representado através da materialidade que expressa através dos traços construtivos e a arquitetura, sendo acionador da história local, mas também demonstrado seu caráter arqueológico a partir da sua historicidade. A sede principal, casa relativamente maior ainda abriga mobiliários do século XIX, é mantido pela família. À frente, nessa representação de rua, a frente do casarão é o espaço onde os trabalhadores desenvolviam suas atividades no trato do arroz, uma das maiores economias da região na época.

Figura 61 - Edificações da Fazenda Arambipe



Fonte: Darly Calumby; Pryscila Viana, 2022.

Figura 62 -Armazém de arroz e Igreja localizados na Fazenda Arambipe



Fonte: Darly Calumby; Priscila Viana, Ano 2022.

Os espaços da igreja e do armazém foram construídos para servirem de abrigos ao arroz e a religiosidade, podendo revelar dois grandes protagonistas da cultura nos engenhos. A presença da religiosidade aparece dentro de vários aspectos, afinal não eram comuns no século XIX às pessoas mais vulneráveis frequentar socialmente a igreja por fatores éticos e morais. Era um local que se destacava a condição social onde se agrupavam pessoas brancas para celebrar suas divindades.

Em particular, ainda que mais recluso fosse, quem detinha uma igreja dentro das suas ocupações geográficas dispunham de uma posição ainda mais elevado, como a Fazenda Arambipe na região. Porém, a igreja ainda apresentava aspectos de poder, onde se nota a presença de sepultamento dentro das suas delimitações espaciais.

Além disso, os espaços ainda permanecem intactos aos moldes do final do século XIX e início do XX, onde revela os bancos que servem de assentamentos ainda construídos de madeira e faz parte de uma relação de poder, tendo os sepultamentos no centro do espaço religioso.

Figura 63 - Parte interna da Igreja na Fazenda Arambipe



Fonte: Darly Calumby; Pryscila Viana, Ano 2022.

Figura 64 - Sepultamento dos primeiros donos da Fazenda Arambipe nas dependências internas da igreja



Fonte: Darly Calumby; Pryscila Viana, 2022.

Através dos registros na placa de sepultamento foi possível identificar os sobrenomes a quem pertence à Fazenda da Ilha do Arambipe; Josefa Maria do Espírito Santo Andrade e Augusto Andrade Costa. Registram-se os primeiros donos das terras que coincide com a construção e ocupação que fazem parte do contexto do desenvolvimento marítimo nesse lugar, já que eram fazendeiros que desempenhava na área o cultivo do arroz sendo importante elemento da cultura e economia da cidade de Brejo Grande até o início do Século XIX.

O engenho, notadamente reafirmado a partir dos símbolos que operam e funcionam nesses ambientes pôde ser constatado através dos artefatos que provam a existência da necessidade de mão de obra e do quanto era necessário ter pessoas para desenvolver esse trabalho.

Figura 65 - Aparelho gerador de energia elétrica na Fazenda Arambipe



Fonte: Darly Calumby; Pryscila Viana, Ano 2022.

3.3.2 Sítios Dunas de Piaçabuçu

Ao longo da pesquisa de campo foram localizados alguns sítios arqueológicos nas dunas de Piaçabuçu, ao qual corroborou numa metodologia de campo utilizada para delimitar os espaços e mapear, através da identificação de materiais provenientes da cultura local. A área aqui apresentada perpassou por um estudo no âmbito arqueológico para compreensão dessas materialidades e o entendimento da ocupação.

Foi identificado mediante estudo e análise bibliográfica e documental que essa localidade faz parte da APA – Área de proteção ambiental desde 1983 por meio do decreto nº 88.412 que abrange outros povoados na região, assim como o Pixaim, antiga comunidade de moradores das dunas na Foz do Rio São Francisco.

Em meados do século XIX, escravizados que fugiam de engenhos próximos refugiava-se nas Dunas de Piaçabuçu, na Foz do Rio São Francisco. O local era ocupado estrategicamente por estar próximo do rio e do mar. Uma única alternativa de trabalho era desenvolvida pelos moradores dessa comunidade, o plantio do arroz nas fazendas localizadas nas várzeas no Rio São Francisco (ZAMBI, 2017).

De acordo com Maria Madalena Zambi (2017) a comunidade vivia da cultura do arroz em fazendas vizinhas, assegurando que essa atividade atraiu pessoas de diferentes lugares para viver no Povoado. Essa forma de trabalho não perdurou por muito tempo, fato que ocorre devido à construção da Usina Hidrelétrica de Xingó e ocasionou o fim das várzeas que provocou a ruptura da principal atividade desenvolvida pelos moradores, ocorrendo à migração compulsória.

Nesse período o povoado Pixaim era ocupado por cerca de 500 famílias, onde as dunas móveis e em área de estuários eram os principais locais. Ao longo do tempo a comunidade se mistura à areia e realiza mediações importantes entre o passado e o presente, entre o material e o imaterial, mediante tal analogia tece e constrói sua paisagem sobre o lugar numa forma de criar e recriar a habitação do seu lugar no mundo reproduzindo-os enquanto sujeitos sociais.

No período da implantação da APA, 1989, foi deflagrada uma situação de conflito que culminou com a expulsão dos residentes do Pontal da Barra. A comunidade do Pixaim permaneceu no seu local e foi transformado num lugar do

turismo ecológico, despertando nos visitantes o lugar de desejo, possibilitando também no reconhecimento como comunidade quilombola pela fundação palmares.

ZAMBI (2017) descreve Pixaim como: os sinais patrimoniais edificados do povoado não têm a intenção de atravessar o tempo. O que se apresenta nessa perspectiva são os vestígios da paisagem como mecanismo que corrobora na devolutiva a natureza e ficam impressos na cultura do presente, recuperando as memórias.

A investigação busca a interpretação dos sítios provenientes da cultura material evidenciada nas dunas de Piaçabuçu, como recurso metodológico que caracteriza o local e sua dimensão, entendendo os fragmentos e suas variações através da interpretação que está correlacionada com os dados que se apresentam dentro da bibliográfica e da importância espacial conjugada as edificações locais.

A retórica demonstra a correlação do passado e como isso se interfere no presente, através dos problemas que se desenvolvem sobre a paisagem que muda constantemente e o modo como a materialidade aparece. Para isso, apresentamos os sítios arqueológicos como resultados de um estudo inicial através da prospecção não interventiva realizada na região da Foz do Rio São Francisco que se apresenta como fragmentos da cultura do povo Pixaim.

Ainda pouco se encontra em termos de literatura a respeito da comunidade de Pixaim, tendo a Foz do Rio São Francisco como lugar estratégico para sua sobrevivência, onde desenvolveram um modelo de vida sustentável e sintonizado com estuário que segue sendo transformado.

Muito embora as mais de 100 casas sofreram com a ação do tempo e dos efeitos erosivos do ambiente, a paisagem modifica-se constantemente, poucas ou quase nenhuma casa são visualizadas hoje na área das dunas, o que restou foram apenas fragmentos das construções dos moradores, o que conota aí o valor arqueológico.

O Pixaim, teve que se adaptar a ruptura drástica das águas do Rio São Francisco com o avanço do nível do mar salinizando as águas, cotando com criação de poços que as filtram, por meio de tecnologias simples e sustentável.



Fonte: Cortesia, Ano 2018.

Figura 67 -Ocupação entre as Dunas de Piaçabuçu



Fonte: Cortesia, Ano 2018.

Figura 68 -Água mineral na foz do rio São Francisco
e o uso de tecnologias simples pela comunidade Pixaim



Fonte: Sarah Sax, Ano 2016.

As figuras acima ilustram como eram as habitações nas dunas móveis de Piaçabuçu, 500 famílias residiam nessa localidade, mas em advento da construção da Usina Hidrelétrica de Xingó sofreram os impactos sobre os espaços e suas vidas, tendo que mudar de localidade para que tivessem mais seguros. Os moldes de subsistência sofreram alterações, modificando a paisagem ao qual eram dependentes. Esses números de residências reduziram ao longo dos anos, apenas alguns moradores mais idosos permaneceram na localidade e mudavam de forma recorrente de lugar.

O que restou nas Dunas de Piaçabuçu foram os registros da ocupação que serve como sinalizador para a História do Pixaim e suas diversas camadas de modificação que o ocorreram. Através do caminhar pudemos identificar alguns sítios provenientes da cultura dessa comunidade, denominados: Sítio Arqueológico Dunar 01, Sítio Dunar 02, Sítio Dunar 03, Sítio Dunar 04.

No primeiro sítio, nomeando de Sítio Arqueológico Dunas de Piaçabuçu 01 está localizado na duna mais próxima do rio. Nele podemos evidenciar uma concentração significativa de cerâmica e ferro, além desses vestígios há presença louça, vidro e material construtivo (tijolos e telhas). Notamos que esse sítio em

específico apresenta ter a maior concentração de vestígios arqueológicos em relação aos outros dois sítios.

Figura 69 - Análise de material arqueológico histórico nas dunas de Piaçabuçu



Fonte: Darly Calumby; Pryscila Viana, 2022.

Figura 70 - Vestígios material cerâmico de caráter histórico



Fonte: Darly Calumby; Pryscila Viana, 2022.

O Sítio Arqueológico Dunas de Piaçabuçu 02 fica localizado em outra duna, um pouco mais adiante da anterior. Neste sítio, observamos que há uma presença considerável de materiais domésticos, como louças e vidro, em maior quantidade, sendo que os vidros são frascos de remédio e garrafa de vidro que possui uma menor quantidade de cerâmica, alumínio, material construtivo e seixos.

Após a caracterização e delimitação dos dois Sítios arqueológicos decidimos continuar o caminhamento, intensificando ainda mais a prospecção na área. O resultado foi mais uma vez positivo, pois identificamos entre as dunas uma concentração pequena de materiais históricos como vidro, louça e cerâmica. Assim, resolvemos fazer a delimitação da área e considerá-lo como Sítio Arqueológico Dunas de Piaçabuçu 03.

Figura 71 - Fragmento de recipiente de água em vidro de cor verde



Fonte: Darly Calumby; Pryscila Viana, 2022.

O terceiro e último dia de campo foi tão intenso e proveitoso quanto os outros dos dias, pois encontramos vários contextos arqueológicos bastante interessantes de serem pesquisados. O primeiro contexto trata-se de uma concentração bastante significativa de fragmentos arqueológicos, é imensurável a quantidade de cerâmica, louça (século XX), vidro, metal e material construtivo.

Figura 72 - Sítio arqueológico com grande quantidade

de material na Foz do Rio São Francisco



Fonte: Darly Calumby; Priscila Viana, 2022.

Figura 73 - Sítio arqueológico com grande quantidade de material histórico



Fonte: Darly Calumby; Priscila Viana, 2022.

Figura 74 - Presença de material construtivo no sítio dunas 04



Fonte: Darly Calumby; Pryscila Viana, Ano 2022.

Figura 75 - Presença de material cerâmico no sítio dunas 04



Fonte: Darly Calumby; Pryscila Viana, Ano 2022.

Figura 76 - Presença de material cerâmico no sítio dunas 04 com perfurações



Fonte: Darly Calumby; Pryscila Viana, Ano 2022.

Diante do levantamento documental e dos diálogos com os moradores do povoado Saramém é bem provável que seja vestígios domésticos das casas dos antigos moradores que habitavam as margens da foz do Rio São Francisco, no povoado Pontal da Barra. Além das casas, identificamos também a antiga igreja do povoado e mais uma concentração de materiais históricos beirando a praia.

Segundo pescadores locais, os vestígios materiais estão condicionados e expostos às dinâmicas da maré do Rio São Francisco e o seu processo de encher e esvaziar os lagos que se formam nas dunas. O sítio Dunas 04 está à beira de um dos lagos que se forma diante de um canal de pequena extensão que vai até o rio e grande parte dos materiais se apresentam na areia e na maré cheia ficam abaixo da água em pequena profundidade.

3.3.3 Sítio Atalaia Antiga: As bases

Em 1873, o aparato precário foi substituído pelo atual farol, onde eles destacam a sua importância e imponência, possuindo 16 metros e construído em chapas de ferro por uma fábrica escocesa. O farol foi importado em um lote de nove faróis que vieram incrementar o sistema de iluminação costeira do país. Os arqueólogos relatam que naquela época o Brasil contava apenas com 13 ao longo de todo imenso litoral.

Em meados de 1884, em decorrência do avanço do mar sobre aquelas margens ao qual o farol se encontrava, ele teve que ser transferido, em 1884, para a margem esquerda para o local onde está atualmente, pois a dependência de apoio havia sido invadida pela água e abandonada.

De acordo com um levantamento feito na Capitania dos Portos de Alagoas (CPAL), foi possível constatar as características técnicas do Farol do Peba. A sua estrutura consiste em uma torre tronco piramidal quadrangular, em treliça metálica, branca com faixa horizontal encarnada, 43 metros de altitude e 40 metros de altura focal. Foi inaugurado em 1988 e está localizado na Foz do Rio São Francisco na cidade de Piaçabuçu–AL.

Figura 77 - Bases da atalaia na foz do Rio São Francisco



Fonte: Darly Calumby; Priscila Viana, Ano 2022.

Figura 78 -Bases da Atalaia na Foz do Rio São Francisco



Fonte: Darly Calumby; Pryscila Viana, Ano 2022.

Figura 79 - Bases da Atalaia Foz do Rio São Francisco



Fonte: Darly Calumby; Pryscila Viana, Ano 2022.

A pesquisa de campo na foz do Rio São Francisco nos permitiu chegar próximo ao Farol do Peba, localizado nas Dunas de Piaçabuçu, nas proximidades do mar e lagos que se formam ao seu redor. Ao analisá-lo tive tais percepções; esse farol faz parte de um sistema novo, assemelha-se a uma torre feita de ferro que possui um recipiente luminoso no topo.

Notei ainda que o sistema atual seja diferente já que nele possuía câmera e placas de avisos para que as pessoas que muito embora cheguem perto não interfiram ou acessem a torre, dispersando assim a atividade de faroleiros se comparado à interdependência do antigo farol do Povoado Cabeço e sua correlação com homem objeto (HOODER, 2012).

O equipamento luminoso de que é composto o Farol do Peba consiste em uma lanterna de Sinalização Náutica ML - 300mm branca e um eclipsor-trocador que transmitem uma característica luminosa lampejo branco 2,0+ 13,0 “2,0 lampejo e 13,0 eclipse”, com um alcance luminoso de 17 milhas (aprox. 27 km) náuticas e uma intensidade luminosa de 3.689 candelas. O farol é alimentado por duas baterias estacionárias de 12 volts e 500 amperes.

Dados técnicos do Farol do Peba ⁶

Posição: Lat. 10° 29,55'S | Long. 036° 23,20'W

Característica: Lp B, períodos de 15 segundos

Período: 15 segundos

Fase Detalhada. B. 2.0 – Ecl 13.0

Altitude: 40 metros

Alcance Luminoso: 17 milhas

Alcance Geográfico: 17 Milhas

Altura: 40 metros

Descrição: Torre tronco piramidal quadrangular, em treliça metálica, branca com larga faixa horizontal encarnada.

⁶ Os dados técnicos do farol do Peba foram retirados do site da Marinha do Brasil, Capitania dos Portos do Estado de Alagoas. Acesso em:
https://www.marinha.mil.br/cpal/farol_peba#:~:text=O%20equipamento%20luminoso%20de%20que,uma%20intensidade%20luminosa%20de%203.689

Os dados referentes ao Farol do Peba ao qual tratamos aqui são da antiga torre erguida na região, ao qual foi reposicionada por sofrer interferência do mar. Na pesquisa de campo e vistoria do local através da prospecção arqueológica não interventiva foi possível localizar as bases da torre do Farol do Peba e perceber tal interferência da água sobre o material, exigindo assim a atuação dos agentes da Capitania dos Portos de Alagoas para realocar a torre.

Como critério de análise dos sítios nomeamos as estruturas das bases como sítio de Atalaia Antiga, onde delimitamos o espaço ao qual estão localizadas na Foz do Rio São Francisco ao lado alagoano.

Segundo a Capitania dos Portos de Alagoas (CPA), o Serviço de Sinalização Náutica do Nordeste (SSN-3) concluiu, em sete de agosto, o reposicionamento da nova estrutura do Farol do Peba, localizado na foz do Rio São Francisco, no município de Piaçabuçu-Al.

Durante a missão, foram empregados seis militares do SSN-3, que realizaram a desmontagem do antigo farol, bem como a montagem e o reposicionamento da nova estrutura, contando, ainda, com o apoio de Agência Fluvial de Penedo, que disponibilizou suas instalações como base para execução do Projeto

O novo Farol do Peba possui 12 metros de alturas com alcance de 11 milhas (aprox. 18 km) náuticas – equivalente a cerca de 20 quilômetros – contribuindo para a sinalização náutica e a segurança da navegação na área marítima de Alagoas.

Figura 80 -Atalaia atual na Foz do Rio São Francisco



Fonte: Darly Calumby; Pryscila Viana, 2022.

Figura 81 - Fonte luminosa da Atalia na Foz do Rio São Francisco



Fonte: Darly Calumby; Pryscila Viana, 2022.

Figura 82 - Placa de segurança da Atalaia



Fonte: Darly Calumby; Priscila Viana, Ano 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora não seja o fim, este trabalho marca o encerramento de uma fase de desenvolvimento até o momento. É importante ressaltar a relevância do estudo proposto como uma contribuição para preencher as lacunas existentes na história da cultura faroleira e arqueológica, especialmente na região da Foz do Rio São Francisco.

Apesar de estar desativado, o Farol de São Francisco do Norte ainda possui um valor histórico e cultural significativo como um marco icônico na região. Trata-se de um monumento que testemunhou mudanças e transformações ao longo dos anos, representando uma parte importante da história da navegação. A pesquisa arqueológica e documental reflete a importância da sua dimensão material e imaterial, sendo um testemunho vivo dos processos de mudança que ocorreram.

Em caso de melhoria da visibilidade do Farol, é necessário considerar os seguintes aspectos: o Rio São Francisco não é mais navegável em sua foz, exceto por pequenas embarcações; a região não possui energia elétrica comercial; a existência de um coqueiral serve juntamente com o pescado como fonte de alimentação para a população local; as condições hidrográficas na região estão muito alteradas, com extensos e perigosos bancos de areia que adentram o mar; a foz do Rio São Francisco é uma proeminência em nossa costa e toda a região apresenta-se bastante "apagada", com os faróis de Maceió e Aracaju distantes, respectivamente, 70 e 50 milhas (aprox. 80 km), já que o farol de Coruripe também tem alcance reduzido; toda a área assoreada mar adentro está sujeita a novas alterações; o acesso à Ilha do Arambipe onde o Farol está localizado é feito por meio de embarcação pequena, levando cerca de 1 hora a partir das localidades de Piaçabuçu e Brejo Grande e 30 minutos a partir do Saramém.

A memória associada ao objeto assume o papel de lembrança no respaldo metodológico de buscar o reconhecimento e a validação de sua história. O objeto adquire sua materialidade ao evidenciar e iluminar, por meio deste estudo, os desdobramentos que envolvem e interligam o contexto da Fazenda Arambipe, Posto Fiscal, Povoado Cabeço, Foz do Rio São Francisco, comunidade Pixaim, ilhas produtoras de arroz e o Rio São Francisco como um elo de comunicação existente por meio da navegação.

O estudo resulta na delimitação dos sítios arqueológicos descobertos e enfatiza os processos migratórios dos grupos que não são neutros e surgem da interseção entre a construção da Usina Hidrelétrica de Xingó, que resultou na inundação, nas mudanças e reposicionamento do farol, na inundação do povoado, no impacto no escoamento da plantação de arroz, na extinção da mão de obra dos trabalhadores e trabalhadoras que atuavam na lavoura, e gerou um ciclo de mudanças na região.

Embora pareça que muitos faróis estejam mudos, essa análise parte do pressuposto teórico de compreender como o Farol desempenha um papel revelador por meio da cultura material em análise que interpretada mostra como a desativação acelerou o empobrecimento da região analisada em decorrência do evento ocorrido. Além disso, o canal do Rio São Francisco, entre o Cabeço e a Foz do Rio, se tornou uma entrada vulnerável, onde os navegadores viam ali um local adequado para que o contrabando de mercadorias pudesse passar tranquilamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Águas de Sergipe: reflexões sobre cenários e limitações. In: AGUIAR NETTO, A.O.; GOMES, L. J. (Orgs.). Meio ambiente: distintos olhares. EDUFS. São Cristóvão, SE. p. 40-70.

AGUIAR NETTO, A. O; MENDONÇA FILHO, C. J. M.; ROCHA, J. C. S. (2010). ALBUQUERQUE, M. M. Indicador de Salubridade Ambiental (ISA) como instrumento de análise da salubridade do ambiente da comunidade Saramém em Brejo Grande (SE). Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

ARAÚJO, A. M. (1961). **Populações ribeirinhas do baixo São Francisco. Serviço de Informação Agrícola.** Rio de Janeiro.

Ayoub, M. L. (2016). **Arqueologia da memória: estudos e teorias para um novo rumo da compreensão dos artefatos.** *Revista Territórios E Fronteiras*, 9(2), 257–273. <https://doi.org/10.22228/rt-f.v9i2.426>

BANDEIRA, M. A; SILVA NETA, M. V; SOARES, L. S. PAISAGENS E ARQUEOLOGIA: **Aproximações e potencialidades.** *Revista Equador (UFPI)*, Vol. 6, Nº 1, p. 105 - 119 Home: <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/equador>.

BATAYNEH, A. Archeogeophysics – archaeological prospection- **A mini review.** *Journal of King Saud University*. King Saud University, 2010.

BAVA DE CAMARGO, P.; DURAN, L.D.; RAMBELLI, G. Arqueologia Subaquática no Baixo Rio São Francisco, Sergipe/Alagoas, Brasil. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS, 54., 2018, Salamanca. **Arqueología:** Memoria del 56º Congreso Internacional de Americanistas. v.2. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2018. p.1066-1094.

BAVEYSTOCK, Zelda; MASON, Rhiannon. What role can digital heritage play in the re-imagining of national identities?: England and its icons. In: *Heritage and Identity*. London. Routledge, 2009.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). **Educação Patrimonial:** histórico, conceitos e processos. Brasília: Iphan, 2014.

CABRAL, Clara Bertrand. Património Cultural Imaterial- Convenção da UNESCO e Seus Contextos. Lisboa. Edições 70, 2011.

CARVALHO, Paulo; FERNANDES, João Luís J. Património Cultural e Paisagístico- Políticas, Intervenções e Representações. Coimbra. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

CHAGAS, M; GOUVEIA, I. **Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação).** *Cadernos do CEOM - Ano 27, n. 41 - Museologia Social*.

Disponível em:

<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/viewFile/2592/1523>.

Acesso em 15 de jan. de 2019.

CHAGAS, Mario Souza. **Patrimônio é o caminho das formigas....** In: Anais do Museu Histórico Nacional, 2016. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=MHN&pasta=&pesq=patrimnio%20e%20o%20caminho%20das%20formigas>. Acesso em 12 de dez. de 2018.

CHAGAS, Mário. **Memória e Poder**. Dois movimentos. Cadernos de Sociomuseologia v.19, n. 19, jun. 2002.

CHESF- COMPANHIA HIDRO-ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO. **Pescadores e pescadoras do Baixo São Francisco: Programa de Resgate Cultural de Pescadores e Pescadoras do Baixo São Francisco**. s. l.: Chesf, 2011. v. 22 – Brejo Grande.

CHESF- COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO. Pescadores e pescadoras do Baixo São Francisco: Programa de Resgate Cultural de Pescadores e Pescadoras do Baixo São Francisco. s. l.: Chesf, 2011. v. 22 – Brejo Grande.

CIPOLA, Ari. **Itamar só inaugura Xingó após as eleições**. Folha de São Paulo, São Paulo, 11 de setembro de 1994. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/9/12/brasil/18.html>

CLARKE, D. Spatial Archaeology. Orlando: Academic Press, 1977.

CODEVASF – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA. Projeto de Gerenciamento Integrado das Atividades desenvolvidas em Terra na Bacia do São Francisco: Subprojeto 2.1 – Mapeamento temático de uso da terra do Baixo São Francisco. BRASÍLIA/DF: CODEVASF, jan.2002.

CONOLLY, J.; LAKE, M. Sistemas de Información **Geográfica Aplicados a la Arqueología**. Barcelona: Bellaterra, 2009.

CPDOC - FGV – **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea no Brasil Praia de Botafogo**, 190, Rio de Janeiro – RJ – 22253-900. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/companhia-hidro-eletrica-do-sao-francisco-chesf> . Acesso em 15 de jan. de 2019.

DE CARVALHO, A.V.; FUNARI, P.P.A. As possibilidades da Arqueologia pública. **História e-História**, v.24, 2009.

DECLARAÇÃO DE QUEBEC. *Princípios de base de uma Nova Museologia* (1984), Versão eletrônica consultada a 05.03.2019, em <http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/museologia/quebec.htm>.
Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2013.
DURAN, L.D. **Arqueologia Marítima de um Bom Abrigo**. 2008. 338f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FOLHA DE SÃO PAULO, 1994. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/9/12/brasil/18.html>. Acesso em 11 de fev. de 2019.

FRANCO, M. C. **Quando nós somos o outro: Questões teórico-metodológicas sobre os estudos comparados**. *Educação e Sociedade*, ano XXI, n. 72, Agosto, 2000.

FUINI, Lucas Labigalini. *O Território em Rogério Haesbaert: Concepções e conotações*. *Geografia ensino & Pesquisa*. Vol. 21, n. 1 jan/abr. (2017). Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/22589>. Acesso em 01 de fev. de 2019.

GÓIS, J. A., PAIVA, M. F. A.; TAVARES, S. M. G. (1992). **Projetos de irrigação no vale do baixo São Francisco**. Texto para Discussão, nº 268. IPEA.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2 ed. São Paulo: Centauro, 2013.

Hodder, Ian. 2016. ***Studies in Human-Thing Entanglement***. [s.l.]: Edição de autor. 174 páginas. <http://www.ian-hodder.com/books/studies-human-thing-entanglement>

ICOM (1972), *Declaração de Santiago de Chile*. Disponível em: http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/museologia/mesa_chile.htm. Acesso em 07 de dez. de 2018.

ICOM (2013b), **“Support Culture and Museums to Face the Global Crisis and Build the Future”** (Lisbon Declaration). Disponível em: [http://www.icom-portugal.org/multimedia/Lisbon%20Declaration_April_2013\(1\).pdf](http://www.icom-portugal.org/multimedia/Lisbon%20Declaration_April_2013(1).pdf). Acesso em 01 de fev. de 2019.

LE GOFF, Jacques, 1924. **História e memória**. tradução Bernanrdo Leilão ... [Et al] – Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão [et al.]. Campinas: SP Editora da UNICAMP, 1990.

LE MOS, Carlos Alberto Cerqueira. **Alvenaria burguesa: breve histórico da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café. 1984**. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.. Acesso em: 08 jul. 2023.

LIMA, C. S. de Figueiredo. **Do Cabeço ao Saramém: um ensaio sobre degradação ambiental e economia da produção social em um município do baixo São Francisco sergipano**. 2016. 87 f. Dissertação (Pós-Graduação em Psicologia Social) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

LIMA, Evelyn Furquim Werneck. Preservação do Patrimônio: Uma Análise das Práticas Adotadas no Centro do Rio de Janeiro. Patrimônio- Revista Eletrônica do IPHAN, vol. 2, Nov/Dez, 2005. Disponível em: <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=120>. Acesso em : 18 jul. 2018.

M. Halbwachs, La mémoire collective, Paris, PUF, 1968. **Métodos de abordagem e de procedimento**. Portal Universidade de Santa Cruz do Sul-RS (UNISC). Disponível em: http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/metodos_de_abordagem_e_de_procedimento.pdf). Acesso em 27 de agosto de 2013.

MICHAEL, Pollak. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v.01. 2. I, 1989, p.]-1'.

MINISTERIO DA FAZENDA. Consulta em site eletrônico, acessado em 10/04/2023, as 21:22. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/memoria/memoria-fazendaria/placa-inaugurada-na-ilha-fiscal-registra-atuacao-da-receita-no-imperio>

MINOM (2013), **Declaração MINOM Rio 2013**, V Conferência Internacional do Rio de Janeiro, 8-10 de agosto de 2013. em <http://www.minom-icom.net/files/declaracao-do-rio-minom.pdf>. Disponível em 12 de dez. de 2018.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. **Inventários, espaço, memória e sensibilidades urbanas**. Educ. rev. [online]. 2015, n.58, pp.37-53. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.43471>. Acesso em 15 de out. de 2018.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: A problemática dos lugares**. Tradução de Yara Aun Khoury. Projeto História. São Paulo, dez 1993. In: __ Les lieux de mémoire. I La République, Paris, Gallimard, 1984. pp. XVIII-XLII.

OLIVEIRA, M. M. D. **Como fazer pesquisa qualitativa**. In Como fazer pesquisa qualitativa. 5ed. São Paulo, Saraiva: 2010.

ONU (1987), “**Our Common Future**”. Disponível em: em <http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>. Acesso em 11 de nov. de 2018.

ONU (1992), “**Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**”. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v6n15/v6n15a13.pdf>. Aceso em 02 de nov. de 2018.

ORSER JR, Charles E. Introdução à Arqueologia Histórica. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

ORSER Jr., Charles. **Introdução a Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.
Os diálogos entre a História e a Arqueologia. Entrevistado: Pedro Paulo de Abreu Funari. Apresentação e produção: Guilherme Rodrigues. São Paulo: MAE-USP, 2021. Disponível

em: https://www.academia.edu/50573871/Os_di%C3%A1logos_entre_a_Hist%C3%B3ria_e_a_Arqueologia. Acesso em: 19 de set de 2021.

P.P.A. FUNARI na apresentação à Introdução à Arqueologia Histórica de Orser Jr., Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992, p. 7.

PÁDUA, Elisabete M. M. de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico prática**. 6. ed. Campinas: Papirus, 2000.

Palma, E. G. A. (2017). Governança das águas no Brasil: a aplicação da Política Nacional de Recursos Hídricos e seus impactos no território da bacia do rio São Francisco. 2017. 429 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE

PELEGRI, Sandra C. A.; FUNARI, Pedro Paulo A. O que é Patrimônio Cultural Imaterial. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PELLINI, J.R. “**Uma Fisiologia da Paisagem: Locomoção, GIS e Sites Catchment.Uma Nova Perspectiva**”. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 17: 23-37, 2007.

POLLAK, M. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3 – 15.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: GIL, Fernando (Org.). Memória-História. Porto: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984. p. 51-86.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. Enciclopédia Einaudi. Porto: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984. p. 51-86.

PUJANTE, P.I. La Carta Arqueológica: una herramienta aplicada a la investigación del patrimonio arqueológico subacuático. **Jornadas Latinoamericanas de Arqueología Subacuática**. v.1. Santiago de Chile: Universidad Internacional SEK Actas/Ed. Pujante, 2001. p.45-54.

RAMBELLI, G. **A Arqueologia Subaquática e sua aplicação à Arqueologia brasileira**: o exemplo do Baixo Vale do Ribeira de Iguape. 1998. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

RAMBELLI, G. **Arqueologia até debaixo d'água**. São Paulo: Maranta, 2002.

RAMBELLI, G.; DURAN, L.D.; BAVA DE CAMARGO, P.F. **Arqueologia Subaquática no Baixo Rio São Francisco, Sergipe, Brasil**: a Participação do Museu Arqueológico de Xingó e do Laboratório de Arqueologia de Ambientes Aquáticos na Fiscalização Preventiva Integrada (2016-2018). Laranjeiras: s.n., 2020. Relat. Técnico.

RAMBELLI, G; DURAN, L, D; BAVA-DE-CAMARGO, P, F; SANTOS, L, F, D. A Carta Arqueológica Subaquática do Baixo São Francisco: contribuições da arqueologia de ambientes aquáticos às expedições científicas do Rio São Francisco. Volume II, 5º Expedição Científica, UFAL. Ano 2022, p. 227-249.

RAMBELLI, Gilson; BAVA DE CAMARGO, Paulo F. SANTOS, Luis Felipe Freire D. **ARQUEOLOGIA DE AMBIENTES AQUÁTICOS NA 4ª EXPEDIÇÃO CIENTÍFICA NO RIO SÃO FRANCISCO**. Relatórios parciais da 4ª Expedição Científica do Rio São Francisco, Alagoas, p. 62-69, 2021.

GONÇALVES, J, R, S; Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios". In: Horizontes Antropológicos. Revista do PPGAS da UFRGS. vol. 11, n.º 23, jan-jun de 2005 [Arquivo eletrônico: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v11n23/a02v1123.pdf>].

RIBEIRO JR., A. ; RAMBELLI, G. ; SANTOS, L. F. F. D. Antigo Povoado Cabeço: o primeiro sítio arqueológico subaquático cadastrado em Sergipe. In: Workshop Arqueológico de Xingó (MAX/UFS), 7, 2012, São Cristóvão e Laranjeiras, Sergipe. Anais.Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB)-Núcleo Regional Nordeste, 2012. p. 1-5.

RIBEIRO JR., A.; RAMBELLI, G.; SANTOS, L. F. F. D. **Antigo Povoado Cabeço: o primeiro sítio arqueológico subaquático cadastrado em Sergipe**. In: Workshop Arqueológico de Xingó (MAX/UFS), 7, 2012, São Cristóvão e Laranjeiras, Sergipe. Anais.Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB)-Núcleo Regional Nordeste, 2012. p. 1-5.

RIBEIRO, JR., A.; RAMBELLI, G.; SANTOS, L.F.F.D. Antigo Povoado Cabeço: o primeiro sítio arqueológico subaquático cadastrado em Sergipe. In: REUNIÃO DA SOCIEDADE DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA (SAB), 2., 2012, São Luís. **Anais...** São Luís: Núcleo Regional Nordeste, 2012.

RODRIGUES, Sofia Helena Cardoso. Arqueologia, História e Memória: Um ensaio sobre a circularidade e as sobreposições destas três práticas de relação com o passado. Epígrafe, São Paulo, v. 11, n. 1, pp. 510-526, 2022.

SÁ, Teresa. **Lugares e não lugares em Marc Augé**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 2. São Paulo: 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n2/v26n2a12.pdf>. Acesso em: 11 de maio de 2019. Santana, Neuma & Netto, Antenor & Sousa, Inajá & Garcia, Carlos. (2019).

CARACTERIZAÇÃO DE PARÂMETROS DE QUALIDADE DA ÁGUA DA FOZ DO RIO SÃO FRANCISCO/SE. 10.22533/at.ed.41419160121.

SANTOS, L.F.F.D. **Nas águas do Velho Chico**: por uma Arqueologia de Ambientes Aquáticos do Baixo Rio São Francisco, Sergipe/Alagoas. 2013.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória Coletiva, trauma e Cultura: um Debate**. REVISTA USP, São Paulo. n. 98 p. 51-68. junho/julho/agosto 2013.
- SCATAMACCHIA, M.C.M.; RAMBELLI, G. Arqueologia Regional e o gerenciamento do Patrimônio Arqueológico. **Revista de Arqueología Americana**, n.20, p.111-130, 2001.
- SCHIER, R. A. **Trajetórias do conceito de paisagem na geografia**. R. RA'E GA, Curitiba, n. 7, p. 79-85, 2003. Editora UFPR.
- SCHNAPP, Alain. *The Discovery of the Past: The origins of Archaeology*. London: British Museum Press, 1996.
- SCHNEIDER, S.; SCHMITT, J. C. **O uso do método comparativo nas Ciências Sociais**. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.
- SHANKS, Michael; TILLEY, Christopher. **Presenting the past: to-wards a redemptive aesthetic for the museum**. In: SHANKS, Mi-chael; TILLEY, Christopher. *Reconstructing Archaeology: theory and practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. p. 68-99.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. Disponível em: <https://perspectivasqueeremdebate.files.wordpress.com/2013/10/spivak-pode-o-subalterno-falar.pdf>. Acesso em 2 de dez. de 2018.
- TELES, Frederico Lima. **Entre o mar e o rio: as percepções dos ex-moradores da comunidade do Cabeço acerca dos processos de mobilidade territorial coletiva da ilha fluviomarinha em Brejo Grande – Sergipe**. 2021. 143 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.
- TILLEY, Christopher. **Introduction: identity, place, landscape and memory**. *Journal of Material Culture*, v. 11, n. 1, p. 7-32, 2006.
- TRIGGER, B. G. *História do Pensamento Arqueológico*. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.
- TRIGGER, B. **Historia del pensamiento arqueológico**. Barcelona: Crítica, 1992.
- UNESCO (1972), "Convención para la Protección del Patrimonio Mundial Cultural y Natural. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-es.pdf>. Acesso em 11 de fev. de 2019.
- UNESCO. **A Conferência-Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**, Paris, 2001. Disponível em: <https://tinyurl.com/4pajzj55>. Acesso em: 07 set. 2020.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS). Laboratório de Arqueologia de Ambientes Aquáticos. **Inspeção técnica dos artefatos provenientes do Rio São Francisco abrigados no Memorial de Sergipe (Unit) e considerações**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2009.

VAINSENCER, Semira Adler. *Chesf (Companhia Hidroelétrica do São Francisco)*. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: dia mês ano. Ex: 6 ago. 2009.

VARGAS, M. A. M. (2014). **Projetos de irrigação e reestruturação do espaço.** <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografia/agricola/221.pdf>. www.revistas.usp.br/revusp/article/download/69270/71727/0. Acesso em 15 de jan. de 2019.

ZAMBI, M. **Representações moventes: um estudo sobre Pixaim, a comunidade das dunas da foz do rio São Francisco**, AL. p. 10 a 12, Porto Alegre, 2017.